



CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGÁ - CESUMAR

(Mantenedora)

FACULDADE CESUMAR DE LONDRINA - 17632

(Mantida)

**PPC – PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
BACHARELADO EM TEOLOGIA**

LONDRINA-PR - AUTORIZAÇÃO



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
DIMENSÃO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	9
1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	9
1.1 DADOS DA MANTENEDORA	9
1.2 DADOS DA MANTIDA	9
1.3 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	10
1.4 MISSÃO	10
1.5 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA	11
1.6 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL COM AS INSTÂNCIAS DE DECISÃO	11
1.7 INSERÇÃO REGIONAL.....	12
1.8 PERFIL DO MUNICÍPIO EM NÚMEROS.....	16
1.9 NÚMEROS DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO, REGIÃO E ESTADO	20
2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	21
2.1 POLÍTICA DE ENSINO: O ENSINO DE QUALIDADE	21
2.2 FLEXIBILIZAÇÃO E GESTÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO.....	23
2.3 FLEXIBILIZAÇÃO E OS PROCESSOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	24
2.4 FLEXIBILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO.....	25
2.5 POLÍTICA DE EXTENSÃO: ARTICULAÇÃO COM A SOCIEDADE	25
2.6 POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	25
2.7 POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE INCLUSÃO SOCIAL	27
3. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	27
4. JUSTIFICATIVA DO CURSO.....	28
5. OBJETIVOS DO CURSO.....	31
6. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	33
6.1 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	35
6.2 CAMPO DE ATUAÇÃO.....	35
7. FORMA DE INGRESSO NO CURSO E NA IES.....	36
8. ESTRUTURA CURRICULAR.....	37
8.1 MATRIZ CURRICULAR DO CURSO	40
9. CONTEÚDOS CURRICULARES - EMENTAS DAS DISCIPLINAS	42



10.	METODOLOGIA	61
11.	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	63
12.	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	64
13.	APOIO AO DISCENTE	65
14.	OUVIDORIA	67
15.	APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO	68
15.1	APOIO PEDAGÓGICO - NAP	68
15.2	ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA, MONITORIA, NIVELAMENTO E ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO	68
15.3	ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL (ESPAÇO PARA PARTICIPAÇÃO E CONVIVÊNCIA ESTUDANTIL)	69
15.4	ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS	69
15.5	APOIO FINANCEIRO	69
16.	AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO	70
17.	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	71
18.	PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM ..	72
DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL		74
19.	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE	74
19.1	ATUAÇÃO DO NDE	74
19.2	COMPOSIÇÃO DO NDE	75
20.	COORDENADOR DO CURSO	75
20.1	FORMAÇÃO E TITULAÇÃO	75
20.2	REGIME DE TRABALHO	75
20.3	ATUAÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO	76
21.	CORPO DOCENTE	76
21.1	CONSTITUIÇÃO DO CORPO DOCENTE	76
21.2	TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE	79
21.3	TOTAL DE DOUTORES	79
21.4	REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE	79
21.5	TABELA DO CORPO DOCENTE	80
22.	COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO	85



23.	PESQUISA E PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOCENTE	87
III.	DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA.....	88
24.	ESPAÇO FÍSICO GERAL	88
24.1	PLANO DE EXPANSÃO FÍSICA.....	88
24.2	CONDIÇÕES DE SALUBRIDADE DAS INSTALAÇÕES ACADÊMICAS - ESPAÇO, ILUMINAÇÃO, VENTILAÇÃO E ACÚSTICA.....	88
24.3	INSTALAÇÕES PARA DIREÇÃO E COORDENAÇÕES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO, NAP, NDE E PROFESSORES	89
24.4	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS (ADEQUAÇÃO E LIMPEZA)	89
24.5	ACESSO A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PELOS DOCENTES E DISCENTES ..	89
24.6	RECURSOS AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA	90
24.7	EXISTÊNCIA DA REDE DE COMUNICAÇÃO (INTERNET).....	90
24.8	PLANO DE EXPANSÃO E DE ATUALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	90
24.9	ATENDIMENTO À ACESSIBILIDADE	91
25.	BIBLIOTECA.....	92
25.1	POLÍTICA INSTITUCIONAL PARA A BIBLIOTECA NO QUE SE REFERE AO ACERVO, AO ESPAÇO FÍSICO E AOS MÉTODOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO.....	93
25.2	POLÍTICA DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO	93
25.3	PESSOAL ESPECIALIZADO	94
25.4	POLÍTICA E FACILIDADE DE ACESSO AO MATERIAL BIBLIOGRÁFICO	95
25.5	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA	95
25.6	INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL.....	95
25.7	BIBLIOGRAFIA BÁSICA.....	96
25.8	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.....	96
25.9	PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS.....	96
26.	LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS PARA OS DOIS PRIMEIROS ANOS DO CURSO	96
27.	REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS:.....	97
	REFERÊNCIAS	110
	REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES	112
	Documentos de Estágio	117
	Plano de Estágio Obrigatório	117



Termo de Convênio	118
Termo de Compromisso de Estágio.....	122
Termo Aditivo de Estágio Curricular Supervisionado	123
Termo de Cancelamento de Estágio Curricular Supervisionado.....	125
Controle de Frequência do Acadêmico Durante o Estágio Supervisionado	126
Avaliação de Desempenho do Acadêmico no Estágio Supervisionado	127
Crêterios de Avaliaçãõ	128



PPC – PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM TEOLOGIA

INTRODUÇÃO

A formação universitária se constitui em um desafio que, na sua abrangência, deve valorizar os seguintes elementos:

- I. O progresso científico e tecnológico;
- II. as tendências sociais e econômicas da atualidade;
- III. a ética e os valores humanos necessários para a construção e manutenção da liberdade, justiça e igualdade entre os seres humanos;
- IV. o aprofundamento no domínio das estratégias e procedimentos específicos da área de atuação;
- V. a capacidade crítica e reflexiva de todos os envolvidos nesse complexo processo de produção do conhecimento, cujo objetivo é a análise das diferentes facetas da realidade que envolve a atuação profissional.

A universidade é, portanto, o espaço para o desenvolvimento destas capacidades. Para isto, cabe às instituições educacionais propiciar ao discente as condições intelectuais e científicas para analisar criticamente sua posição como profissional, frente às questões da realidade brasileira, e considerar a relevância da sua prática.

Para tanto, o Projeto Pedagógico do Curso - PPC deve articular os valores culturais do contexto no qual está inserido, com o domínio do conhecimento técnico e científico específico da área em que pretende formar o profissional, objetivando o preparo de profissionais que saibam atuar ética e tecnicamente em sua carreira profissional e que estejam integrados ao seu contexto sociocultural.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 9.394/96 no art. 43, a educação superior tem por finalidade:

- I. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;



- II. formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI. estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII. promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Para operacionalizar as finalidades estabelecidas pelas leis de diretrizes e bases da educação superior, as instituições educacionais, particularmente aquelas que são comprometidas com o ensino superior de qualidade, empenham-se na elaboração de propostas articuladas em um PPC capaz de nortear as ações pedagógicas do curso, como um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar no enfrentamento dos desafios do cotidiano, de forma reflexiva, consciente, sistematizada e participativa.

O PPC possibilita e coordena a participação de todos os agentes envolvidos no processo, tais como: os educadores, a comunidade acadêmica, os agentes administrativos e os membros da sociedade. É por meio desse projeto que o curso poderá planejar suas atividades, aprimorar seus processos avaliativos, aperfeiçoar sua matriz curricular, decidir sobre suas necessidades e melhorar a qualidade de seu ensino.

O PPC é uma proposta de trabalho que descreve um conjunto de ações a serem desenvolvidas ao longo do processo de formação acadêmica, cujos referenciais devem estabelecer as



concepções adotadas na política institucional de oferta em educação, bem como sua forma de conduzir e avaliar o processo de ensino e aprendizagem.

Como um meio através do qual o processo de ensino e aprendizagem pode ser sistematizado e acompanhado, o PPC propõe formas de execução dos objetivos das políticas educacionais, das aspirações e necessidades do corpo docente e discente, no que envolve a formação acadêmica e profissional.

Assim, o PPC, cujos referenciais teóricos e metodológicos devem propor ações que abranjam o acadêmico nas suas diversas dimensões, tais como: cognitivas, afetivas, motoras, sociais, culturais e políticas, que atendam às suas necessidades de formação acadêmicas e profissionais, deve, também, desenvolver as habilidades e competências necessárias para a sua inserção e atuação na sociedade, capacitando-o para o bom desempenho das atividades profissionais e o exercício da cidadania.

O PPC voltado para a formação profissional e pessoal mobiliza o engajamento da comunidade escolar, onde cada um passa a ser autor e responsável pela boa operacionalização das ações do processo educativo.

Esta proposta de trabalho permite que o curso tenha objetivos claros, diretrizes pedagógicas e políticas educacionais bem definidas em sintonia com o presente, de forma a recriar cada momento em função de ser uma resposta adequada aos desafios da realidade escolar e organizar o trabalho pedagógico de maneira não fragmentada. Dessa forma, proporcionará uma formação capaz de permitir ao discente efetuar a integração dos elementos básicos estabelecidos através da interface da cultura, política, ética e formação profissional.



DIMENSÃO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1.1 DADOS DA MANTENEDORA

- Centro de Ensino Superior de Maringá – **CESUMAR**
- Código da Mantenedora: 0560
- CNPJ: 79.265.617/0001-99
- Endereço: Av. Guedner, 1.610 – Jardim Aclimação – CEP. 87050-390, Maringá, Paraná.
- Tel: (44) 3027-6360
- E-mail Institucional: normas@unicesumar.edu.br
- Presidente da Mantenedora: Cláudio Ferdinandi
- 4º Contrato Social registrado na Junta Comercial do Paraná – Ag. Regional de Maringá sob o nº 20151343438 – 15/134343-8 em 23/2/2015

1.2 DADOS DA MANTIDA

- **Faculdade CESUMAR de Londrina**
- Código da IES: 19632
- Endereço:
- **UNIDADE SEDE** – Avenida Santa Mônica, 450, Franca – Londrina/PR – CEP 86027-610
- E-mail Institucional: normas@unicesumar.edu.br
- Diretor Geral: Paulo César Gonçalves Valle



1.3 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A **Faculdade CESUMAR de Londrina** está em fase de credenciamento por meio do processo 201602433 com autorização dos cursos de Bacharelado em Agronomia – 201602434; Bacharelado em Ciências Biológicas – 201603253; Bacharelado em Design Gráfico – 201602438; Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária – 201602443; e, Bacharelado em Engenharia de Alimentos – 201602439.

A mantenedora, **Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda. – CESUMAR** (Cód. 560), é Pessoa Jurídica de Direito Privado, Com Fins Lucrativos – Sociedade Civil, com CNPJ 79.265.617/0001-99. Seu 4º Contrato Social registrado na Junta Comercial do Paraná – Ag. Regional de Maringá sob o nº 20151343438 – 15/134343-8 em 23/2/2015. Tem foro e sede no Município de Maringá, Estado do Paraná, com endereço da sede na Av. Guedner, nº 1610, bairro Jardim Aclimação, CEP: 87050-390. O CESUMAR tem como presidente e responsável legal o Sr. Cláudio Ferdinandi e foi fundado em 7 de Junho de 1986.

A atuação comprovada da Mantenedora em educação superior teve início no ano de 1990 com o Credenciamento da primeira Faculdade e, em 2001 receberam parecer favorável do Ministério da Educação para transformação em Centro Universitário, localizado em Maringá, que nos indicadores de qualidade das instituições de educação superior divulgados em 2015 pelo MEC, obteve excelentes conceitos nos cursos que prestaram o ENADE em 2014, e pelo 6º ano consecutivo o conceito de **IGC 4** e **CI 5**, ficando entre as melhores instituições do país e mantendo-se ao lado das principais instituições públicas do Paraná, como UEM, UEL, UEPG, UNIOESTE e UFPR.

1.4 MISSÃO

A Missão da **Faculdade CESUMAR de Londrina** é “Promover a educação de qualidade nas diferentes áreas do conhecimento, formando profissionais cidadãos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária”.

Pretende ainda como Visão ser reconhecida como uma Instituição de referência regional e nacional pela:

- I. Qualidade e compromisso do corpo docente;
- II. aquisição de competências institucionais para o desenvolvimento de linhas de pesquisa;



- III. consolidação da extensão universitária;
- IV. qualidade da oferta do ensino presencial;
- V. bem-estar e satisfação da comunidade interna;
- VI. qualidade da gestão acadêmica e administrativa;
- VII. compromisso social de inclusão;
- VIII. processos de cooperação e parceria com o mundo do trabalho;
- IX. compromisso e relacionamento permanente com os egressos, incentivando a educação continuada.

1.5 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

A **Faculdade CESUMAR de Londrina** se organizou em três centros de ensino:

- I. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
- II. Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
- III. Centro de Ciências Exatas, Agrárias e Tecnológicas.

1.6 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL COM AS INSTÂNCIAS DE DECISÃO

Pelo Regimento Geral da **Faculdade CESUMAR de Londrina**, integram a estrutura organizacional:

TÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

Art. 5º A **Faculdade CESUMAR de Londrina**, para os efeitos de sua administração, conta com órgãos colegiados deliberativos e normativos, órgãos executivos e órgãos de apoio técnico e administrativo.

§ 1º São órgãos colegiados deliberativos e normativos:

- I. Conselho Superior - CONSUP;
- II. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE;
- III. Colegiados de Curso.



§ 2º São órgãos executivos:

- I. Diretoria Geral;
- II. Vice-Diretoria;
- III. Diretorias Acadêmicas e Administrativas;
- IV. Coordenadorias de Curso;
- V. Instituto Superior de Educação – ISEN.

1.7 INSERÇÃO REGIONAL

A **Faculdade CESUMAR de Londrina** está localizada no Norte do Paraná, uma região de terra roxa, muito fértil, era, até poucas décadas, uma extensa floresta. A colonização espontânea foi marcada pelo arrojo de homens saídos de Minas Gerais ou de São Paulo, que foram chegando à área de Cambará, entre 1904 e 1908. Rapidamente, a faixa entre Cambará e o Rio Tibagi – uma linha que representaria o futuro percurso da ferrovia São Paulo-Paraná – foi tomada por grandes propriedades cujos donos, via de regra, as subdividiam em pequenas parcelas vendidas como lotes urbanos ou rurais.

Enquanto isso, vastas áreas de terra roxa de domínio estadual, localizadas a Oeste do Rio Tibagi, permaneciam praticamente inexploradas, sofrendo os efeitos de um lento e ineficaz plano de colonização do governo. Em 1920, percebia-se uma séria frustração nas expectativas de ocupação da área, em virtude da morosidade do Estado.

Havia falta de continuidade, recursos financeiros limitados e uma visível inépcia oficial. O quadro, além disso, já tinha sido agravado com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, que não apenas interrompeu o fluxo de imigrantes como também provocou desconfiança naqueles que já se encontravam na região.

A partir de 1922, o governo estadual começa a conceder terras a empresas privadas de colonização, preferindo usar seus recursos na construção de escolas e estradas. Em 1924, inicia-se a história da Companhia de Terras Norte do Paraná, subsidiária da firma inglesa Paraná Plantations Ltda., que deu grande impulso ao processo desenvolvimentista na região norte.

Naquele ano, atendendo a um convite do governo brasileiro – que sabia do interesse dos ingleses em abrir áreas para o cultivo de algodão no exterior – chega a Missão Montagu, chefiada por Lord Lovat, técnico em agricultura e reflorestamento. Lord Lovat ficou impressionado com a



exuberância do solo norte-paranaense e acabou adquirindo duas glebas para instalar fazendas e máquinas de beneficiamento de algodão, com o apoio da “Brazil Plantations Syndicate”, de Londres.

O empreendimento fracassou, devido aos preços baixos e à falta de sementes sadias no mercado, obrigando a uma mudança nos planos. Foi criada, assim, em Londres, a Paraná Plantations e sua subsidiária brasileira, a Companhia de Terras Norte do Paraná, que transformaria as propriedades do empreendimento frustrado em projetos imobiliários.

Já de início, a Companhia concedeu todos os títulos de propriedade da terra, medida inusitada para as condições da região e mesmo do Brasil. Por isso, os conflitos entre colonos antigos e os recém-chegados praticamente não existiram na zona colonizada pelos ingleses.

Porém, a grande novidade introduzida pela Companhia e que lhe valeria o “slogan” de “a mais notável obra da colonização que o Brasil já viu” foi a repartição dos terrenos em lotes relativamente pequenos. Os ingleses promoveram, desta forma, uma verdadeira reforma agrária, sem intervenção do Estado, no Norte do Paraná, oferecendo aos trabalhadores sem posses a oportunidade de adquirirem os pequenos lotes, já que as modalidades de pagamento eram adequadas às condições de cada comprador.

A Companhia explicitaria a sua política: “Favorecer e dar apoio aos pequenos fazendeiros, sem por isso deixar de levar em consideração aqueles que dispunham de maiores recursos”.

Este sistema estimulou muito a concentração da produção – principalmente cafeeira, a explosão demográfica, a expansão de núcleos urbanos e o aparecimento de classes médias rurais.

O projeto de colonização, além disto, trouxe outras inovações, como a propaganda em larga escala, transporte gratuito para os colonos, posse das terras em quatro anos, alguma assistência técnica e financeira, levantamento de toda a área e até o mapeamento do solo em algumas zonas.

Londrina surgiu em 1929, como primeiro posto avançado deste projeto inglês. Na tarde do dia 21 de agosto de 1929, chegou a primeira expedição da Companhia de Terras Norte do Paraná ao local denominado Patrimônio Três Bocas, no qual o engenheiro Dr. Alexandre Rasgulaeff fincou o primeiro marco nas terras onde surgiria Londrina. O nome da cidade foi uma homenagem prestada a Londres – “pequena Londres”, pelo Dr. João Domingues Sampaio, um dos primeiros diretores da Companhia de Terras Norte do Paraná. A criação do Município ocorreu cinco anos mais tarde, através do Decreto Estadual n.º 2.519, assinado pelo interventor Manoel Ribas, em 3 de dezembro de 1934. Sua instalação foi em 10 de dezembro do mesmo ano, data em que se comemora o aniversário da cidade. O primeiro prefeito nomeado foi Joaquim Vicente de Castro.



A primeira década após a fundação foi uma fase de desenvolvimento comercial. Neste período aconteceu um fortalecimento da estrutura comercial de Londrina, quando muitas empresas paulistas se instalaram na região (alimentícia, armazéns, atacadistas). O setor industrial limitava-se a ordenar a matéria prima regional (máquinas de café e cereais), mantendo a dependência em relação a outros centros urbanos com maior grau de industrialização. As principais realizações no final dos anos 40 foram: a implantação de galerias pluviais, construção de escolas, elaboração do plano urbanístico – o que demonstrou uma preocupação com a ocupação do solo.

Londrina, já nos anos 50, emergiu no cenário nacional como importante cidade do interior do Brasil. Neste período, apresentou considerada expansão urbana em razão da produção cafeeira no norte do Paraná, em especial na cidade de Londrina, o que levou à intensificação do setor primário de toda região. Nesta década a população passou de 20.000 habitantes para 75.000, sendo que quase metade se encontrava na área rural.

No final desse decênio Londrina contava com um complexo urbano que consistia em faculdade, colégios, postos de saúde, hospitais, rádios e complexos destinados ao lazer.

Nos anos 60 surgiram os primeiros conjuntos habitacionais, que se localizavam à distância de 6 a 7 Km do centro da cidade. Esses centros habitacionais foram edificados pela COHAB e atendiam às populações mais necessitadas da sociedade londrinense. Outro fato importante neste período foi a criação do Serviço de Comunicação Telefônica de Londrina – SERCOMTEL.

Em franco desenvolvimento, na década de 70, Londrina já contava com 230.000 habitantes e uma produção agrícola voltada para o mercado externo. Nesta época criou-se os primeiros centros industriais que visavam o incentivo e a coordenação do desenvolvimento industrial da cidade. Houve uma ampliação na prestação de serviços como educação, sistema de água e esgoto, pavimentação, energia elétrica, comunicação, e a criação do Parque Arthur Thomas, a construção da nova Catedral, Ginásio de Esporte Moringão, entre outras obras.

A década de 80 foi marcada pela fase de ação administrativa, quando o poder público demonstrou uma preocupação com o capital comercial e desenvolveu ações que incentivaram o planejamento urbano, tais como a retirada da ferrovia do centro, a criação das vias Expressa Norte - Sul e da Avenida Leste - Oeste, bem como a instalação do Terminal Urbano de Transporte Coletivo.

Londrina se consolidou como Polo Regional de bens e serviços e se tornou, definitivamente, a terceira mais importante cidade do Sul do Brasil na década de 90, quando foi desenvolvido o primeiro Plano Diretor. Neste período a cidade apresentava uma estrutura voltada para áreas residenciais em praticamente todo seu território, destacando a região central em razão do



desenvolvimento da construção civil, refletida em inúmeros edifícios de padrão médio e alto. A região Norte da cidade, que nas décadas anteriores se enquadrava como região rural, revelou-se como maior área residencial da cidade, apresentando uma concentração de conjuntos habitacionais financiados pelo BNH.

Década a década, verifica-se que Londrina teve um crescimento constante, consolidando-se como principal ponto de referência do Norte do Paraná, bem como exercendo grande influência e atração regional.



1.8 PERFIL DO MUNICÍPIO EM NÚMEROS

PERFIL AVANÇADO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

TERRITÓRIO E AUTORIDADE ELEITA					
Microrregião Geográfica	MRG de Londrina				
Desmembrado de	Jataizinho				
Data de Instalação	10/12/1934				
Data de Comemoração (Aniversário)	10 de dezembro				
Altitude da sede (IBGE) (m)	585				
Distância à Capital (SETR) (km)	377,77				
Autoridade Eleita (TRE-PR)	Marcelo Belinati Martins				
ELEITORES E ZONAS ELEITORAIS	FONTE	DATA	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Número de Eleitores	TSE	2016	353.314	513.423	7.869.450
Quantidade de Zonas Eleitorais	TRE-PR	2016	7	11	206
ÁREA TERRITORIAL E DEMOGRÁFICA	FONTE	DATA	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Área Territorial (ITCG) (km²)	ITCG	2017	1.656,606	3.500,640	199.880,200
Densidade Demográfica (hab/km²)	IPARDES	2016	334,05	226,22	56,25
Grau de Urbanização (%)	IBGE	2010	97,40	95,92	85,33
População - Estimada (habitantes)	IBGE	2016	553.393	791.907	11.242.720
População - Censitária (habitantes)	IBGE	2010	506.701	724.570	10.444.526
População - Censitária - Urbana (habitantes)	IBGE	2010	493.520	695.014	8.912.692
População - Censitária - Rural (habitantes)	IBGE	2010	13.181	29.556	1.531.834
População - Contagem (habitantes) ⁽¹⁾	IBGE	2007	497.833	702.867	10.284.503
Taxa de Crescimento Geométrico (%)	IBGE	2010	1,26	1,27	0,89
Índice de Idosos (%)	IBGE	2010	41,79	40,13	32,98
Razão de Dependência (%)	IBGE	2010	41,76	42,20	43,78
Razão de Sexo (%)	IBGE	2010	92,19	93,43	96,56
Taxa de Envelhecimento (%)	PNUD/IPEA/FJP	2010	8,68	8,50	7,55
DESENVOLVIMENTO HUMANO E RENDA	FONTE	DATA	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO



Índice de Desenvolvimento Humano - IDHM	PNUD/IPEA/FJP	2010	0,778	...	0,749
Índice de Gini da Renda Domiciliar <i>Per Capita</i>	IBGE	2010	0,5226	...	0,5416
EDUCAÇÃO	FONTE	DATA	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Matrículas na Creche (alunos)	MEC/INEP	2016	6.481	9.848	209.954
Matrículas na Pré-escola (alunos)	MEC/INEP	2016	14.783	21.029	231.155
Matrículas no Ensino Fundamental (alunos)	MEC/INEP	2016	61.815	89.249	1.430.589
Matrículas no Ensino Médio (alunos)	MEC/INEP	2016	22.533	32.175	457.554
Matrículas na Educação Profissional (alunos)	MEC/INEP	2016	4.242	4.865	82.447
Matrículas no Ensino Superior (alunos)	MEC/INEP	2015	43.603	45.310	389.966
Taxa de Analfabetismo de 15 anos ou mais (%)	IBGE	2010	4,51	...	6,28
SAÚDE	FONTE	DATA	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Estabelecimentos de Saúde (número)	MS-CNES	2016	1.349	1.661	22.852
Leitos Hospitalares Existentes (número)	MS-CNES	2016	1.865	2.316	27.017
Taxa de Fecundidade (filhos/mulher)	PNUD/IPEA/FJP	2010	1,65	...	1,86
Taxa Bruta de Natalidade (mil habitantes)	IBGE/SESA-PR	2016	12,67	12,76	13,78
Taxa de Mortalidade Geral (mil habitantes) (P)	Datasus/SESA-PR	2016	6,69	6,77	6,72
Taxa de Mortalidade Infantil (mil nascidos vivos) (P)	Datasus/SESA-PR	2016	8,70	9,90	10,44
Taxa de Mortalidade em Menores de 5 anos (mil nascidos vivos) (P)	Datasus/SESA-PR	2016	10,84	12,27	12,36
Taxa de Mortalidade Materna (100 mil nascidos vivos) (P)	Datasus/SESA-PR	2016	28,52	49,49	40,02
DOMICÍLIOS E SANEAMENTO	FONTE	DATA	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Número de Domicílios Recenseados	IBGE	2010	181.167	256.394	3.755.090
Número de Domicílios Particulares Permanentes	IBGE	2010	164.898	233.364	3.298.297
Domicílios Particulares Permanentes - Com Água Canalizada	IBGE	2010	164.685	232.778	3.273.822
Domicílios Particulares Permanentes - Com Banheiro ou Sanitário	IBGE	2010	164.732	233.084	3.286.052
Domicílios Particulares Permanentes - Destino do Lixo - Coletado	IBGE	2010	160.801	225.273	2.981.998
Domicílios Particulares Permanentes - Com Energia Elétrica	IBGE	2010	164.646	232.784	3.284.181
Abastecimento de Água (unidades atendidas ⁽²⁾)	Sanepar/Outras	2016	231.912	301.437	3.746.241



Consumo de Água - Volume Faturado (m³)	Sanepar/Outras	2016	38.393.088	49.151.495	588.553.482
Consumo de Água - Volume Medido (m³)	Sanepar/Outras	2016	34.031.425	42.897.688	484.967.327
Atendimento de Esgoto (unidades atendidas) ⁽²⁾	Sanepar/Outras	2016	211.051	262.101	2.625.737
ENERGIA ELÉTRICA	FONTE	DATA	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Consumo de Energia Elétrica (Mwh)	COPEL	2016	1.352.308	1.978.011	28.368.705
Consumidores de Energia Elétrica (número) ⁽³⁾	COPEL	2016	236.125	332.974	4.615.622
TRABALHO	FONTE	DATA	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Estabelecimentos (RAIS) (número)	MTE	2015	18.553	24.342	314.993
Comércio Varejista	MTE	2015	6.375	8.333	107.940
Administradoras de Imóveis, Valores Mobiliários	MTE	2015	3.019	3.431	33.816
Alojamento, Alimentação, Radiodifusão e Televisão	MTE	2015	2.114	2.627	33.205
Empregos (RAIS) (número)	MTE	2015	173.359	230.528	3.113.204
Estabelecimentos (RAIS) nas Atividades Características do Turismo (ACTs) (número)	MTE	2015	1.258	1.511	20.003
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs - Alojamento (número)	MTE	2015	64	84	1.823
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs - Alimentação (número)	MTE	2015	960	1.151	14.807
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs - Transporte Terrestre (número)	MTE	2015	43	62	1.256
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs - Transporte Aéreo (número)	MTE	2015	4	4	34
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs - Transporte Aquaviário (número)	MTE	2015	-	-	25
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs - Agências de Viagem (número)	MTE	2015	85	93	983
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs - Aluguel de Transportes (número)	MTE	2015	30	30	281
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs - Cultura e Lazer (número)	MTE	2015	72	87	794
População em Idade Ativa (PIA) (pessoas)	IBGE	2010	440.897	628.926	8.962.587
População Economicamente Ativa (PEA) (pessoas)	IBGE	2010	275.978	393.360	5.587.968
População Ocupada (PO) (pessoas)	IBGE	2010	261.930	373.220	5.307.831
Taxa de Atividade de 10 anos ou mais (%)	IBGE	2010	62,58	62,55	62,35
Taxa de Ocupação de 10 anos ou mais (%)	IBGE	2010	94,91	94,88	94,99
AGROPECUÁRIA	FONTE	DATA	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO



Valor Bruto Nominal da Produção Agropecuária (R\$ 1,00)	DERAL	2015	727.475.431,16	1.835.132.970,73	77.821.205.812,74
Pecuária - Bovinos (cabeças)	IBGE	2015	50.031	81.723	9.314.908
Pecuária - Equinos (cabeças)	IBGE	2015	2.869	5.424	300.781
Pecuária - Ovinos (cabeças)	IBGE	2015	6.200	11.004	614.749
Pecuária - Suínos (cabeças)	IBGE	2015	11.500	33.763	7.134.055
Aves - Galináceos (cabeças)	IBGE	2015	1.800.482	4.645.876	324.034.053
Produção Agrícola - Soja (em grão) (toneladas)	IBGE	2015	163.200	499.265	17.229.378
Produção Agrícola - Milho (em grão) (toneladas)	IBGE	2015	229.500	757.737	15.777.409
Produção Agrícola - Trigo (em grão) (toneladas)	IBGE	2015	61.270	127.696	3.330.589
FINANÇAS PÚBLICAS	FONTE	DATA	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Receitas Municipais (R\$ 1,00)	Prefeitura	2015	1.608.213.650,91	2.174.046.269,32	30.414.538.748,13
Despesas Municipais (R\$ 1,00)	Prefeitura	2015	1.589.469.015,10	2.110.643.118,82	29.468.793.608,04
ICMS (100%) por Município de Origem do Contribuinte (R\$ 1,00)	SEFA-PR	2016	1.019.377.063,11	1.376.581.942,45	25.907.692.833,12
ICMS Ecológico - Repasse (R\$ 1,00)	SEFA-PR	2015	2.470.889,38	14.058.353,05	251.375.123,07
Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (R\$ 1,00)	MF/STN	2016	62.221.829,39	176.545.861,31	5.396.212.645,07
PRODUTO E RENDA	FONTE	DATA	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
PIB <i>Per Capita</i> (R\$ 1,00) ⁽⁴⁾	IBGE/Ipades	2014	29.136	30.887	31.411
Valor Adicionado Bruto (VAB) a Preços Básicos (R\$ 1.000,00) ⁽⁴⁾	IBGE/Ipades	2014	14.042.228	21.150.977	301.106.711
VAB a Preços Básicos - Agropecuária (R\$ 1.000,00) ⁽⁴⁾	IBGE/Ipades	2014	232.468	623.805	28.599.816
VAB a Preços Básicos - Indústria (R\$ 1.000,00) ⁽⁴⁾	IBGE/Ipades	2014	2.957.540	4.787.170	75.758.464
VAB a Preços Básicos - Serviços (R\$ 1.000,00) ⁽⁴⁾	IBGE/Ipades	2014	8.866.185	12.937.571	156.145.617
VAB a Preços Básicos - Administração Pública (R\$ 1.000,00) ⁽⁴⁾	IBGE/Ipades	2014	1.986.035	2.802.428	40.602.794
Valor Adicionado Fiscal (VAF) (R\$ 1,00) (P)	SEFA-PR	2015	8.419.813.875	14.946.517.867	254.029.322.845
VAF - Produção Primária (R\$ 1,00) (P)	SEFA-PR	2015	521.565.483	1.407.422.861	52.644.331.165
VAF - Indústria (R\$ 1,00) (P)	SEFA-PR	2015	2.565.725.735	5.295.880.969	111.082.022.362
VAF - Comércio/Serviços (R\$ 1,00) (P)	SEFA-PR	2015	5.321.078.098	8.229.614.850	89.603.805.782
VAF - Recursos/Autos (R\$ 1,00) (P)	SEFA-PR	2015	11.444.559	13.599.187	699.163.536

(1) Resultados da população residente em 1º de abril de 2007, encaminhados ao Tribunal de Contas da União em 14 de novembro de 2007. Para os municípios com mais de 170.000 habitantes (Cascavel, Colombo, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e São José dos Pinhais) não houve contagem da população e nesses



casos foi considerada a estimativa na mesma data.

(2) Unidades (economias) atendidas é todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio, etc.) ou subdivisão independente do imóvel para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa (Adaptado do IBGE, CIDE, SANEPAR).

(3) Refere-se às unidades consumidoras de energia elétrica (relógio).

(4) Nova metodologia. Referência 2010

Fonte: IPARDES, 2017

1.9 NÚMEROS DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO, REGIÃO E ESTADO

EDUCAÇÃO	FONTE	DATA	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Matrículas na Creche (alunos)	MEC/INEP	2016	6.481	9.848	209.954
Matrículas na Pré-escola (alunos)	MEC/INEP	2016	14.783	21.029	231.155
Matrículas no Ensino Fundamental (alunos)	MEC/INEP	2016	61.815	89.249	1.430.589
Matrículas no Ensino Médio (alunos)	MEC/INEP	2016	22.533	32.175	457.554
Matrículas na Educação Profissional (alunos)	MEC/INEP	2016	4.242	4.865	82.447
Matrículas no Ensino Superior (alunos)	MEC/INEP	2015	43.603	45.310	389.966
Taxa de Analfabetismo de 15 anos ou mais (%)	IBGE	2010	4,51	...	6,28

Fonte: IPARDES, 2017



2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

2.1 POLÍTICA DE ENSINO: O ENSINO DE QUALIDADE

Com base nos esclarecimentos que orientam a organização didático-pedagógica, a **Faculdade CESUMAR de Londrina** estabelece as políticas de ensino, a saber:

- I. Atender as diretrizes curriculares dos cursos e respeitar as cargas horárias exigidas, deixando eventuais especializações para programas a serem desenvolvidos em cursos de pós-graduação lato sensu;
- II. garantir que, nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, haja lugar para a iniciação científica, a prática da monitoria, as atividades científico-culturais e artísticas, os estágios curriculares e extracurriculares e a participação em projetos de extensão junto à comunidade acadêmica e à comunidade externa;
- III. flexibilizar os currículos dos cursos de graduação de modo a conter pluralidade de linhas de pensamento, definir conteúdos teóricos básicos e práticas profissionalizantes essenciais para a constituição de competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos, na perspectiva do “aprender a aprender”;
- IV. estabelecer procedimentos para o bom andamento de estágios, tccs, monografias, exercício da monitoria, iniciação científica e demais atividades práticas que integram o currículo dos cursos;
- V. aprimorar ações de nivelamento de conteúdos que deveriam ter sido adquiridos pelos alunos no ensino médio, principalmente no que tange às competências necessárias para a expressão escrita em língua portuguesa e fundamentos de matemática, cálculo, física, Teologia e biologia;
- VI. aprimorar, na organização curricular de cada curso de graduação, a disciplina de formação sociocultural e ética de forma a despertar a consciência sobre os acontecimentos do seu entorno social;
- VII. adotar estratégias didático-pedagógicas adequadas ao fomento da capacidade empreendedora do aluno;
- VIII. organizar um sistema de acompanhamento do aluno egresso, dos cursos de graduação, vistos não só como instrumentos de avaliação dos resultados finais do processo ensino-



aprendizagem, como também de apoio para o prosseguimento dos estudos, na perspectiva da educação continuada;

- IX. manter políticas para a renovação dos recursos materiais, equipamentos, laboratórios e biblioteca de acordo com as necessidades demonstradas nos projetos pedagógicos dos cursos;
- X. atualizar sistematicamente os projetos pedagógicos dos cursos de graduação, a partir de suas avaliações internas e externas;
- XI. analisar a evolução dos cursos existentes para a redefinição do pdi, respeitando seu período de vigência;
- XII. dar continuidade aos cursos de capacitação específicos para as áreas de didática e metodologia do ensino aos docentes;
- XIII. acompanhar a adequação dos currículos às novas exigências sociais, observadas as diretrizes curriculares para os cursos de graduação;
- XIV. estimular a prática de elaboração e recursos didáticos por meio do uso de novas tecnologias de comunicação e informação;
- XV. aprimorar os instrumentos de avaliação do desempenho escolar do corpo discente e da avaliação dos docentes pelos discentes, com o propósito de aperfeiçoar o programa de avaliação institucional;
- XVI. aprimorar as ações integradoras das teorias e das práticas profissionais;
- XVII. acompanhar o tempo efetivo de dedicação dos alunos às atividades acadêmicas e de produção científica realizada;
- XVIII. aprimorar e incentivar o uso adequado da biblioteca e dos laboratórios como meio de aprendizagem;
- XIX. aprimorar os programas de incentivo à leitura para o corpo docente e discente.

Neste contexto, o projeto, o plano e o currículo, muito mais que documentos técnico-burocráticos, constituem em instrumentos de ação política e pedagógica que garantem aos discentes uma formação global e crítica de modo a capacitá-los profissionalmente, e a proporcionar o desenvolvimento pessoal/profissional para o pleno exercício da cidadania.

Além disto, considera que, apesar da diversidade de caminhos, não há distinção hierárquica entre PPI e PPC, devendo ambos constituir um processo dinâmico, intencional, legítimo, transparente, em constante interconexão com o contexto da **Faculdade CESUMAR de Londrina**.



Como política institucional, busca-se continuamente a articulação entre a gestão institucional e a gestão do curso, bem como a adequação e implantação das políticas institucionais constantes no PDI.

No âmbito do Curso, as políticas institucionais permeiam a sua concepção com vinculações claras. Durante a formação os discentes serão instados a admitirem as diversidades e trabalharem em equipes. Assim ocorre na realização de atividades em sala de aula ou de aulas práticas em campo, onde os discentes têm que exercitar a discussão científica e técnica com colegas acadêmicos. Ocorre também em estágios supervisionados em que o discente é posto frente a situações do mundo real sem o aparato do orientador imediato, ou seja, existe um tempo em que as respostas, análises e argumentações deverão ser pautadas exclusivamente nos conhecimentos do próprio discente, em sua capacidade de relacionamento com pessoas, em sua capacidade de conduzir soluções.

A missão institucional não deixa dúvidas sobre a intenção de praticar ensino de qualidade e formar profissionais cidadãos para desenvolverem uma sociedade justa e solidária. Essa articulação só pode ser alcançada se houver na academia uma articulação semelhante conhecida por integração entre ensino, pesquisa e extensão. Somente o trabalho sinérgico de gestores, docentes, discentes, e técnicos pode conduzir a instituição ao caminho dessa relevante articulação. Muitas são as maneiras de caminhar por ela. Varia de instituição para instituição, de curso para curso. A integração entre ensino, pesquisa, e extensão tem a seguinte via: os docentes serão instados a pesquisarem e a discutirem suas pesquisas em sala de aula, em suas orientações de trabalho de conclusão de curso, em trabalhos de iniciação científica. Serão também instados a andarem na fronteira do conhecimento e da tecnologia a ser transmitida aos discentes, não com notícia e sim com responsabilidade consequente de aplicação, adaptação e dimensionamento. Paralelamente os discentes serão convocados e estimulados por meio de bolsas a participarem em programas de iniciação científica por meio de projetos desenvolvidos sob a orientação docente, nos laboratórios da instituição. A extensão é consequência natural na medida em que se cultiva o hábito de divulgar a ciência e seus resultados, e a tecnologia, bem como o hábito de compartilhar informações e conhecimentos.

2.2 FLEXIBILIZAÇÃO E GESTÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

- I. A composição do currículo será resultado da discussão coletiva do projeto político pedagógico e deverá contemplar um núcleo que caracterize a identidade do curso e em



torno do qual se construa uma estrutura que viabilize uma formação mais generalista e que aproveite todas as possibilidades e todos os espaços de aprendizado possíveis;

- II. A especificidade de cada curso deve definir a flexibilização pretendida. Logo, o projeto político pedagógico é o orientador para a flexibilização do currículo de cada curso e não deve resumir a mera reorganização de um conjunto de disciplinas;
- III. As atividades complementares devem contribuir para a flexibilização curricular, mas não devem ser consideradas o único meio de realizá-la;
- IV. O conteúdo das disciplinas deve refletir a flexibilização, mas as disciplinas não devem ser, assim como as atividades complementares, o único caminho para realizá-la;
- V. O projeto pedagógico do curso deve contemplar os procedimentos necessários à mobilidade acadêmica visando proximidade dos sujeitos às experiências oriundas de diferentes trajetórias intra e interinstitucional;
- VI. Buscar condições para que as diferentes demandas diagnosticadas possam conduzir uma formação social e profissional diversificada, superando, inclusive, as limitações impostas aos acadêmicos que frequentam os cursos noturnos;
- VII. Desenvolver ao longo do curso ações pedagógicas que permitam interface real entre o ensino, a pesquisa e a extensão, com o propósito de produzir novos conhecimentos, a partir de processos investigativos demandados pelas necessidades sociais.

2.3 FLEXIBILIZAÇÃO E OS PROCESSOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

O colegiado de Curso é o fórum privilegiado de discussão e implementação da flexibilização:

- I. A administração superior deve acompanhar os trabalhos realizados no âmbito das instâncias colegiadas responsáveis pelo curso, de forma que estas apresentem propostas que sejam exequíveis, pois as condições necessárias para a implementação da flexibilização compreendem desde a estrutura do sistema de controle acadêmico até a necessidade de investimentos em recursos humanos;
- II. É preciso manter revisão constante da legislação acadêmica, considerando-se que esta resulta das concepções que norteiam e definem o perfil da instituição.



2.4 FLEXIBILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

- I. A avaliação institucional é imprescindível para o planejamento de ações concretas e consequentes no âmbito da flexibilização;
- II. A avaliação da aprendizagem deve contemplar mecanismos capazes de verificar a concretização do perfil acadêmico pretendido;
- III. A verificação da qualidade de ensino supõe uma avaliação de critérios e parâmetros previamente estabelecidos que façam referência às mudanças pretendidas com a flexibilização e que contribuam com a construção permanente do projeto pedagógico de cada curso;
- IV. É importante definir e regulamentar formas de avaliação de saberes prévios adquiridos em outros espaços de aprendizagem, além de espaço da academia, conforme os princípios da flexibilização”.

2.5 POLÍTICA DE EXTENSÃO: ARTICULAÇÃO COM A SOCIEDADE

A articulação e a integração da **Faculdade CESUMAR de Londrina** com a sociedade ocorrerá por meio da extensão universitária, a partir dos projetos, eventos e cursos de extensão, da cooperação interinstitucional e da prestação de serviços.

2.6 POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Do ponto de vista teórico, “a diversidade pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças” (GOMES, 2008, p. 17). Significa variedade e multiplicidade que se constroem no contexto social e assim pode ser entendida como uma questão que se torna cada vez mais complexa, quanto mais complexas vão se tornando as sociedades.

A discussão sobre a diversidade na política de uma instituição de ensino implica na compreensão de que os aspectos observáveis que se aprende a ver como diferentes (étnico-raciais, sociais, geracionais, de religiosidade, de gênero, de orientação sexual, de pessoas com deficiências, entre outros), só passaram a ser percebidos dessa forma, porque os sujeitos históricos, na totalidade das relações sociais, no contexto da cultura e do trabalho, assim os nomearam e identificaram. A



importância desta compreensão está na relação estreita entre o olhar e o trato pedagógico da diversidade e a concepção de educação que informa as práticas educativas da instituição.

A concepção que identifica a diversidade como norma da espécie humana - os seres humanos são diversos em suas personalidades, em suas experiências culturais e em suas formas de perceber o mundo – orienta a abordagem da diversidade e também ressalta que a luta pelo direito à diversidade não se opõe à luta pela superação das desigualdades sociais.

Nesta linha de pensamento, o trato pedagógico da questão da diversidade indica que uma das dimensões do processo de inclusão social é a inclusão escolar, conjunto de políticas públicas e particulares com a finalidade de levar a escolarização a todos os segmentos humanos da sociedade, com ênfase na infância e juventude.

No Brasil, a Constituição de 1988, assim como a LDB nº. 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) destacam a importância e urgência de se promover a inclusão educacional como elemento formador da nacionalidade.

A legislação recente, e ainda pouco conhecida, coloca a questão da inclusão escolar para todos aqueles que se encontram à margem do sistema educacional: a população que não participa do consumo de bens materiais (produtos e mercadorias) e/ou serviços; que está fora do processo produtivo, seja pelo subdesenvolvimento, desemprego e subemprego e do acesso a bens culturais, saúde, educação, lazer e outros componentes da cidadania, e também os estudantes com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A **Faculdade CESUMAR de Londrina**, assumindo essas colocações, tem a compreensão da diferença e o respeito à diversidade como um dos eixos orientadores da sua ação e das práticas pedagógicas, que se traduzem nas seguintes ações:

- Eliminação de barreiras arquitetônicas para os portadores de necessidades especiais e atendimento da questão nas novas edificações;
- desenvolvimento de programas e projetos de extensão voltados às populações de baixa renda;
- manutenção de Programa Especial de Inclusão Digital – Digitando o Futuro, para crianças, jovens e adultos;
- participação nos Programas e Projetos Nacionais de Inclusão Social, de acessibilidade plena com a eliminação do conjunto de barreiras, a saber: arquitetônicas, pedagógicas, atitudinais, nas comunicações e digitais.
- manutenção de intérprete na Linguagem Brasileira de Sinais Libras.



2.7 POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE INCLUSÃO SOCIAL

A política de inclusão social estabelecida pela **Faculdade CESUMAR de Londrina** possui os seguintes objetivos:

- I. Promover a melhoria do desempenho dos alunos por meio de oficinas voltadas para a correção das dificuldades observadas na sua formação anterior ao ingresso na **Faculdade CESUMAR de Londrina**;
- II. propiciar as condições necessárias para a permanência nos cursos de graduação dos ingressantes;
- III. reforçar a política de assistência e acompanhamento estudantil;
- IV. ofertar aos discentes assistência pedagógica e tutorial;
- V. promover as ações necessárias para incentivar a redução das desigualdades sociais e regionais;
- VI. absorver parte do contingente de migrantes do município e da região mediante seus cursos superiores, qualificando e preparando os profissionais e trabalhadores para o desempenho eficiente de suas funções.

3. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

O presente projeto pedagógico foi concebido a partir de princípios de desenvolvimento que consideram as crescentes inovações científico-tecnológicas, o respeito às bases legais, às instituições e à ética, objetivando a valorização do homem, da sociedade e do meio ambiente.

CURSO DE BACHARELADO EM TEOLOGIA	
Modalidade	Bacharelado
Tempo de duração	3 anos
Integralização	Mínimo – 3 anos Máximo – 4 anos
Oferta de disciplinas	Regime Anual
Períodos:	Matutino e Noturno



Vagas Pretendidas	Matutino: 100 Noturno: 100
Coordenador do Curso	Nome: Roney de Carvalho Luiz Titulação: Mestre Tempo de Dedicação: 40 h semanais (T-40)

4. JUSTIFICATIVA DO CURSO

A Teologia como área específica de conhecimento, pode ser considerada como uma das mais antigas formas de sistematização do saber humano. No ano de 1220 a Universidade de Paris tornou-se o grande centro de ensino teológico cristão e ao final do século XIII e durante o século XIV foi o maior centro de ensino de toda a cristandade, particularmente em Teologia. Na Itália, a primeira universidade erigida em corporação organizada foi a Bolonha. Começou com a Faculdade de Direito e em 1352 adicionou-se a Faculdade de Teologia. Vários países da Europa, tais como a Alemanha, Espanha, Bélgica, Holanda, etc. bem como nos Estados Unidos da América, a Teologia encontra-se inserida nas universidades e oferecendo significativas contribuições para o avanço do conhecimento sobre as organizações religiosas, sobre os modos de articulação entre os seres humanos em organizações sustentadas pelas mais diferenciadas concepções e distintas experiências religiosas. Assim, a Teologia tem contribuído de forma decisiva na formação e capacitação de pessoas para o desempenho do serviço religioso, para a formação de pesquisadores e docentes aptos ao ensino religioso nos diferentes níveis educacionais e para a compreensão do ser humano, não apenas na relação com o Sagrado, mas também na elucidação dos modos pelos quais as representações de Sagrado interferem nas relações interpessoais, na construção de projetos de vida e na relação do ser humano com os acontecimentos mais significativos do cotidiano.

No Brasil, até a edição do parecer CNE/CES 241/99, de 15/03/99, a formação em Teologia, em geral, estava sujeita e a cargo da iniciativa das instituições religiosas ou de grupos motivados por convicções e ou necessidades particulares cujo resultado era a oferta de cursos livres de Teologia; o que em princípio, não ensejavam diploma de nível superior com validade nacional. Com o reconhecimento oficial do valor das percepções religiosas e do seu papel na dinâmica da vida social, da importância da experiência religiosa para o sujeito humano e para sua inserção em organizações,



grupos e instituições sociais; o Ministério da Educação, através do parecer acima citado, oferece novas possibilidades para a formação, capacitação e atualização de agentes religiosos para a atuação profissional em diferentes contextos.

Como área específica de saber e de prática, inserida na área de Ciências Humanas (conforme classificação da CAPES/CNPq), a Teologia compartilha do mesmo caráter interdisciplinar que as orienta, o que faz com que ela também seja portadora de um amplo espectro de preocupações. Por isso, a Teologia estabelece fortes relacionamentos com vários outros campos de conhecimento.

Alguns lidam diretamente com as questões relativas à pessoa humana (psicologia, antropologia), outros tratam das relações entre os grupos humanos (sociologia, comunicação), que têm como objetivo aplicar conhecimentos ao aperfeiçoamento da sociedade e melhoria da qualidade de vida das pessoas (serviço social, pedagogia, ecologia) e há também aqueles que estudam a construção e história do desenvolvimento do pensamento humano, sobretudo no que diz respeito à construção dos critérios através dos quais os seres humanos elaboram resposta sobre o sentido da vida, da existência e sobre o senso de transcendência (filosofia).

Nas duas últimas décadas, com o surgimento de programas de mestrado e doutorado em Teologia e Ciências da Religião, essa área tem se desenvolvido, dentro do escopo das ciências humanas e sociais, voltada especificamente para o estudo das diversas manifestações religiosas na história da humanidade e na sociedade atual, servindo-se para tanto, do método fenomenológico, de pesquisas históricas, análises sociológicas e psicológicas.

A Teologia é, portanto, uma ciência humana intimamente relacionada às Ciências da Religião. Embora, ela se diferencie das Ciências da Religião na medida em que se debruça sobre a pesquisa, ensino e práticas relacionadas com o saber teológico desenvolvido dentro da Tradição cristã. Desse modo, a Teologia tem como objeto específico de estudo, os documentos da tradição cristã, a forma como as comunidades cristãs tem alimentado sua espiritualidade e mantido experiência de vida e fé religiosa. Por tradição cristã, base do saber teológico contemporâneo, referimo-nos aos conceitos e documentos definidos a partir do Cânon das Escrituras Sagradas (Antigo e Novo Testamento), do estudo histórico-crítico, da hermenêutica contemporânea, do estudo das diversas formas de tradução desse Cânon em doutrinas e práticas religiosas, do estudo do desenvolvimento institucional de comunidades religiosas e do desenvolvimento do pensamento cristão na história da sociedade ocidental. Atualmente, porém, a Teologia não parte, enquanto campo de estudo acadêmico, da imposição de conceitos religiosos, ela procede da convicção de que o ser humano é cercado por uma complexidade que não pode ser alcançada pelas formas de abordagem estabelecidas e utilizadas



pelas ciências biológicas, econômicas, jurídicas, exatas e etc. A história social revela a forte disposição do ser humano pela busca de respostas de natureza espiritual; o que indica que a busca pelo Sagrado se faz presente, de forma marcante e isso pode ser percebido nas mais diversas formas de manifestações de grupos humanos na cultura contemporânea.

A Teologia compreende e aceita que a experiência com o Sagrado define um dos traços mais significativos da existência humana, isto é, a experiência religiosa participa do processo de constituição da identidade humana, de suas relações sociais, de seu modo de ser e de suas aspirações mais profundas e significativas. Por esse caminho compreensivo, a Teologia pode afirmar o seu “status” como área de conhecimento e de prática e assim contribuir com o desenvolvimento do conhecimento sobre o ser humano, enfocando a importância de suas crenças como elemento de orientação de suas relações interpessoais, seu comportamento, seu modo de ser e de se relacionar com as solicitações do cotidiano.

É através das formulações de seus credos, da sistematização de suas doutrinas e da ordenação de seus símbolos e liturgias que os grupos religiosos articulam e direcionam os seus anseios de compreensão sobre a existência humana e sobre o divino. E, através da institucionalização das práticas e dos ritos religiosos, em comunidades, esses anseios de compreensões do humano e do divino se concretizam e ganham um formato de campo de racionalidade capaz de alimentar a espiritualidade humana. Assim, a Teologia se constitui em campo de saber e de prática no qual acontece a interação entre o teólogo e seu objeto de observação. O que em geral se faz com o objetivo de investigar e produzir estratégias de intervenção em situações específicas dos grupos religiosos e, mais particularmente, com o objetivo de oferecer formação de agentes religiosos, de teólogos cristãos de ofício, que sejam capazes de desempenharem papéis de liderança em comunidades religiosas, contribuindo, dessa forma, com o desenvolvimento da ética cristã e assumindo, de forma responsável o compromisso com a transformação da sociedade. Pois, teólogos com formação sólida e comprometida com os princípios cristãos, além da capacidade para a execução de uma leitura crítica da realidade humana e social, também devem ser capazes de encontrar respostas que alimentem a esperança e a coragem para o enfrentamento das dificuldades e sofrimentos encontrados na trajetória da vida. Assim, ao influenciarem os grupos nos quais estão inseridos, influenciarão a sociedade como um todo. É certamente no reconhecimento do valor dessas percepções religiosas e do seu papel social que o Ministério da Educação (MEC) acatou o parecer da Câmara de Educação Superior do Conselho Federal de Educação, relativamente ao reconhecimento de cursos superiores de Teologia.



O curso de Bacharelado em Teologia da **Faculdade CESUMAR de Londrina** busca formar profissionais para suprir esse campo da atividade religiosa, cada vez mais crescente em nosso país. Por ter também uma função social, cabe ao curso de Teologia oferecer condições necessárias para o aprendizado de conteúdos teóricos e metodológicos necessários para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa em Teologia, desenvolver habilidades e competências necessárias para o domínio teórico e metodológico dos procedimentos de intervenções em diferentes contextos e práticas específicos do campo do saber teológico. O curso de Teologia visa atender o grande número de pessoas, de diversas denominações religiosas cristãs, que buscam pelo aprofundamento de sua fé, sobretudo aqueles que estão engajados em alguma atividade ministerial ou pastoral, na sua comunidade, (ensino, liturgia, batismo, os diversos tipos de ministérios e pastorais) e precisam estar preparados para exercer adequadamente sua função. Visa ainda, atender pesquisadores de diversas áreas que, por alguma razão, se interessam pelo fenômeno religioso que lhe é afim em seu trabalho ou área de interesse, ou ainda, porque atuam no ensino religioso e buscam preparação mais específica nos conteúdos bíblicos, teológicos e religiosos.

Por fim, atende ainda pessoas de todas crenças que buscam um estudo fundamentado nas razões últimas das diversas tradições cristãs. Por estas razões justifica-se a oferta do Curso de Graduação em Teologia - Bacharelado na cidade de Londrina que esta demanda se faz presente em todas regiões do país.

5. OBJETIVOS DO CURSO

Considerando as bases expostas, o Curso de **Teologia** tem como balizadores da gestão e do desenvolvimento das ações educacionais os seguintes objetivos gerais e específicos:

OBJETIVOS GERAIS:

- a) Formar pessoas para o exercício do serviço religioso com capacidade para a formulação estratégias de identificação e interpretação de problemas relacionados com questões referentes às práticas religiosas contemporâneas;
- b) Habilitar pessoas para o planejamento, elaboração e administração de procedimentos de intervenção capazes de solucionar demandas e questões referentes às experiências religiosas em diferentes contextos e realidades socioculturais;



c) Capacitar pessoas para o planejamento e desenvolvimento de atividades pertinentes à vida religiosa em instituições eclesiais e seculares, orientadas pelo compromisso com a promoção e desenvolvimento integral do ser humano, sustentadas por princípios éticos e motivados por valores cristãos;

d) Desenvolver habilidades e competências para o desenvolvimento e difusão de conhecimento científico e cultural e contribuir para a sistematização de conceitos e procedimentos metodológicos úteis para o ensino, para a pesquisa e para aprimorar as intervenções no âmbito da Teologia.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Desenvolver no aluno habilidades e competências para:

a) Atuação em comunidades religiosas, para o exercício de funções pastorais e em papel de liderança, para a administração de liturgias cultuais, comunicação da mensagem bíblica e produção de conhecimento para o ensino religioso;

b) Elaboração e desenvolvimento de projetos e serviços de capelania, para o aconselhamento e ajuda espiritual em hospitais, escolas e unidades militares;

c) Elaboração, administração, execução e avaliação de projetos de ensino religioso em instituições de ensino nos diferentes níveis da educação;

d) Elaboração, administração, desenvolvimento e execução de projeto de desenvolvimento de comunidades religiosas e de projetos socioeducativos, incluindo treinamento e capacitação de pessoas para o engajamento e participação em atividades de evangelização e crescimento de comunidades religiosas;

e) Aplicação de procedimentos de compreensão, interpretação e comunicação dos textos da tradição cristã e das realidades nas quais esses textos foram produzidos e interpretados, bem como para a compreensão da forma através das quais os referidos textos participam da realidade religiosa contemporânea;

f) Elaboração e desenvolvimento de projeto de investigação científica, escolha e aplicação adequada das metodologias disponíveis para a compreensão do fenômeno religioso.



6. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O Bacharel em **Teologia** estará capacitado para assumir função de liderança em diferentes instituições e confissões religiosas; deverá oferecer cuidados pastorais e instrução religiosa, administrar liturgias comunitárias, consolo e acompanhamento espiritual em diferentes contextos e situações.

Tal profissional deverá estar apto para a atividade da prédica e ensino religioso, da supervisão do ensino bíblico e teológico na comunidade que estiver sob sua liderança, bem como desempenhar atividades relacionadas à administração das questões socioreligiosas, o que inclui a formação de uma consciência ética e responsabilidade no que se refere ao desenvolvimento da cidadania e da construção da dignidade da vida humana e de seu ambiente físico e social.

Para o desenvolvimento das atividades relacionadas aos serviços religiosos nas comunidades cristãs o graduado pelo curso de Bacharel em Teologia se caracterizará pelo que se segue:

- Habilidade para identificação, interpretação e aplicação do saber teológico em situações - problemas, de maneira que a espiritualidade e experiência de fé possam consolidar o projeto de vida dos indivíduos, grupos e ou comunidades;
- Capacidade para contextualizar a mensagem dos textos sagrados mantendo a sua integridade original e aplicá-la adequadamente na docência, nas celebrações litúrgicas, no aconselhamento, em situações de crise religiosa, na resolução de conflitos interpessoais e nas comunicações públicas ou privadas;
- Compromisso com a divulgação da fé cristã às pessoas não diretamente ligadas à Comunidade religiosa, sempre com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento integral do ser humano, orientado pelo respeito à liberdade religiosa pelas diferentes formas de expressão de crença e rituais religiosos.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação de Teologia, Resolução Nº. 4, de 16 de setembro de 2016, o egresso em Teologia deverá ter como base formativa os fundamentos constitutivos da construção do fenômeno humano e religioso sob a ótica da contribuição teológica considerando o ser humano em todas as suas dimensões. Deverá ser capaz de refletir criticamente sobre a questão do sentido da vida, devendo proporcionar sólido conhecimento para compreender, analisar, refletir, e descrever criticamente os fenômenos religiosos, articulando a religião



e outras manifestações culturais, apontando a diversidade dos fenômenos religiosos em relação ao processo histórico-social.

- Compreender os conceitos pertinentes ao campo específico do saber teológico, segundo sua Tradição, e ser capaz de estabelecer as devidas correlações entre estes e as situações práticas da vida;
- integrar várias áreas do conhecimento teológico para elaborar modelos, analisar questões e interpretar dados em harmonia com o objeto teológico de seu estudo;
- compreender a construção do fenômeno humano e religioso sob a ótica da contribuição teológica considerando o ser humano em todas as suas dimensões e refletir criticamente sobre a questão do sentido da vida;
- analisar, refletir, compreender e descrever criticamente os fenômenos religiosos, articulando a religião e outras manifestações culturais, apontando a diversidade dos fenômenos religiosos em relação ao processo histórico-social;
- promover a reflexão, a pesquisa, o ensino e a divulgação do saber teológico;
- compreender a dimensão da transcendência como capacidade humana de ir além dos limites que se experimentam na existência;
- exercer presença pública interferindo construtivamente na sociedade na perspectiva da transformação da realidade e na valorização e promoção do ser humano;
- assessorar e participar de instituições confessionais, interconfessionais, educacionais, assistenciais e promocionais, tanto na perspectiva teórica, quanto na prática;
- elaborar e desenvolver projetos de pesquisa dentro das exigências acadêmicas;
- prosseguir em sua formação teológica na perspectiva da educação continuada;
- participar de comitês e conselhos interdisciplinares, como os comitês Ambientais e de Bioética, Ética em Pesquisa, Juntas de Conciliação, entre outros promovendo a defesa dos direitos inalienáveis do ser humano e contribuindo para a construção permanente de uma sociedade mais justa e harmônica;
- Perceber as dinâmicas socioculturais, tendo em vista interpretar as demandas dos diversos tipos de organizações sociais e religiosas e dos diferentes públicos;
- Compreender as problemáticas contemporâneas, decorrentes da globalização, das tecnologias do desenvolvimento sustentável necessárias ao planejamento das ações sociais.



6.1 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Conforme as bases da Diretriz Curricular Nacional o curso de Teologia deverá possibilitar formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências, habilidades e atitudes:

Gerais: a) articular de forma interdisciplinar as interfaces existentes nas diferentes áreas das ciências humanas, da Teologia e de outros campos do saber, promovendo a integração teórico-prática; b) atuar em consonância com os princípios éticos de ação para a cidadania, considerando as questões contemporâneas sobre temas ligados aos direitos humanos, meio ambiente, educação étnico-racial, educação indígena e sustentabilidade; e c) produzir conhecimento científico no campo da Teologia e na área das ciências humanas.

Específicas: a) alcançar relevante conhecimento da respectiva Tradição religiosa, seja dos textos e narrativas fundantes, seja do desenvolvimento histórico da respectiva Tradição e das diferentes interpretações e correntes teológicas que se dão no interior de seu campo; b) interpretar narrativas, textos históricos e tradições em seu contexto, assim como sua hermenêutica, pelo domínio de instrumentos analíticos; c) desenvolver espírito científico e pensamento reflexivo; d) adquirir senso de reflexão crítica e de cooperação que permita o desenvolvimento do saber teológico e das práticas religiosas dentro de sua própria Tradição; e) empregar adequadamente os conceitos teológicos aliados às situações do cotidiano, revelando-se profissional participativo e criativo; f) articular o saber especificamente teológico com os saberes das outras ciências, de forma interdisciplinar; g) agir proativamente na promoção do diálogo, do respeito e da colaboração em relação às outras tradições religiosas e aos que não creem; h) tomar consciência das implicações éticas do seu exercício profissional e da sua responsabilidade social; i) atuar de modo participativo e criativo junto a diferentes grupos culturais e sociais, promovendo a inclusão social, a reflexão ética, o respeito à pessoa e aos direitos humanos; j) integrar grupos de reflexão e ação multidisciplinares e inter-religiosos; e k) desenvolver trabalhos em equipe e implementar projetos em organizações da sociedade.

6.2 CAMPO DE ATUAÇÃO

O bacharel em Teologia formado pela **Faculdade CESUMAR** estará apto e poderá atuar em:



- Liderança eclesiástica e ministerial (igreja e comunidades religiosas locais);
- agências missionárias e/ou humanitárias;
- capelania hospitalar, empresarial, escolar, militar, prisional, e em plataformas marítimas;
- docência no Ensino Teológico e áreas afins das humanidades;
- editoras; na produção de revistas e livros voltados para a religião;
- atividades em ONG's de atendimentos religiosos, sociais e humanitários;
- agentes de políticas públicas;
- desenvolvimento de pesquisas na área da Teologia, Ciências das Religiões e áreas afins.

7. FORMA DE INGRESSO NO CURSO E NA IES

O ingresso nos cursos de graduação se verifica por processo seletivo de acesso e deve abranger conhecimentos comuns a diversas formas de escolaridade do ensino médio, sem ultrapassar esse nível de complexidade, para avaliar a formação recebida pelos candidatos e sua aptidão intelectual para os estudos superiores.

A forma de realização do processo de ingresso é anunciada por meio de edital publicado em local próprio da **Faculdade CESUMAR de Londrina** observadas às normas e a legislação vigente, do qual deve constar, dentre outras informações, os cursos e o número de vagas, o prazo de inscrição, a documentação necessária, os critérios de classificação e desempate e outros esclarecimentos de interesse dos candidatos.

Têm direito e preferência à matrícula dentro do limite de vagas ofertadas, os candidatos que atingirem o maior número de pontos. No caso de empate na classificação, o desempate é feito, segundo os critérios aprovados pelo Conselho Superior.

Quando o número de candidatos classificados não preencher as vagas fixadas pode ser aberto novo processo seletivo, para preenchimento das vagas existentes, observada a legislação vigente.



Após convocação dos candidatos aprovados no processo seletivo de ingresso, restando vagas, estas podem ser preenchidas por portadores de diploma de graduação ou para transferência de discentes de outras instituições de educação superior, mediante processo seletivo.

Dos instrumentos de avaliação para seleção não é concedido revisão e seus resultados, para efeito de matrícula, são válidos apenas para o período letivo a que se destinam.

Na ocasião da publicação do edital de abertura do processo seletivo para ingresso a **Faculdade CESUMAR de Londrina** deve informar aos interessados, através de catálogo, as condições de oferta dos cursos, incluindo os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos docentes, recursos disponíveis, critérios de avaliação, taxas e demais informações, conforme orientação do Ministério da Educação.

As normas complementares à execução do processo seletivo de ingresso aos cursos de graduação serão aprovadas pelo Conselho Superior.

8. ESTRUTURA CURRICULAR

A organização da estrutura curricular constitui-se em um item importante do PPC e é nela que se visualiza, de modo amplo, a estrutura de todo o Curso, se explicitam as concepções de mundo, ser humano, educação, conhecimento e sociedade, que dão identidade ao curso e às políticas da **Faculdade CESUMAR de Londrina**. A organização curricular proposta evidencia os aspectos de flexibilidade, interdisciplinaridade, articulação entre teoria e prática e atende às determinações legais no que diz respeito à carga horária total do curso.

A legitimidade do PPC do Curso de Bacharelado em **Teologia** está ligada ao grau e nível de participação efetiva de toda a comunidade acadêmica e administrativa no processo de sua construção. Dessa forma, o currículo caracteriza-se pelas bases conceituais da formação acadêmica e profissional. Ele é um complexo dos diversos processos relacionados com a formação profissional, cultural e humanística dos alunos e está traduzido por componentes curriculares que se organizem a partir de disciplinas, eixos, ênfases e/ou núcleos, que contemplem a inclusão desses diferentes componentes, os quais integram conteúdos em projetos de ensino, experiências e atividades acadêmicas e de extensão, expressando a tradução das ações e dos movimentos necessários ao ensino e à aprendizagem.

Para construí-lo, foi necessária uma seleção de conhecimentos, competências, habilidades, atitudes, valores, metodologias e situações de aprendizagem consideradas importantes,



tendo por referência determinados destinatários e contextos do estado do conhecimento elaborado e da realidade cotidiana dos sujeitos, da cultura e da ciência em suas diferentes dimensões.

Essa é a perspectiva da **Faculdade CESUMAR de Londrina** em torno da qual se organizam todos os seus cursos, os quais assumem alguns princípios que permeiam toda sua organização curricular. Considera-se, portanto, os seguintes fatores:

(I) **Indissociabilidade** entre ensino, práticas investigativas e extensão - o ensino deve ser compreendido como o espaço da produção do saber, por meio da centralidade da investigação como processo de formação para que se possa compreender fenômenos, relações e movimentos de diferentes realidades e, se possível e necessário, transformar tais realidades.

(II) **Interdisciplinaridade** - a integração disciplinar possibilita a análise dos objetos de estudo sob diversos olhares, constituindo questionamentos permanentes que permitam a (re)construção do conhecimento.

(III) **Formação profissional para a cidadania** - a IES tem o compromisso de desenvolver o espírito crítico e a autonomia intelectual para que, por intermédio do questionamento permanente dos fatos, o profissional possa contribuir para o atendimento das necessidades sociais e educacionais.

(IV) **Autonomia intelectual** - a autonomia significa ser autor da própria fala e do próprio agir, sendo coerente na integração do conhecimento com a ação e nas decisões profissionais. O desenvolvimento de uma postura investigativa por parte do aluno é fundamental para que construa sua autonomia intelectual e profissional.

(V) **Responsabilidade, compromisso e solidariedade social** - a compreensão da realidade social e o estímulo à solidariedade social devem ser pontos integradores das ações de extensão vinculadas ao currículo.

A matriz curricular do Curso foi elaborada seguindo estes princípios e levando em consideração o perfil do egresso pretendido, suas peculiaridades e as necessidades sociais, bem como a atualização dos conteúdos curriculares, a adequação da carga horária e da bibliografia.

As estratégias didático-pedagógicas representam os instrumentos para a efetiva consolidação da proposta curricular explicitada no perfil e nas competências a serem desenvolvidas nos alunos, dando ênfase para a articulação entre a teoria e a prática operacionalizada por meio de diversas atividades que constituem o modelo pedagógico conforme descrito neste documento.

O Curso de Bacharelado em **Teologia** funciona em torno de eixos temáticos que se subdividem em temas articulados entre si, sustentando a sistematização gradual e contínua na



construção do conhecimento, compartilhando estudos e saberes. Espera-se que esse processo conduza à contínua reflexão dos alunos visando a consolidar as bases para as competências requeridas.

Os eixos temáticos visam, prioritariamente, a integração entre os conhecimentos disciplinares, que uma vez concretizada por ações simultâneas de interesse comum, procura atingir a interdisciplinaridade. Em consonância com a resolução das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de graduação em Teologia os conteúdos estão organizados em quatro grandes eixos temáticos complementares entre si:

- (1) Eixo de formação fundamental;
- (2) Eixo de formação interdisciplinar;
- (3) Eixo de formação teórico-prático;
- (4) Eixo de formação complementar.

Os eixos temáticos são articulados de forma orgânica ao longo dos três anos da vida acadêmica e reúnem as disciplinas da Matriz Curricular do Curso, como demonstrado abaixo:

Eixos Temáticos	Disciplinas (80 horas)	/H	
FORMAÇÃO FUNDAMENTAL	Introdução a Teologia Métodos e Interpretação Bíblica História e Cultura do Mundo Bíblico Teologia Sistemática I Teologia Sistemática II Teologias Contemporâneas Teologia Pública História da Igreja I História da Igreja II Estudo das Religiões Teologia e Pós Modernidade Gestão do Projeto de Vida	60h	.940h
FORMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA	Celebração Cúltica Pregação e Práticas Ministeriais Teologia, Comunicação e Novas Mídias Missões e Evangelização Aconselhamento Cristão Espiritualidade Cristã Línguas Bíblicas: Grego Línguas Bíblicas: Hebraico Métodos de Estudos Bíblicos no AT Métodos de Estudos Bíblicos no NT Educação Cristã e Ensino Religioso TCC (Trabalho de Conclusão de Curso – 100h)	80h	



FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR	Introdução a Psicologia Liderança e Gestão Ministerial Formação Sociocultural e Ética I Formação Sociocultural e Ética II Ciências Humanas e Sociais Ética Cristã e Responsabilidade Social Metodologia da Pesquisa Científica	60h
FORMAÇÃO COMPLEMENTAR	Estágio Supervisionado	00h
	Atividades Complementares	00h
TOTAL GERAL	Mínimo exigido pela diretriz: CNE/CES nº: 04/2016 (2.900 horas)	.900h

No Curso de Bacharelado Teologia a carga horária está computada em 60 minutos. No primeiro momento os alunos cursam o conteúdo da disciplina teórica em sala de aula com carga horária de 50 minutos e os 10 minutos finais são ministradas as orientações para a realização das Atividades de Estudo Programadas (AEP), onde o docente pelo sistema *moodle* encaminha atividades das aulas e atividades pedagógicas, descritas nos planos de ensino, a serem realizadas fora do ambiente acadêmico, complementando assim a carga horária de 60 minutos.

8.1 MATRIZ CURRICULAR DO CURSO

1º ANO	
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Celebração Cúltica	80
Ciências Humanas e sociais	80
História e Cultura do Mundo Bíblico	80
Introdução a Teologia	80
Métodos e Interpretação Bíblica	80
Educação Cristã e Ensino Religioso	80
Ética Cristã e Responsabilidade Social	80
Missões e Evangelização	80
Formação Sociocultural e Ética I	80



Metodologia da Pesquisa Científica	80
Atividades Complementares	70
CARGA HORÁRIA	870
2º ANO	
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Línguas Bíblicas: Grego	80
Espiritualidade Cristã	80
Teologia Sistemática I	80
Teologias Contemporâneas	80
Introdução a Psicologia	80
Teologia e Pós Modernidade	80
Métodos de Estudos Bíblicos no AT	80
História da Igreja I	80
Métodos de Estudos Bíblicos no NT	80
Pregação e Práticas Ministeriais	80
Atividades Complementares	60
CARGA HORÁRIA	870
3º ANO	
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Estudo das Religiões	80
Liderança e Gestão Ministerial	80
Formação Sociocultural e Ética II	80
Teologia, Comunicação e Novas Mídias	80
História da Igreja II	80



Teologia Pública	80
Teologia Sistemática II	80
Línguas Bíblicas: Hebraico	80
Aconselhamento Cristão	80
Gestão do Projeto de Vida	80
Trabalho de Conclusão de Curso	100
Estágio Supervisionado	200
Atividades Complementares	60
CARGA HORÁRIA	1160

RESUMO DA MATRIZ CURRICULAR

CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS	2.500
Estágio Supervisionado	200
Atividades Complementares	200
CARGA HORÁRIA TOTAL	2.900
Libras (optativa)	80

9. CONTEÚDOS CURRICULARES - EMENTAS DAS DISCIPLINAS

Os conteúdos curriculares do curso possibilitam o desenvolvimento do perfil profissional do egresso. Conforme a determinação das Diretrizes Curriculares para os cursos de **bacharelado** em **Teologia**, a estrutura curricular de formação foi montada considerando os conteúdos básicos e específicos da área do curso, e também de forma a atender os requisitos legais com relação à abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, dos direitos humanos e das relações étnico-raciais.

A seguir serão explicitados os eixos temáticos apresentados e a matriz curricular com suas



respectivas disciplinas e carga horária que os compõem. Foi indicado para cada eixo um conjunto de conteúdos básicos que são contemplados em diversas atividades didáticas tais como disciplinas, oficinas, atividades, discussões temáticas, seminários etc.

➤ O eixo de formação fundamental contempla conteúdos de formação básica que caracterizam o curso de teologia. Neste eixo são ministradas disciplinas relacionadas ao estudo das narrativas e textos sagrados que são tidos como fontes da teologia cristã protestante; das línguas originais do livro sagrado do cristianismo; das normas e regras de interpretação da Bíblia; do desenvolvimento do Cristianismo; do método, dos temas e das correntes teológicas construídas ao longo da história e contemporaneamente. Além disso, incluem-se nesse núcleo todas as disciplinas que atendem ao estudo da natureza da Tradição cristã protestante e de sua história.

➤ O eixo de formação interdisciplinar contempla conteúdos de cultura geral e de formação ética e humanística. Nele prevê disciplinas baseadas essencialmente em conhecimentos das humanidades, ciências humanas e sociais, com foco na ética e nas questões da sociedade contemporânea, em especial nas questões ligadas aos temas dos direitos humanos, educação étnica, educação indígena, educação ambiental e sustentabilidade. Foram agregados a este eixo conteúdos gerais de formação em liderança e gestão, ciências das religiões, ensino religioso, psicologia, e de outras áreas do conhecimento ou campos do saber, conforme o projeto de formação definido pela Instituição.

➤ O eixo de formação teórico-prática contempla conteúdos de domínios conexos que são importantes para a construção do perfil e das competências pretendidas de acordo com o projeto de formação definido. O eixo de formação teórico-prática contempla conteúdos formativos que têm a função de ampliar a formação do egresso concedendo-lhe condições para a aquisição de atitudes pretendidas com o curso e dentro da natureza própria de sua formação considerada na confessionalidade respectiva. Neste eixo se pretende que o egresso seja preparado para desenvolver seu papel diante da sociedade em busca de uma cidadania participativa e responsável.

➤ O eixo de formação complementar tem como objetivo possibilitar ao aluno reconhecer e testar habilidades, conhecimentos e competências, inclusive fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas ações de extensão junto à comunidade. Tais atividades, como a participação em seminários extracurriculares, estágios, palestras, conferências, grupos de pesquisa e eventos de caráter inter-religioso de promoção da cidadania e de respeito aos direitos humanos, devem prever acompanhamento, orientação e avaliação de docentes do curso segundo critérios regulamentados



no âmbito de cada instituição de ensino.

EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS

PRIMEIRO ANO

CELEBRAÇÃO CÚLTICA

EMENTA
Oferecer orientação para a percepção, entendimento e celebração do culto cristão, a partir de sua teologia e seus elementos constituintes: gestos, símbolos, cores, ritos, arte, expressão musical, corporal e sacramental, de acordo com o calendário do ano litúrgico cristão.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
LOWERY, R. H. Os reis reformadores : culto e sociedade no Juda do Primeiro Templo. São Paulo: Paulinas, 2004. COSTA, Valéria.; GOMES, Flávio. Religiões negras no Brasil : da escravidão à pós-emancipação. São Paulo: Selo Negro, 2016. 398 R382 2016 PAULA, Rafael de. Pregação e Práticas Ministeriais . Maringá-Pr.: Unicesumar, 2016.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
SHEDD, Russell P. Adoração bíblica . São Paulo: Vida Nova, 2003. LLOYD-JONES, D. Martyn. Os puritanos : suas origens e seus sucessores: palestras proferidas nas Conferências Puritana e Westminster, 1959 a 1978. São Paulo: Publicações Evangélicas Seleccionadas, 1993. HAHN, Carl Joseph; MENDONÇA, Antônio Gouvêa. História do culto protestante no Brasil . São Paulo: ASTE, 1989. ALLMEN, J. J. Von; SANTOS, Dirson Glênio Vergara dos. O culto cristão : teologia e prática. São Paulo: ASTE, 1968. LOPES, Augustus Nicodemus. O culto espiritual : um estudo em 1 Coríntios sobre questões atuais e diretrizes bíblicas para o culto cristão. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

CÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

EMENTA:
Estudo histórico-crítico dos principais conceitos e correntes filosóficas, sociológicas, psicológicas e antropológicas, e suas relações com os campos: histórico, político, econômico, educacional e especialmente religioso.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo . São Paulo: Liv. Pioneira, 1992.



UNICESUMAR - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ; FARIA, Jonas Silva; AGUIAR, Gilson. **Ciências humanas e sociais.** Maringá, 2016.
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia geral.** São Paulo: Atlas, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. **Sociologia e sociedade:** leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1998.
PAIXÃO, Alessandro Eziquiel da. **Sociologia Geral.** Curitiba: Intersaberes, 2012. (LIVRO VIRTUAL)
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando:** introdução a filosofia. São Paulo: Moderna, 2007.
MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia.** São Paulo: Brasiliense, 1982.
ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto. **Globalização e religião.** Petrópolis: Vozes, 1999.

HISTÓRIA E CULTURA DO MUNDO BÍBLICO

EMENTA:

História social de Israel desde a sua formação até o fim da hegemonia persa; estruturas sociais e vida cotidiana do povo de Israel. História social do judaísmo abrangendo os períodos sob hegemonia grega e romana; estruturas sociais e vida cotidiana do povo judeu; formação e expansão do cristianismo no âmbito do Império Romano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GUSSO, Antonio Renato. **Panorama histórico de Israel:** para estudantes da Bíblia. Curitiba: A.D. Santos, 2003.
HISTÓRIA de Israel e as pesquisas mais recentes. Petrópolis: Vozes, 2003.
GUNNEWEG, Antonius H. J.; FUCHS, Werner.: uma história da religião de Israel na perspectiva bíblico-teológica. São Paulo: Teológica Teologia bíblica do antigo testamento, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SICRE, José Luis; BARAÚNA, Luiz João. **Profetismo em Israel:** o profeta: os profetas: a mensagem. Petrópolis: Vozes, 2002.
DONNER, Herbert; TREIN, Hans; MOLZ, Claudio. **História de Israel e dos povos vizinhos dos primórdios até a formação do Estado** História de Israel e dos povos vizinhos dos primórdios até a formação do Estado. São Leopoldo: Sinodal, 2004.
PIXLEY, Jorge; MINCATO, Ramiro. **A história de Israel a partir dos pobres.** Petrópolis: Vozes, 2002.
SCHULTZ, Samuel J.; BENTES, João Marques. **A história de Israel no Antigo Testamento.** São Paulo: Vida Nova, 1977.
PACKER, James I.; TENNEY, Merrill C.; WHITE, William. **O mundo do Antigo Testamento.** São Paulo: Vida, 2002.



INTRODUÇÃO À TEOLOGIA

EMENTA:

Introdução à natureza do método em teologia, as fontes do conhecimento teológico e o seu caráter interdisciplinar. Estudo da revelação geral e especial. Inspiração da autoridade dos documentos da teologia cristã.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

STRONG, Augustus Hopkins; VICTORIANO, Augusto. **Teologia sistemática**. São Paulo: Hagnos, 2003.

ZABATIERO, Júlio Paulo Tavares. **Teologia Bíblica**. Maringá-Pr.: Unicesumar, 2016

DA COSTA, Hermisten Maia Pereira; LUIZ, Roney de Carvalho. **Teologia Sistemática I**. Maringá-Pr.: Unicesumar, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERREIRA, Franklin; MYATT, Alan. **Teologia sistemática: uma análise histórica, bíblica e apologética para o contexto atual**. São Paulo: Vida Nova, 2007.

DOGMÁTICA cristã. São Leopoldo: Sinodal, 2002.

GRUDEM, W. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Vida Nova, 2008.

BARTH, Karl. **Introdução à teologia evangélica**. São Leopoldo: Sinodal, 2002. LIBÂNIO, João Batista. **Introdução à teolo: perfil, enfoques, tarefas**. São Paulo: Loyola, 2001.

MÉTODOS E INTERPRETAÇÃO BÍBLICA

EMENTA:

Elementos de análise do discurso; Elementos fundamentais da história da exegese bíblica; discussão sobre a natureza do trabalho exegético; relação entre exegese e hermenêutica. Análise das abordagens exegéticas acrônicas, sincrônicas e diacrônicas. Fundamentos da hermenêutica aplicada às Escrituras Sagradas e o trabalho de interpretação do texto bíblico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SILVA, Cássio Murilo Dias da. **Metodologia de exegese bíblica**. São Paulo: Paulinas, 2002.

FEE, Gordon D.; STUART, Douglas; CHOWN, Gordon. **Entendes o que lês?: um guia para entender a Bíblia com o auxílio da exegese e da hermenêutica**. São Paulo: Vida Nova, 2002.

MOSCONI, Luis. **Para uma leitura fiel da Bíblia**. São Paulo: Loyola, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PELLETIER, Anne-Marie; SILVA, Paula Silva Rodrigues C. **Bíblia e hermenêutica hoje**. São Paulo: Loyola, 2006.

BENTHO, Esdras Costa. **Hermenêutica: facial e descomplicada: como interpretar a Bíblia de maneira prática e eficaz**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 2003.

STUART, Douglas; FEE, Gordon D.; KIRSCHNER, Estevan; OLIVEIRA, Daniel de. **Manual de exegese bíblica: antigo e novo testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2008.

ZABATIERO, Júlio Paulo Tavares. **Manual de exegese**. São Paulo: Hagnos, 2007.



CULLMANN, Oscar; WEBER, Bertoldo. **A formação do Novo Testamento**. São Leopoldo: Sinodal, 2003.

EDUCAÇÃO CRISTÃ E ENSINO RELIGIOSO

EMENTA:

Fundamentos bíblicos, teológicos, pedagógicos e psicológicos da Educação Cristã. Elaboração de Currículo e Programa em Educação Cristã.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

OLIVEIRA, Edilson Turozi de. **Ensino religioso: fundamentos epistemológicos**. Curitiba: Intersaberes, 2012. (LIVRO VIRTUAL)

ZABATIERO, Júlio Paulo Tavares. **Métodos e Interpretação Bíblica**. Maringá-Pr.: Unicesumar, 2016

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação**. São Paulo: Moderna, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRADE, Claudionor Corrêa de. **Teologia da educação cristã**: a missão educativa da Igreja e suas implicações bíblicas e doutrinas. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Didática**: o ensino e suas relações. Campinas: Papirus, 2007.

Fundamentos teológicos educacionais. Intersaberes Org. Curitiba: Intersaberes, 2015. (LIVRO VIRTUAL)

MELO, José Joaquim Pereira; PIRATELLI, Marcos Roberto. **Ensaio sobre o cristianismo na antiguidade: história, filosofia e educação**. Maringá: Eduem, 2006.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

ÉTICA CRISTÃ E RESPONSABILIDADE SOCIAL

EMENTA:

Fundamentos bíblico-teológicos da diaconia e da ação social. O pensamento político, econômico e social da Reforma Protestante. Contribuição da teologia latino-americana para a construção da ação social na Igreja nos dias de hoje. A moral, a ética e a ética cristã. Conceitos gerais e históricos da responsabilidade social e as áreas de ação e suas consequências no meio social e religioso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARIANO, Rubem Almeida. **Teologia, Comunicação e Novas Mídias**. Maringá-Pr.: Unicesumar, 2016.

MARIANO, Rubem Almeida. **Aconselhamento Cristão**. Maringá-Pr.: Unicesumar, 2016.

HOEBEL, E. Adamson **Antropologia cultural e social**. Antropologia cultural e social. São Paulo: Cultrix, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BÍBLIA King James Atualizada (KJA): **FREEMIND**: mente livre, emoções saudáveis. Tradução dos manuscritos nas línguas originais do Tanakh (Bíblia Hebraica), e o B'rit Hadashah (Novum



Testamentum Graece), de acordo com o estilo clássico, majestoso e reverente da Bíblia King James (Authorized Version), de 1611. São Paulo: Abba Press, 2012.

COMBLIN, José. **Atos dos apóstolos**. Petrópolis: Vozes, 2001.

ROCHA, Calvino. **Responsabilidade social da Igreja**. Londrina: Descoberta, 2003.

LÉONARD, Émile G. & SCHUTZER, Linneu de Camargo, trad. **O protestantismo brasileiro: estudo de eclesiologia e história social**. São Paulo: Aste, 2002.

BARRO, Jorge Henrique. **Ações pastorais da Igreja com a cidade**. Londrina: Descoberta, 2000.

MISSÃO E EVANGELIZAÇÃO

EMENTA:

Reflexão crítica sobre a missão da Igreja no mundo. Teologia e prática dos ministérios do povo de Deus na perspectiva da Missão Integral da Igreja. Conhecer os caminhos da história de missões ao longo da trajetória do cristianismo. Estudo da Teologia latino-americana da missão: história, fonte, método e tendências; ênfase na contextualização da mensagem integral do Reino de Deus. Reflexão crítica sobre a missão da Igreja no mundo. Teologia e prática dos ministérios do povo de Deus na perspectiva da Missão Integral da Igreja. Conhecer os caminhos da história de missões ao longo da trajetória do cristianismo. Estudo da Teologia latino-americana da missão: história, fonte, método e tendências; ênfase na contextualização da mensagem integral do Reino de Deus.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARRS, Jerram. **A essência da evangelização**. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

ERKSTRÖM, Bertil. **História da missão: um guia de estudo da história missionária**. Londrina: Descoberta, 2001;

SOUZA, José Francisco de. **Estudos em Ciências da Religião**. Maringá-Pr.: Unicesumar, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ESCOBAR, Samuel; FUCHS, Hans Udo. **Desafios da igreja na América Latina: história, estratégia e teologia de missões**. Viçosa: Ultimato, 1997.

BARRO, Jorge Henrique. **De Cidade em Cidade**. Londrina: Editora Descoberta Ltda, 2003.

BOSCH, David J.; KORNDÖRFER, Geraldo; SANDER, Luís M. **Missão transformadora: mudanças de paradigma na teologia da missão**. São Leopoldo: Sinodal, 2002.

LONGUINI NETO, Luiz. **O novo rosto da missão: os movimentos ecumênico e evangelical no protestantismo latino-americano**. Viçosa: Ultimato, 2002.

YAMAMORI, Tetsunao; RAKE, Gregorio; FUCHS, Hans Udo; PADILLA, C. René. **Servindo com os pobres na América Latina: modelos de ministério integral**. Curitiba: Descoberta, 1998.

FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL E ÉTICA I

EMENTA DA DISCIPLINA:

Estudo de acontecimentos sociais, políticos, econômicos, culturais e atualização permanente sobre a realidade brasileira, mundial e outras áreas do conhecimento. Estudo dos valores éticos e culturais que permeiam as relações dos homens na sociedade contemporânea.



BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ; CONSTANTINO, Cristina Herold; MALENTACHI, Débora Azevedo; CAETANO, Fabiana Sesnilo de Camargo; FERRARI, Aline; SIMÃO, Valdecir Antonio. **Formação sociocultural e ética**. Maringá: s.n., 2014.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 2009.

ALIGLERI, Lilian; ALIGLERI, Luiz Antonio; KRUGLIANSKAS, Isak. **Gestão socioambiental**: responsabilidade e sustentabilidade do negócio. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR :

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 2003.

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo; DELL'ANNA, João. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2014.

VALLS, Alvaro L. M. **O que é ética**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA

EMENTA:

Introdução ao conhecimento científico. Tipos de conhecimento. Fichamento. Resumo. Resenha crítica. Monografia. Artigo científico. Normas da ABNT.

BIBLIOGRAFIA:

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2007.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**: metodologia planejamento. São Paulo: Atlas, 2005.

MAY, Tim; SOARES, Carlos Alberto Silveira Netto. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BARROS, Aidil Jesus de Silveira; LEHFIELD, Neide Aparecido de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.



SEGUNDO ANO

LÍNGUAS BÍBLICAS: GREGO

EMENTA:

Estudo sobre a relação com o mundo antigo; origens judaicas e gregas do cristianismo e sua expansão no Mediterrâneo Antigo; Cotidiano dos primeiros cristãos; análise das concepções teológicas dos pais da Igreja; estudo sobre a relação do cristianismo com o mundo europeu medieval; cotidiano medieval, inquisição, cruzadas e pré-reforma.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COMBY, Jean. **Para ler a história da Igreja**. São Paulo: Loyola, 2001.
CAIRNS, Earle E.; AZEVEDO, Israel Belo de. **O cristianismo através dos séculos**: uma história da igreja cristã. São Paulo: Vida Nova, 2004.
GONZALEZ, Justo L. **E até aos confins da terra**: uma história ilustrada do cristianismo: a era dos dogmas e das dúvidas. São Paulo: Vida Nova, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2011. (LIVRO VIRTUAL)
NOLL, Mark A.; MATOS, Alderi Souza de. **Momentos decisivos na história do cristianismo**. São Paulo: Cultura Cristã, 2000.
HAMMAN, Adalbert G; LEMOS, Benôni. **A vida cotidiana dos primeiros cristãos (95-197)**. Volume 1, 2 e 3. São Paulo: Paulus, 1997.
LUZ, Waldyr Carvalho. **Manual de língua grega**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1991.
CESARÉIA, Eusébio de. **História eclesiástica**: os primeiros quatro séculos da Igreja Cristã. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2003.

ESPÍRITUALIDADE CRISTÃ

EMENTA:

Apresentar a espiritualidade do seguimento de Jesus Cristo. Caracterizar a espiritualidade a partir de elementos bíblicos e da teologia cristã, bem como do confronto com as espiritualidades contemporâneas vigentes. Levar o estudante de teologia a desenvolver uma vida cristã piedosa, visando possíveis contribuições para a experiência espiritual no atual contexto pós-moderno de hedonismo, relativismo e sincretismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SOUSA, Ricardo Barbosa de. **O caminho do coração: ensaios sobre a trindade e a espiritualidade cristã**. Curitiba: Encontro, 2004.
MORELAND, J. P.; CRAIG, William Lane. **Filosofia e cosmovisão cristã**. São Paulo: Vida Nova, 2005.
CORTELLA, Mario Sérgio; FREI, Betto. **Sobre a esperança**: diálogo. Campinas: Papirus, 2013. (LIVRO VIRTUAL)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:



GALILEA, Segundo; CUNHA, Álvaro. **Espiritualidade da evangelização**: segundo as bem-aventuranças. São Paulo: Paulinas, 1980.

ESPIRITUALIDADE no século XXI: educação, saúde e arte. São Paulo: Fundação Mokiti Okada, 2011.

SCHAEFFER, Francis A. **Verdadeira espiritualidade**. São Paulo: Fiel da Missão Evangélica Literária, 1984.

BEZERRA, Cícero M. **Conversas sobre espiritualidade**. Belo Horizonte: Betânia, 2001.

GUERRA, Augusto; FERREIRA, Isabel Fontes Leal; FIORES, Stefano de; GOFFI, Tullo. **Dicionário de espiritualidade**. São Paulo: Paulus, 1993.

TEOLOGIA SISTEMÁTICA I

EMENTA:

Concepção Trinitária de Deus segundo a Revelação Bíblica: Criação, Providência e o problema do Mal. Estudo da Pessoa de Cristo e sua Obra. A pessoa do Espírito Santo na história da Salvação e no mundo na perspectiva contemporânea.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FERREIRA, Júlio Andrade. **Antologia teológica**. São Paulo: Novo Século, 2003.

MARTINS, Jaziel Guerreiro. **Teologia sistemática: estudos iniciais**. Curitiba: Intersaberes, 2014. (LIVRO VIRTUAL)

UNICESUMAR - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ; COSTA, Hermisten Maia Pereira da; LUIZ, Roney de Carvalho. **Teologia sistemática I**. Maringá: UniCesumar, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PACKER, J. I. **Teologia concisa**: síntese dos fundamentos históricos da fé cristã. São Paulo: Cultura Cristã, 1999.

COSTA, Hermisten Maia Pereira Da. **Raízes da teologia contemporânea**. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

COSTA, Hermisten. M.P. **Fundamentos da teologia reformada**. São Paulo: Mundo Cristão, 2007.

BERKOUWER, G. C. **Doutrina bíblica do pecado**. São Paulo: Aste, 1970.

BAVINCK, Hermann. **Teologia sistemática**: fundamentos teológicos da fé cristã. Santa Bárbara d'Oeste: SOCEP, 2001.

TEOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS

EMENTA:

Conceito e história da comunicação, fundamentos teológicos da comunicação. Modelos de comunicação na atualidade: Rádio, TV, Jornal, Internet.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DÍAZ BORDENAVE, Juan E. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 2006.



UNICESUMAR - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ; MARIANO, Rubem Almeida. **Teologia, comunicação e novas mídias**. Maringá: UniCesumar, 2016.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle; ROUANET, Luiz Paulo. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MORAES, Dênis de. **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

SOUSA, Mauro Wilton de. **Recepção mediática e espaço público: novos olhares**. São Paulo: Paulinas, 2006.

BAITELLO JUNIOR, Norval. **O animal que parou os relógios: ensaios sobre comunicação, cultura e mídia**. São Paulo: Annablume, 2003.

AMORESE, Rubem Martins. **Celebração do Evangelho: uma abordagem cultural da comunicação na igreja**. Brasília: Sião, 1987.

FRIESEN, Albert. **Teologia bíblica pastoral na pós modernidade**. Curitiba: Intersaberes, 2016. (LIVRO VIRTUAL)

INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA

EMENTA DA DISCIPLINA NO CURSO:

Teologia Prática e os Fundamentos Histórico-Filosóficos da Psicologia; Epistemologia da Psicologia; Estrutura da Personalidade e Noções Básicas de Psicopatologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA DA DISCIPLINA NO CURSO:

SPINK, Mary Jane P. **Psicologia social e saúde: práticas, saberes e sentidos**. Petrópolis: Vozes, 2003.

VERONESE, Marília Veríssimo; GUARESCHI, Pedrinho Alcides. **Psicologia do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2007.

ATKINSON, Rita L. **Introdução a psicologia**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR DA DISCIPLINA NO CURSO:

GUILLAUME, Erner. **Sociologia das tendências**. São Paulo: Gustavo Gili, 2015.

BOCK, Ana Mercês Bahia; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi; FURTADO, Odair. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Saraiva, 2008.

BOCK, Ana Mercês Bahia; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi; FURTADO, Odair. **Psicologia fácil**. São Paulo: Saraiva, 2011.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ; CORREAR, Maria Joana Casagrande Soares. **Introdução à Psicologia**. Maringá: Unicesumar, 2015.

MORRIS, Charles G. **Introdução à Psicologia**. São Paulo: Prentice Hall, 2004. (LIVRO VIRTUAL)



TEOLOGIA E PÓS MODERNIDADE

EMENTA DA DISCIPLINA NO CURSO:

Examinar a transição da modernidade para a pós-modernidade e seus impactos para a compreensão da teologia cristã no mundo contemporâneo e pós colonial. Analisar o conceito de hiper-modernidade e os principais autores pós-modernos. Dialogar com categorias como a pluralidade e fragmentação do mundo contemporâneo e suas consequências para se pensar a religião nesta condição

BIBLIOGRAFIA BÁSICA DA DISCIPLINA NO CURSO:

MAIA, Hermisten. **Fundamentos da teologia reformada**. São Paulo: Mundo Cristão, 2007.
COSTA, Hermisten Maia Pereira da. (Org.) CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ Núcleo de Educação a Distância. **Temas atuais em teologia**. Maringá: s. l., 2010.
FRIESEN, Albert. **Teologia bíblica pastoral na pós modernidade**. Curitiba: Intersaberes, 2016. (LIVRO VIRTUAL)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR DA DISCIPLINA NO CURSO:

KESSLER, Nemuel. **Ética pastoral: o comportamento do pastor diante de Deus e da sociedade**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 2003.
ALVES, Luiz Alberto Sousa. **Cultura religiosa: caminhos para a construção do conhecimento**. Curitiba: Ibpex, 2009.
TORRES QUEIRUGA, Andrés; BAZAGLIA, Paulo. **O cristianismo no mundo de hoje**. São Paulo: Paulus, 1994.
BULTMANN, Rudolf; SCHLUPP, Walter O.; SCHNEIDER, Nélío. **Crer e compreender: ensaios selecionados: seleção e introdução de Walter Altmann**. São Leopoldo: Sinodal, 2001.
Fundamentos Teológicos Educacionais. Curitiba: Intersaberes, 2015. (LIVRO VIRTUAL)

MÉTODOS DE ESTUDO BÍBLICO NO A.T.

EMENTA DA DISCIPLINA:

Conhecer os fundamentos bíblicos e teológicos da liturgia cristã, seus modelos e alternativas para as igrejas contemporâneas, bem como os aspectos constitutivos e os recursos de argumentação da prédica cristã, com análise de diferentes propostas homiléticas. Capacitar o acadêmico na composição e transposição do discurso cristão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

KRIST, Nelson. **Rudimentos de Homilética**. São Paulo: Sinodal, 2004.
LOPES, Hernandes Dias. **Pregação expositiva: sua importância para o crescimento da igreja**. São Paulo: Hagnos, 2008.
Interpretação Bíblica. Curitiba: Intersaberes, 2015. (LIVRO VIRTUAL)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MCNAIR, S. E. **Guia do pregador**. São Paulo: Vida Nova, 1979.
DANTAS, Anísio Batista. **Como preparar sermões: dominando a arte de expor a palavra de Deus**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 1995.



ANDRADE, Claudionor Corrêa de. **Fundamentos bíblicos de um autêntico avivamento**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 2004.

HURDING, Roger F.; REDONDO, Márcio Loureiro. **A árvore da cura**: fundamentos psicológicos e bíblicos para aconselhamento cristão e cuidado pastoral. São Paulo: Vida Nova, 1995.

COMO aplicar os princípios da pregação bíblica: uma análise de doze mensagens incluindo entrevista com seus respectivos pregadores. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2001.

HISTÓRIA DA IGREJA I

EMENTA:

História social de Israel desde a sua formação até o fim da romana; estudo sobre a relação do cristianismo com o mundo antigo; origens judaicas e gregas do cristianismo e sua expansão no Mediterrâneo Antigo; Cotidiano dos primeiros cristãos; análise histórica das concepções teológicas dos pais da Igreja; estudo sobre a relação do cristianismo com o mundo europeu medieval; cotidiano medieval, inquisição, cruzadas e pré-reforma.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAIRNS, Earle E.; AZEVEDO, Israel Belo de. **O cristianismo através dos séculos**: uma história da igreja cristã. São Paulo: Vida Nova, 2004.

GONZALEZ, Justo L. **E até aos confins da terra**: uma história ilustrada do cristianismo: a era dos dogmas e das dúvidas. São Paulo: Vida Nova, 2003.

BORNKAMM, Gunther. **Bíblia: Novo Testamento**: introdução aos seus escritos no quadro da história do cristianismo primitivo. São Paulo: Edições Paulinas, 1981.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Associação de Seminários Teológicos Evangélicos (ASTE). **História da Igreja em debate**: um simpósio. São Paulo: ASTE, 1994.

NOLL, Mark A.; MATOS, Alderi Souza de. **Momentos decisivos na história do cristianismo**. São Paulo: Cultura Cristã, 2000.

HAMMAN, Adalbert G; LEMOS, Benôni. **A vida cotidiana dos primeiros cristãos (95-197)**. São Paulo: Paulus, 1997.

COMBY, Jean. **Para ler a história da Igreja**. São Paulo: Loyola, 2001.

CESARÉIA, Eusébio de. **História eclesiástica**: os primeiros quatro séculos da Igreja Cristã. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2003.

MÉTODOS DE ESTUDOS BÍBLICOS NO N.T.

EMENTA:

Proporciona uma introdução e aplicação dos métodos exegéticos tendo como meta capacitar aos acadêmicos a uma interpretação autônoma de textos do Novo Testamento. Análise exegética de textos seletos do Novo Testamento, com prioridade para o aprofundamento teórico-prático da leitura, interpretação e análise teológica do texto. Esta disciplina observará com maior atenção o preparo do/a



estudante para ler e interpretar o texto bíblico com a devida competência científica. Pretende-se valorizar a exegese do texto bíblico a partir das Sagradas Escrituras e sob os diversos passos do método histórico-crítico, entre outros. E, finalmente, pretende-se levar o/a estudante a aprofundar e ampliar o seu conhecimento em torno dos movimentos messiânicos em Israel.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

UNICESUMAR - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ; MARIANO, Rubem Almeida. **Teologia, comunicação e novas mídias**. Maringá: UniCesumar, 2016.

BORNKAMM, Gunther. **Bíblia: Novo Testamento**: introdução aos seus escritos no quadro da história do cristianismo primitivo. São Paulo: Edições Paulinas, 1981.

BERGER, Klaus; STEIN, Fredericus Antonius. **As formas literárias do Novo Testamento**. São Paulo: Loyola, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BLANCHARD, Ken. **Liderança de alto nível**: como criar e liderar organizações de alto desempenho. Porto Alegre: Bookman, 2007.

GETZ, Gene A. **Pastores e líderes**: o plano de Deus para a liderança da Igreja. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2004.

SANTOS, Áureo dos. **A prática da liderança**: conhecimento, habilidade e atitude para a prática de liderança em espaços organizacionais formais. Petrópolis: Vozes, 2005.

MIRANDA, Santareno Augusto. **Conflitos de liderança**. Curitiba: Betânia, 2005.

LIMBECK, Meinrad. **Adeus à morte sacrificial**: repensando o cristianismo. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

PREGAÇÃO E PRÁTICAS MINISTERIAIS

EMENTA:

Fundamentos teóricos da Teologia Prática. Conceito, sujeito e método. Fundamentos bíblicos e teológicos da liderança cristã. Análise crítica da realidade pastoral contemporânea e dos principais conceitos teológicos do ministério pastoral. Elaboração, em perspectiva teológica, de uma pastoral relevante e contextual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

NOUWEN, Henry J. M.; ROSA FILHO, Wilson. **O perfil do líder cristão do século XXI**. Belo Horizonte: Atos, 2002.

UNICESUMAR - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ; TUPAN JÚNIOR, Galaor Linhares. **Modelos de plantação de Igrejas**. Maringá, 2016.

PETERSON, Eugene H.; SIQUEIRA, Neyd. **O pastor contemplativo**: voltando à arte do aconselhamento espiritual. Rio de Janeiro: Sepal, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SATHLER-ROSA, Ronaldo. **Cuidado pastoral em tempos de insegurança**: uma hermenêutica contemporânea. São Paulo: ASTE, 2004.

Intersaberes (org) **Práticas pastorais**. São Paulo: Intersaberes, 2015. (LIVRO VIRTUAL)



LEITH, John H. **A tradição reformada**: uma maneira de ser a comunidade cristã. São Paulo: Pendão Real.

ROLDÁN, Alberto Fernando; FUNCH, Hans Udo; BONINO, Jose Miguez. **Para que serve a teologia?** Londrina: Descoberta, 2000.

BOFF, Leonardo. **Igreja**: carisma e poder: ensaios de eclesiologia militante. São Paulo: Ática, 1994.

TERCEIRO ANO

ESTUDOS DAS RELIGIÕES

EMENTA:

Estudo do desenvolvimento das Ciências da Religião. Análise do fenômeno religioso sob o ponto de vista multidisciplinar. Os métodos das Ciências da Religião. Os clássicos no estudo do fenômeno do campo religioso: J. Frazer, W. James, Rudolfo Otto, S. Freud, C.G. Jung. A Teologia e as Ciências da Religião. A Ciência da Religião e o campo de atuação do cientista da religião no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BERGER, Peter Ludwig; BENEDETTI, Luiz Roberto; BARCELLOS, José Carlos. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 2003.

PONTES FILHO, José. **Jesus e as religiões**. João Pessoa: Missão e Editora JUVEP, 2000.

FILORAMO, Giovanni; PRANDI, Carlo; ALMEIDA, José Maria de. **As ciências das religiões**. São Paulo: Paulus, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ZILLES, Urbano. **Filosofia da religião**. São Paulo: Paulus, 2004.

WACH, Joachim. **Sociologia da religião**. São Paulo: Paulinas, 1990.

TEIXEIRA, Faustino. **A(s) ciência(s) da religião no Brasil**: afirmação de uma área acadêmica. São Paulo: Paulinas, 2001.

CROATTO, José Severino; GUTIÉRREZ, Carlos Maria Vásquez. **As linguagens da experiência religiosa**: uma introdução a fenomenologia da religião. São Paulo: Paulinas, 2001.

BASTIDE, Roger; VELASQUES FILHO, Prócoro; IRLA, Ana Isabela M.; MARASCHIN, Jaci. **Elementos de sociologia religiosa**. São Bernardo do Campo: Metodista, 1990.

LIDERANÇA E GESTÃO MINISTERIAL

EMENTA:

Conceitos, fundamentos teológicos, bíblicos e ministeriais acerca de liderança; modelos e estilos de liderança e o seu exercício em diversos contextos ministeriais da atualidade. Gestão ministerial, de pessoal, contábil e empreendedorismo social; estudo de temas interdisciplinares das áreas de Liderança e Gestão Eclesiástica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ELIAS, Maria José de Almeida. **Propostas bíblicas para a liderança cristã**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 1999.

GETZ, Gene A. **Pastores e líderes**: o plano de Deus para a liderança da Igreja. Rio de Janeiro: Casa



Publicadora das Assembleias de Deus, 2004.
WARREN, Rick. **Liderança com Propósitos**. Flórida: Editora Vida, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BLANCHARD, Ken. **Liderança de alto nível**: como criar e liderar organizações de alto desempenho. Porto Alegre: Bookman, 2007.
CAMPANHA, Josue. **Planejamento estratégico para igrejas**: como assegurar a qualidade no crescimento de ministérios eclesiais. São Paulo: United Press, 2013.
MIRANDA, Santareno Augusto. **Conflitos de liderança**. Curitiba: Betânia, 2005.
SANTOS, Áureo dos. **A prática da liderança**: conhecimento, habilidade e atitude para a prática de liderança em espaços organizacionais formais. Petrópolis: Vozes, 2005.
CAMPANHA, Josue. **Líderes do amanhã**. São Paulo: United Press, 2008.

FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL E ÉTICA II

EMENTA:

Estudo e interpretação sobre os acontecimentos sociais, políticos, econômicos, culturais e atualização permanente sobre a realidade brasileira, mundial e sobre outras áreas do conhecimento. Estudo dos valores éticos e culturais que permeiam as relações dos homens na sociedade contemporânea, focando as relações étnico-raciais, a história e a cultura afro-brasileira e indígena e reflexão crítica acerca das políticas de afirmação e resgate histórico da população brasileira. Políticas públicas de inclusão social; formação da identidade nacional brasileira e das políticas educacionais da valorização das diversidades e dos direitos humanos. Políticas de Educação Ambiental e Sustentabilidade.

BIBLIOGRAFIA:

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ; CONSTANTINO, Cristina Herold; MALENTACHI, Débora Azevedo; CAETANO, Fabiana Sesnilo de Camargo; FERRARI, Aline; SIMÃO, Valdecir Antonio. **Formação sociocultural e ética**. Maringá: s.n., 2014.
FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 2011.
ALIGLERI, Lilian; ALIGLERI, Luiz Antonio; KRUGLIANSKAS, Isak. **Gestão socioambiental**: responsabilidade e sustentabilidade do negócio. São Paulo: Atlas, 2009

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MATO NETO, João. **Sustentabilidade & produção**: teoria e prática para uma gestão sustentável. São Paulo: Atlas, 2011
STEGMULLER, Wolfgang. **A filosofia contemporânea**: introdução crítica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo; DELL'ANNA, João. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.



TEOLOGIA, COMUNICAÇÃO E NOVAS MÍDIAS

EMENTA:

Relação da Comunicação Social com a Teologia. Estudar as várias correntes teóricas dos MCS e sua aplicação à pastoral e a evangelização, dando ênfase às teorias emergentes no ambiente virtual, para uma leitura crítica dos processos de comunicação e inter-relacionamento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FAJARDO, Alexson; MARIANO, Rubem A. **Teologia, comunicação e novas mídias**. Maringá-Pr.: UniCesumar, 2017.
MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria da Comunicação** – Ideias, Conceitos e Métodos. Petrópolis, Vozes, 2009.
MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle; ROUANET, Luiz Paulo. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MORAES, Dênis de. **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
SOUSA, Mauro Wilton de. **Recepção mediática e espaço público: novos olhares**. São Paulo: Paulinas, 2006.
BABIN, Pierre; ZUKOWSKI, Angela Ann. **Mídias, chance para o Evangelho**. São Paulo, Loyola, 2005.
FONSECA, Alexandre Brasil. **Evangélicos e mídia no Brasil**. Bragança Paulista/Curitiba: Editora Universitária São Francisco/Faculdade São Boa Ventura, 2003.
CUNHA, Magali do Nascimento. **A Explosão Gospel**. Um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico contemporâneo. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

HISTÓRIA DA IGREJA II

EMENTA:

Estudo e abordagem histórica da Igreja cristã protestante com suas ramificações e interações, desde a reforma protestante até os dias atuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ESCOBAR, Samuel; FUCHS, Hans Udo. **Desafios da igreja na América Latina: história, estratégia e teologia de missões**. Viçosa: Ultimato, 1997.
CAIRNS, Earle E.; AZEVEDO, Israel Belo de. **O cristianismo através dos séculos: uma história da igreja cristã**. São Paulo: Vida Nova, 2004.
COMBY, Jean. **Para ler a história da Igreja**. São Paulo: Loyola, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

RIBEIRO, Boanerges. **Protestantismo e cultura brasileira: aspectos culturais da implantação do Protestantismo no Brasil**. São Paulo: Presbiteriana, 1981.
NICHOLS, Robert Hastings; WANDERLEY, J. Maurício. **História da igreja cristã**. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.
WALKER, Williston; RICHARDSON, Cyril C.; PAUCK, Wilhelm; HANDY, Robert T.; SILVA, N. Duval da. **História da igreja cristã**. São Paulo: ASTE, 1967.
LUTERO, Martinho; DREHER, Martin N.; KAYSEN, Ilson. **Da autoridade secular: a obediência que lhe**



é devida (1523). São Leopoldo: Sinodal, 1979.

DREHER, Martin N. **A crise e a renovação da Igreja no período da reforma**. São Leopoldo: Sinodal, 2002.

TEOLOGIA PÚBLICA

EMENTA:

Reflexão teológica com outras áreas de saber que se desdobra na esfera pública da sociedade, da academia, bem como na vida eclesial, hoje. Reflexões acerca de como o diálogo da teologia pública podem contribuir para a busca do bem comum e a promoção da cidadania.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ. Núcleo de Educação a Distância. **Teologia Pública**. Julio Zabatiero. Maringá-Pr: UniCesumar, 2017.

CAVALCANTE, Ronaldo. **A cidade e o gueto**. Introdução a uma Teologia Pública protestante. São Paulo: Editorial, 2010.

PASSOS, João Décio (orgs.). **Teologia pública**; reflexões sobre uma área de conhecimento e sua cidadania acadêmica. São Paulo: Paulinas, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SINNER, Rudolf von. **Da Teologia da Libertação para uma teologia da cidadania como teologia pública**.

ZABATIERO, Júlio. **Para uma teologia pública**. São Paulo: Fonte Editorial, 2011.

TRACY, David. **A imaginação analógica**; a teologia cristã e a cultura do pluralismo. Trad. Nélío Schneider. São Leopoldo: Unisinos, 2004 (Coleção Theologia Publica, n. 7).

CASTRO, Clovis Pinto de. **Por uma fé cidadã – A dimensão pública da Igreja**; fundamentos para uma pastoral da cidadania. São Bernardo do Campo/São Paulo: Umesp/Loyola, 2000.

ROSA, Ronaldo Sathler. **A nova cidadania – da tutela à imersão**: uma hermenêutica antropológico-pastoral. Estudos de Religião, São Bernardo do Campo: Umesp, ano XXI, n. 32, p. 88, jan./jun. 2007.

TEOLOGIA SISTEMÁTICA II

EMENTA:

Conceitos e tópicos: doutrina da salvação, graça, eleição, união com Cristo, regeneração, justificação, fé, arrependimento, santificação e perseverança; Espírito Santo; natureza e atributos da Igreja; Governo eclesiástico e Sacramentos; natureza escatológica da mensagem bíblica: escatologia individual e geral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COSTA, Hermisten. **Teologia Sistemática II**. Maringá-Pr.: UniCesumar, 2017.

GRUDEM, Wayne. **Teologia sistemática**: atual e exhaustiva. São Paulo: Vida Nova, 2008.

STRONG, Augustus Hopkins; VICTORIANO, Augusto. **Teologia sistemática**. São Paulo: Hagnos, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:



ERICKSON, Millard J. **Introdução à teologia sistemática**. São Paulo: Vida Nova, 2002.
MAIA, Hermisten. **Fundamentos da teologia reformada**. São Paulo: Mundo Cristão, 2007.
CALVINO, Juan. **Institución de la religión Cristiana**. Barcelona: Felire, 1999.
HAGGLUND, Bengt. **História da teologia**. Porto Alegre: Concórdia, 1973.
BAVINCK, Hermann. **Teologia sistemática: fundamentos teológicos da fé cristã**. Santa Bárbara d Oeste: SOCEP, 2001.

LINGUAS BÍBLICAS: HEBRAICO

EMENTA:

Estudo instrumental do hebraico bíblico. Capacitação do estudante à leitura do texto hebraico e utilização das obras de referência relativas ao idioma.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

KELLEY, Page H.; KRAHN, Marie Ann Wangen. **Hebraico bíblico: uma gramática introdutória**. São Leopoldo: Sinodal, 2003.
LAMBIDIN, Thomas O.; LISBOA, Walter Eduardo. **Gramática do Hebraico Bíblico**. São Paulo: Paulus, 2003.
SCHOKEL, Luis Alonso; STORNILO, Ivo; BORTOLINI, José. **Dicionário bíblico hebraico-português**. São Paulo: Paulus, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

KIRST, Nelson. **Dicionário: Hebraico-português & Aramaico-português**. São Leopoldo: Sinodal, 2003.
MARCHON, Blandine; BROSSIER, François, colab. **A Bíblia: as grandes narrações do antigo e do novo testamento**. São Paulo: Scipione, 1994.
WOLFF, Hans Walter. **Bíblia - antigo testamento: introdução aos escritos e aos métodos de estudo**. São Paulo: Teológica, 2003.
TREBOLLE BARRERA, Julio. **A Bíblia judaica e a Bíblia cristã: introdução à história da Bíblia**. Petrópolis: Vozes, 1999.
STUART, Douglas; FEE, Gordon D.; KIRSCHNER, Estevan; OLIVEIRA, Daniel de. **Manual de exegese bíblica: antigo e novo testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2008.

ACONSELHAMENTO CRISTÃO

EMENTA:

Fundamentos bíblicos, teológicos e científicos do Aconselhamento Pastoral. Estudo dos Métodos e a função do(a) teólogo(a) no aconselhamento e nos serviços das capelanias cristãs.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARIANO, Rubem A. **Teologia, aconselhamento e Capelanias cristãs**. Maringá-PR: UniCesumar, 2016.
CLINEBELL, Howard J.; SCHLUPP, Walter O.; SANDER, Luís M. **Aconselhamento pastoral: modelo centrado em libertação e crescimento**. São Paulo: Paulus, 2000.
COLLINS, G. R. **Aconselhamento Cristão**. São Paulo: Vida Nova, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:



SCHEEFFER, Ruth. **Teorias de aconselhamento**. São Paulo: Atlas, 1991.
SCHEEFFER, Ruth. **Aconselhamento psicológico: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 1993.
PETERSON, Eugene H.; SIQUEIRA, Neyd. **O pastor contemplativo: voltando à arte do aconselhamento espiritual**. Rio de Janeiro: Sepal, 2004.
STRECK, Valburga Schiedt. **Terapia familiar e aconselhamento pastoral: uma experiência com famílias de baixos recursos**. São Leopoldo: Sinodal, 1999.
SATHALER-ROSA, R. **Cuidado Pastoral em Tempos de Insegurança: uma hermenêutica contemporânea**. São Paulo: Aste, 2004.

GESTÃO DO PROJETO DE VIDA

EMENTA:

Introdução sobre grupos e equipes. Planejamento dos recursos humanos. Plano sucessório. Planejamento de carreira. Conceitos de recrutamento, seleção, admissão e desligamento. As qualidades do administrador. Motivação da equipe. Remuneração, incentivos e benefícios. Aperfeiçoamento da equipe. Responsabilidade sobre o desenvolvimento de pessoas. Desenvolvimento organizacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ. Núcleo de Educação a Distância. Projeto de vida. Luciano Santana. Maringá-Pr: UniCesumar, 2017.
CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas** - 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
CUENCA, Carmen Lucia; CONSTANTINOV, Josiane Gregio; CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ Núcleo de Educação a Distância. **Gestão de pessoas e desenvolvimento de equipes**. Maringá: s. n., 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de recursos humanos: fundamentos básicos**. São Paulo: Manole, 2013.
DESSLER, Gary; ODERICH, Cecília Leão. **Administração de recursos humanos**. 2. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.
KNAPIK, Janete. **Gestão de pessoas e talentos**. Curitiba: Ibepex, 2006.
ROBBINS, Stephen P.; WOLTER, Robert; DECENZO, David A. **Fundamentos e gestão de pessoas**. São Paulo: Saraiva, 2013.
CHIAVENATO, Idalberto. **Iniciação à administração de recursos humanos**. 4. ed. São Paulo: Manole, 2010.

10. METODOLOGIA

A atividade docente estimula os alunos por meio de atividades dinâmicas em sala de aula, sempre com o cuidado de relacioná-las ao cotidiano do fazer pedagógico, corroborando todas as



habilidades, competências e capacidades pretendidas no perfil do egresso do Curso, com o objetivo de desenvolver o espírito científico e a formação de sujeitos autônomos.

Partindo-se do princípio de que o aluno e o professor devem se constituir em elementos ativos no processo de ensino-aprendizagem, todo o corpo docente do curso é orientado a desenvolver a sua prática didática:

- I. Dando ênfase prioritária aos aspectos básicos de cada disciplina, devendo privilegiar as habilidades reflexivas bem como as práticas;
- II. explicitando sistematicamente a inserção da disciplina no âmbito do curso;
- III. incluindo exemplos e aplicações práticas voltadas para o ensino em geral;
- IV. incentivando o desenvolvimento de posturas críticas e criativas, evitando métodos repetitivos e que induzam à simples memorização;
- V. incentivando a leitura prévia do material didático a ser utilizado em cada aula;
- VI. incentivando a pesquisa de outras fontes de consulta, além das indicadas pelo professor;
- VII. incentivo à interdisciplinaridade;
- VIII. incluindo a avaliação da redação e da organização dos trabalhos, qualquer que seja a disciplina;
- IX. intensificando a prática de debates, seminários e trabalhos em grupo;
- X. intensificando a proposição de desafios e o incentivo ao aprendizado baseado em casos;
- XI. incentivando visitas técnicas, projetos experimentais a campo e em laboratório, programas de extensão e estágios supervisionados;
- XII. destacando, no âmbito de todas as disciplinas, aspectos relacionados: à pesquisa científica, à extensão, ao meio ambiente, às questões sociais, aos valores humanos e éticos.
- XIII. aliando o ensino teórico com atividades prática realizadas de forma contínua, obrigatória e orientada.

Estes procedimentos contribuem com a formação do profissional apto a trabalhar pelo desenvolvimento do setor, respeitando a comunidade e o ambiente natural, social, cultural e profissional de maneira sustentável e responsável.

A metodologia de ensino está estruturada a partir de uma visão integrada que leva em consideração a interdisciplinaridade, a pesquisa e extensão. Com base numa visão ampla e integrada



da região, o aprofundamento dos conhecimentos vem com o avanço e evolução do aluno dentro da matriz curricular quando se iniciam os conteúdos específicos, as práticas e estágio.

A segmentação dos conteúdos disciplinares e as ações que possibilitam uma abordagem sistêmica configuram atividades que contemplam a interdisciplinaridade. As disciplinas incluem ainda novos procedimentos que garantem a articulação da vida acadêmica com a realidade social e os avanços tecnológicos, incluindo multimídia, teleconferências, Internet e projetos desenvolvidos com parceiros geograficamente dispersos.

O compromisso construtivo está sempre presente em todas as atividades curriculares, devendo a pesquisa prática ser regular na estratégia de ensino das disciplinas, de modo a desenvolver no aluno a cultura investigativa que lhe permita avançar frente aos desafios e inovações exigidos pelo mercado de trabalho.

Nesse contexto, várias ações são projetadas no sentido de superar as supostas fronteiras entre as diversas áreas do conhecimento ou mesmo dentro de uma mesma área, por meio da organização da estrutura curricular em disciplinas.

11. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular obrigatório, que, juntamente com as atividades complementares, faz parte da prática de formação profissional do **bacharelado em Teologia** como eixo articulador entre teoria e prática. É a oportunidade em que o aluno entra em contato direto com a realidade profissional (problemas e desafios) em que irá atuar, para conhecê-la e também para desenvolver as competências e habilidades necessárias à aplicação dos conhecimentos teóricos e metodológicos trabalhados ao longo do Curso.

(...) devem proporcionar a complementação do ensino e da aprendizagem a serem planejadas, executadas, acompanhadas e avaliadas em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamentos práticos, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano. O estágio independentemente do aspecto profissionalizante, direto e específico, poderá assumir a forma de atividades de extensão, mediante a participação do estudante em empreendimentos ou projetos de interesse social (BRASIL, 1996).



Nesse contexto, os programas de estágio são planejados e executados de acordo com os currículos, programas e calendário escolar e em consonância com a legislação específica, normas internas da Faculdade e autonomia das organizações envolvidas. Os Estágios Curriculares são formatados com base na lei nº 11.788/2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes de ensino superior, em que se considera o estágio em aprendizagens social, profissional e cultural, proporcionadas pela participação em situações reais de vida e de trabalho de seu meio, sendo realizadas na comunidade em geral ou junto às pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da Instituição de ensino.

Em anexo, os documentos de estágio.

12. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

São consideradas **Atividades Acadêmicas Complementares** todas e quaisquer atividades não previstas no rol das disciplinas obrigatórias e optativas dos currículos dos cursos de graduação consideradas necessárias à formação acadêmica e ao aprimoramento pessoal e profissional dos graduandos.

As Atividades Acadêmicas Complementares do **Curso de Bacharelado em Teologia** têm por objetivo aprimorar a formação integral dos discentes. Temos nas Diretrizes Curriculares Nacionais: “Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do discente, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais e opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade. As atividades complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com o Estágio Curricular Supervisionado”.

As atividades Acadêmicas Complementares são definidas como componentes curriculares obrigatórios, cuja somatória compõe a carga horária total do currículo de um curso. Possibilitam o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos, competências e saberes que fazem parte do processo de formação do acadêmico, devendo ser desenvolvidas por esse de forma autônoma.

A Lei nº 9.394/96 estabelece as Diretrizes da Educação Nacional e em seu artigo 3º ressalta a “valorização da experiência extraescolar”, como um dos princípios do ensino.



Segundo o Mistério da Educação: “as atividades complementares têm a finalidade de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional que ocorrerá durante o semestre ou ano letivo”. São exemplos de atividades complementares: participação em eventos internos e externos à instituição de educação superior, tais como semanas acadêmicas, congressos, seminários, palestras, conferências, atividades culturais; integralização de cursos de extensão e/ou atualização acadêmica e profissional; atividades de iniciação científica, assim como de monitoria e outros.

A integralização das Atividades Complementares previstas no Projeto Pedagógico do **Curso de Bacharelado em Teologia** é condição obrigatória para a Formatura, Colação de Grau e expedição de Diploma. Cabe ao discente protocolizar a documentação comprobatória de suas Atividades Acadêmicas Complementares, mediante apresentação de vias originais e cópias para devida autenticação.

Assim, visando propiciar aos discentes matriculados nos cursos de graduação uma maior compreensão sobre a integração e a interdisciplinaridade dos conteúdos, a **Faculdade CESUMAR de Londrina** possibilitará por meio das atividades complementares a vivência de situações que permitirão ao acadêmico relacionar os conhecimentos teóricos com a sua futura prática profissional. Ou seja, por meio das atividades complementares possibilita-se a vivência de situações que permitirão ao acadêmico relacionar os conhecimentos teóricos com a sua futura prática profissional.

Regulamento das Atividades Acadêmicas Complementares no Anexo.

13. APOIO AO DISCENTE

A **Faculdade CESUMAR de Londrina** tem como uma de suas principais preocupações o seu discente. Permitir que o discente tenha acesso à formação superior e mantê-lo na faculdade não é somente a preocupação do discente e de sua família, mas também da IES em que está matriculado. Para tanto, a **Faculdade CESUMAR de Londrina** promove uma série de ações visando à possibilidade de o discente efetivar a matrícula e viabilizar sua permanência na Universidade. Para tanto, realiza adesão a todos os programas governamentais de inclusão e acesso ao ensino superior, por meio de concessão de bolsas de estudo para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil (Prouni e Fies).



A participação de entes públicos e empresas do setor privado, em parceria com a **Faculdade CESUMAR de Londrina**, permitem que os discentes tenham melhores condições de estudo e desta forma tenham como principal preocupação o desempenho escolar e o aproveitamento acadêmico.

Citam-se abaixo algumas das ações que se tornam metas a serem alcançadas:

- I. Participar de todos os projetos de bolsas públicas, em nível federal, estadual e municipal, tais como Prouni e Fies;
- II. incentivar e interceder junto a instituições públicas que destinem verbas em forma de bolsa para discentes mais carentes, quando não existir ou for incipiente este tipo de ação no nível analisado. Por exemplo, buscar parceria com prefeituras, governo de Estado, autarquias, órgãos de fomento educacional, entre outros.;
- III. formar parcerias com associações, cooperativas, grandes empresas, instituições religiosas, prefeituras municipais, em relação a bolsas parciais, com obrigatoriedade de o discente prestar serviços à comunidade, permitindo acesso a um maior número de discentes ao curso superior;
- IV. promover cursos de nivelamento para que se reduza o impacto causado ao discente egresso do ensino médio, tão diversificado que é hoje em nosso País;
- V. oferecer bolsas trabalho e bolsas monitoria dentro das necessidades da **Faculdade CESUMAR de Londrina** e nas condições orçamentárias da MANTENEDORA;
- VI. oferecer serviços de alimentação em cantinas a preços populares, e manter um controle de qualidade sobre estes produtos, mesmo em caso de terceirização deste serviço;
- VII. procurar manter uma pequena livraria e papelaria para reduzir os custos do material para seus discentes, bem como serviço de reprografia com preços menores que o exercido no mercado local;
- VIII. parceria com as escolas – pública e privadas de ensino médio, permitindo bolsas em processos seletivos mais baratos para os discentes oriundos destas instituições, bem como prestar serviços as escolas públicas no âmbito de prestação de serviços de qualificação de seus docentes e premiação em material escolar para as escolas com discentes que optaram pela **Faculdade CESUMAR de Londrina**;
- IX. fazer convênios com grandes editoras que viabilize o acesso dos discentes a livros virtuais, bem mais baratos que livros reais;



- X. incentivar a aquisição de livros por parte dos discentes através de programa de fidelidade e pontuação. Discentes mais frequentes, com boas notas, sem atrasos em seus compromissos com a **Faculdade CESUMAR de Londrina** (em relação a documentação, biblioteca, financeiro) podem trocar seus pontos por descontos, livros, vales transportes, ingresso para eventos acadêmicos, entre outros brindes úteis;
- XI. estabelecer em acordo com a mantenedora programa de incentivo a pontualidade financeira, com descontos para os discentes.

14. OUVIDORIA

A Ouvidoria da **Faculdade CESUMAR de Londrina**, representada por um ouvidor, é o órgão de otimização da comunicação e aperfeiçoamento dos padrões e mecanismos de transparência, eficiência, segurança e controle dos serviços prestados no âmbito de suas unidades, e tem como objetivos:

- I. Assessorar a Direção Geral da **Faculdade CESUMAR de Londrina** quanto aos itens de maior incidência ou de maior relevância, com o fim precípua de reestruturação de ações e procedimentos para toda a comunidade acadêmica;
- II. orientar a comunidade acadêmica em relação à utilização da Ouvidoria;
- III. identificar suas instâncias e forma de resolução e orientação das necessidades de docentes e discentes;
- IV. permitir a participação efetiva da comunidade, tendo em vista a melhoria das condutas acadêmicas e administrativas.



15. APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO

15.1 APOIO PEDAGÓGICO - NAP

No apoio pedagógico a **Faculdade CESUMAR de Londrina** constituiu em sua estrutura a implantação do NAP, que tem como objetivos:

- I. Assessorar a instituição educacional para que esta desenvolva a articulação dos processos de ensino e aprendizagem;
- II. oferecer ao corpo docente apoio didático pedagógico permanente e condições de formação continuada em serviço;
- III. viabilizar aos discentes mecanismos de melhoria do processo de aprendizagem.

15.2 ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA, MONITORIA, NIVELAMENTO E ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO

Um dos programas para inserção do estudante no mundo acadêmico é a monitoria.

Outra ação da **Faculdade CESUMAR de Londrina** é o Curso de Nivelamento, no início do ano letivo, para os discentes ingressantes, que tem o objetivo de corrigir as deficiências dos conteúdos recebidos no Ensino Médio. O Curso será ministrado nas instalações da **Faculdade CESUMAR de Londrina**.

Outra ação é o atendimento psicopedagógico da **Faculdade CESUMAR de Londrina** realizado por profissional qualificado que identifica através de testes e entrevistas os problemas apresentados. Quando o baixo rendimento acadêmico está associado a problemas de comportamento, há risco de desajustamento psicossocial. O objetivo da análise é de verificar os efeitos de uma intervenção baseada em princípios da aprendizagem mediada, sobre o desempenho acadêmico e problemas de comportamento, em acadêmicos que apresentam ambas as dificuldades.



15.3 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL (ESPAÇO PARA PARTICIPAÇÃO E CONVIVÊNCIA ESTUDANTIL)

Os discentes dispõem de espaços internos de participação e convivência, os quais oferecem locais para lazer, alimentação e convivência. Uma das ações estratégicas foi a criação de um Centro de Convivência no campus, oportunizando aos estudantes maior relacionamento e troca de experiências entre as diferentes áreas do conhecimento.

15.4 ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

Uma série de medidas manterá nossos egressos em contato com a **Faculdade CESUMAR de Londrina**, permitindo que continuamente melhorem em suas habilidades e competências quanto à capacidade técnica, de conhecimento e de comportamento ético social. Para isto a **Faculdade CESUMAR de Londrina** implantará o Projeto Egresso que entre outras ações, visa a:

- I. Oferecer uma identificação, que permitirá ao egresso o uso de biblioteca e do webmail, assim como desconto em cursos de extensão e pós-graduação;
- II. manter um contato constante dentro do projeto de Avaliação Institucional, permitindo à **Faculdade CESUMAR de Londrina** ter um “feedback” de suas ações, avaliando seus projetos pedagógicos a partir de seu principal ator – o discente egresso;
- III. promover contato permanente com a intenção de criar um banco de empregos e oportunidade, bem como realizar eventos periodicamente reunindo as turmas formadas em eventos sociais esporádicos;
- IV. permitir que o egresso tenha participação nos conselhos da **Faculdade CESUMAR de Londrina**.

15.5 APOIO FINANCEIRO

No apoio financeiro a **Faculdade CESUMAR de Londrina** desenvolve um acompanhamento das atividades de orientação aos acadêmicos e na execução de programas de auxílio financeiro.



- **DESCONTO FAMILIAR**– desconto para os discentes que apresentarem a Certidão de Nascimento e comprovarem o vínculo sanguíneo. Também concedido para casais que comprovarem a relação estável;
- **PROUNI** - a **Faculdade CESUMAR de Londrina** fará adesão ao Programa Universidade Para Todos (Prouni), do Ministério da Educação (MEC);
- **FIES** – Financiamento estudantil disponibilizado aos discentes, seguindo as normas da Legislação específica e as diretrizes do Governo Federal;
- **BOLSAS INTEGRAIS / PARCIAIS (100%, 75%, 50%, 25%)** – concessão de bolsas a futuros discentes provenientes da rede pública de ensino médio, de acordo com a classificação no vestibular onde são ofertadas as vagas;
- **DESCONTOS PARA FUNCIONÁRIOS DE EMPRESAS CONVENIADAS** – concessão de desconto de valor correspondente a uma mensalidade, de acordo com o plano de pagamento optado pelo discente;
- **DESCONTO PONTUALIDADE** – concessão de desconto nas mensalidades para os discentes que efetuam os pagamentos da mensalidade até a data de vencimento.

16. AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

A autoavaliação do curso será realizada pelo Núcleo Docente Estruturante e pelo Conselho do Curso, utilizando-se dos relatórios da CPA, dos resultados e relatórios do ENADE e da análise das notas alcançadas pelos discentes nas disciplinas do curso.

A primeira ação do Coordenador será a de analisar profundamente o relatório de avaliação que os discentes fazem da Coordenação e de cada um dos docentes que ministram disciplinas para o curso. Isto inclui analisar até as classificações individuais. Essa ação levará a uma reflexão a ser discutida pelo NDE numa fase preparatória de síntese de itens e fatores que melhoram e que pioram os desempenhos de cada docente. O exagero para mais ou para menos, na maioria das vezes, prevê uma tendência, e será relegado a outras etapas de avaliação, já que, em geral, não é construtivo.

A próxima etapa é levar as conclusões da Coordenação para análise do NDE, que tomará



conhecimento dos desempenhos didático e pedagógico dos docentes do curso, com vistas centradas nos itens que influenciam a integração disciplinar, nos itens que influenciam na consolidação do perfil do egresso, nos itens de cumprimento dos planos de ensino, nos itens relacionados ao desenvolvimento de linhas de pesquisa, à iniciação científica e à extensão. Ou seja, nos itens que dizem respeito à relação do curso com as exigências do mercado de trabalho e que estejam consoantes às políticas públicas da área de formação.

Essas análises serão feitas em reuniões que acontecem no mínimo duas vezes por semestre, tanto dos NDE como do Conselho de Curso. Para isso são contadas horas de trabalho na carga docente remunerada. Feitas as análises, elencam-se as ações que serão levadas a efeito: Quem? Quando? Quanto? Estas indagações devem ser respondidas colegiadamente.

No decorrer do ano letivo o sistema acadêmico fornecerá relatórios do andamento pedagógico de cada discente do curso: notas, faltas, atividades complementares. Estes relatórios serão emitidos pela Coordenação e de posse deles o Coordenador deverá entrar em contato individualmente com cada discente que demonstra enfrentar dificuldades, sem motivos aparentes ou conhecidos.

As reuniões do NDE, Conselho de Curso, e Turmas, serão realizadas independentemente da CPA.

17. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

É importante ressaltar que tanto no âmbito educativo como no organizacional as TIC estão assumindo um papel cada vez mais influente e imprescindível.

Pretende-se ainda promover a reflexão sobre metodologias de aplicação das TIC no processo de ensino e aprendizagem, incentivar a produção e o uso, pelos docentes, de materiais de apoio ao ensino e sua disponibilização *online*, prolongando os momentos de aprendizagem no tempo e no espaço.

As ferramentas de comunicação e interação não presenciais proporcionados pelas TIC podem ser potencializadas na promoção de boas práticas nos vários contextos e modelos de aprendizagem, de que são exemplo o trabalho colaborativo e as comunidades virtuais de aprendizagem.

Uma ação será desenvolvida com os docentes da **Faculdade CESUMAR de Londrina**,



com a finalidade de dar resposta às necessidades de formação de habilidades e competências aos docentes quanto ao uso das TIC nas suas atividades de ensino e aprendizagem. O que se espera é: produzir mudanças de práticas, procedimentos pedagógicos, assim como o uso de objetos de aprendizagem já disponíveis na internet visando à:

- Utilização de metodologias ativas e participativas, com recurso às TIC, no processo de ensino e aprendizagem;
- utilização crítica das TIC como ferramentas transversais ao currículo;
- partilha de experiências/recursos/saberes no seio da comunidade educativa;
- estímulo a estratégias pedagógicas promotoras de metodologias inovadoras;
- adoção de práticas que levem ao envolvimento dos discentes em trabalhos académicos com TIC;
- produção, utilização e avaliação de objetos de aprendizagem que possam potencializar a construção do conhecimento;
- a mudança de práticas, com a integração de ferramentas de comunicação e interação do *Moodle* e da Internet no processo de ensino e aprendizagem;
- prolongamento dos momentos de aprendizagem no tempo e no espaço, fomentando a disponibilização *online* pelo *Moodle* de recursos educativos;
- desenvolvimento de projetos/atividades que potencializem a utilização das TIC em contextos interdisciplinares e transdisciplinares;
- promoção de reflexão decorrente da prática letiva.

18. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação dos discentes está regulamentada no Regimento Geral da **Faculdade CESUMAR de Londrina** e tem por objetivo orientar alunos e professores na condução e no desenvolvimento da aprendizagem e o (re) pensar das atividades propostas em sala de aula ou fora dela, considerando os objetivos do curso e do perfil desejado do aluno. Ela objetiva a integração entre alunos e professores para o desenvolvimento de uma cultura de avaliação de ensino-aprendizagem do ponto de vista qualitativo e quantitativo dos conteúdos curriculares em paralelo às avaliações de



habilidades de aprendizagens, interesses, atitudes, hábitos de estudos, bem como ajustamento pessoal e social.

A avaliação do aproveitamento escolar acontece periodicamente na forma dos dispositivos conhecidos:

- I. Provas Bimestrais.
- II. Avaliação de Trabalhos.
- III. Avaliação de Exercícios e Testes.
- IV. Avaliação de Projetos.
- V. Outras avaliações.

O aproveitamento acadêmico avalia-se em regime semestral ou anual, de acordo com o PPC de cada curso, mensurando-se em notas de zero a dez. Será considerado aprovado na unidade de estudo o aluno que obtiver índice de frequência de 75% (setenta e cinco por cento), no mínimo, das aulas dadas no período letivo e média final maior ou igual a 6,0 (seis).

O aluno que não obtiver a média final suficiente (maior ou igual a 6,0), ou ainda o aluno que tiver faltado à aplicação de qualquer uma das avaliações que compõe a média, pode solicitar a realização de uma prova substitutiva, que irá compor a média final do aluno. As provas substitutivas são oferecidas semestralmente, e sempre irá substituir uma nota bimestral do bimestre em que é aplicada.

Serão considerados como instrumentos de avaliação para composição da média final trabalhos de pesquisa individuais ou em grupos, exercícios, arguições, trabalhos práticos, seminários, provas escritas e orais, auto avaliações, participação em atividades pedagógicas, portfólios ou quaisquer outros instrumentos previstos nos respectivos planos de ensino das unidades de estudo.



DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL

19. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

19.1 ATUAÇÃO DO NDE

Em conformidade com a Resolução nº 1 de 17/6/2010, a **Faculdade CESUMAR de Londrina** terá na estrutura de seus cursos o NDE – Núcleo Docente Estruturante, constituindo-se o segmento da estrutura de gestão acadêmica de cada Curso de Graduação, com atribuições consultivas, propositivas e avaliativas sobre matéria de natureza acadêmica.

A **Faculdade CESUMAR de Londrina**, em conformidade com o disposto nos documentos de orientação do Ministério da Educação e considerando a relevância da consolidação de um grupo de docentes, de elevada formação e titulação e com regime de tempo diferenciado, para responderem pela criação, implantação e consolidação do PPC, define regras para o Núcleo Docente Estruturante - NDE, ressaltando a responsabilidade atribuída aos docentes participantes, dentre outras funções, de:

- I. Elaborar o PPC definindo sua concepção e fundamentos.
- II. estabelecer o perfil profissional do egresso do curso em conformidade com as diretrizes curriculares aprovadas pelo Ministério da Educação.
- III. atualizar periodicamente o PPC.
- IV. conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário.
- V. supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado.
- VI. analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- VII. promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico.
- VIII. acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado de Curso a instalação ou substituição de docentes, quando necessário.

Os docentes que comporão NDE devem possuir titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* e/ou *lato sensu* e serão contratados em regime de tempo integral. O NDE reunir-se-á, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Presidente, duas vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado.



19.2 COMPOSIÇÃO DO NDE

DOCENTE	CPF	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Jonas Silva Faria	874.700.989-68	Mestre	Integral
Kleber Eduardo Men	037.089.399-99	Mestre	Integral
Marcia Maria Previato de Souza	018.744.439-04	Mestre	Integral
Oldrey Patrick Bittencourt Gabriel	020.022.789-03	Mestre	Integral
Roney de Carvalho Luiz	021.619.939-50	Mestre	Integral

20. COORDENADOR DO CURSO

20.1 FORMAÇÃO E TITULAÇÃO

O Coordenador do **Curso de Bacharelado em Teologia** é o docente **Roney de Carvalho Luiz**, que possui graduação em Teologia pelo Centro Universitário de Maringá e Mestrado em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná contemplado com bolsa de estudos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Graduando de licenciatura em História. Atua principalmente na teologia bíblica.

20.2 REGIME DE TRABALHO

O Regime de Trabalho do Coordenador é o de Tempo Integral e caberá uma carga **horária semanal de trinta e seis horas** para as atividades da coordenação e atendimento a docentes e discentes. O Coordenador será membro efetivo, com direito a voz e voto, tanto do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, como do Conselho Superior – CONSUP. O Coordenador é presidente nato do Conselho de Curso e do Núcleo Docente Estruturante – NDE.



20.3 ATUAÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO

O Coordenador participa efetivamente nos órgãos colegiados superiores CONSEPE e com representação no CONSUP.

É o presidente do CONSELHO DE CURSO e do NDE, cujas competências são descritas no Regimento da **Faculdade CESUMAR de Londrina**.

A atuação do coordenador visará a cumprir as suas atribuições mediante a articulação permanente com os demais coordenadores, nas reuniões do CONSEPE no qual tem assento nato, e mediante reuniões individuais, em especial com os coordenadores de cursos que apresentam disciplinas comuns.

21. CORPO DOCENTE

21.1 CONSTITUIÇÃO DO CORPO DOCENTE

O Corpo Docente será constituído por professores que exercem atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas. Todo o corpo docente buscará a cada dia sua capacitação e atualização. O corpo docente integra a comunidade acadêmica como um todo, devendo, no desempenho de suas funções, levar em conta o processo global de educação segundo as políticas e os objetivos da **Faculdade CESUMAR de Londrina**.

Todos os docentes indicados para a **Faculdade CESUMAR de Londrina** possuem Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu. A formação destes professores é adequada às necessidades propostas para o perfil do egresso de cada curso em andamento.

Com relação à formação e experiência pedagógica ressalta-se que a capacitação pedagógica do corpo docente, em sua maioria, acontecerá por meio dos programas de pós-graduação. Além disso, a instituição contará com o NAP - Núcleo de Apoio Pedagógico, que tem a função de estimular a totalidade da instituição na busca da qualidade do ensino. Suas ações se concentrarão no acompanhamento e na análise das condições pedagógicas, nos procedimentos acadêmicos de cada Curso, viabilizando estratégias direcionadas à superação de qualquer dificuldade detectada. O apoio a ser oferecido pelo NAP aos Coordenadores dos Cursos estará associado ao apoio aos docentes de cada Curso, não só através de encontros específicos, no tratamento de questões pontuais, bem como



através de Seminários, Palestras, Debates, Fóruns, com temáticas definidas dentro da área de ensino-aprendizagem.

A **Faculdade CESUMAR de Londrina** buscará oferecer, aos seus professores, todas as condições técnicas para que se desenvolvam os procedimentos pedagógicos necessários para atingir os objetivos colimados pelos seus dirigentes. Assim, é condição imprescindível garantir, permanentemente, elevados níveis de motivação do pessoal docente pela valorização de seu potencial humano, de modo que se vejam estimulados a desenvolver sua competência técnica e a atingir o grau de desempenho almejado.

Para tanto, há que se levar em conta:

- I. A compreensão da filosofia institucional, bem como o entendimento das políticas e estratégias, fortalecendo a imagem institucional e garantindo a adesão consciente do pessoal envolvido em todos os níveis hierárquicos;
- II. as qualidades intrínsecas dos dirigentes, como dinamizadores da prática de reconhecimento do desempenho dos seus funcionários;
- III. o desenvolvimento de atitudes e habilidades de cooperação mútua, a transparência organizacional e o fortalecimento do espírito de equipe;
- IV. a ampliação dos canais de comunicação;
- V. a flexibilização funcional.

Concebido para constituir-se em ação institucionalizada, o Plano de Carreira, de Remuneração e de Capacitação Docente será parte integrante da política de valorização dos recursos humanos da **Faculdade CESUMAR de Londrina** e mecanismo de incentivo à qualificação e ao constante aperfeiçoamento do professor.

No entanto, buscar-se-á, em toda ocasião, contar com parcerias externas e fontes de recursos alternativas para viabilizar os empreendimentos pretendidos, seja mediante convênios com outras Instituições de Ensino Superior, seja com empresas, especialmente com agências governamentais de fomento à pesquisa e à pós-graduação e de organismos não-governamentais, do terceiro setor, objetivando desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A política de recursos humanos da **Faculdade CESUMAR de Londrina**, como demonstrado a seguir, privilegia a titulação docente e o regime de trabalho.

A carreira docente da **Faculdade CESUMAR de Londrina** conta com três categorias de titulação, a saber:



1) **Título de Doutor** - Segundo nível da pós-graduação stricto sensu. Tem por fim proporcionar formação científica ou cultural ampla e aprofundada, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e exigindo defesa de tese em determinada área de concentração que represente trabalho de pesquisa com real contribuição para o conhecimento do tema. Confere diploma de doutor. Serão considerados os títulos de doutorado, aqueles obtidos em Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, avaliados e reconhecidos pelo MEC, ou os títulos obtidos no exterior e revalidados por universidades brasileiras.

2) **Título de Mestre** - Primeiro nível da pós-graduação stricto sensu. Tem por fim proporcionar formação científica ou cultural, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e exigindo defesa de dissertação em determinada área de concentração que represente trabalho de pesquisa/produto com real contribuição para o conhecimento do tema. Confere diploma de mestre. Serão considerados os títulos de mestrado acadêmico e profissional obtidos em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, avaliados e reconhecidos pelo MEC, ou títulos obtidos no exterior e revalidados por universidades brasileiras.

3) **Título de Especialista** - Curso em área específica do conhecimento com duração mínima de 360 horas (não computando o tempo de estudo individual ou em grupo sem assistência docente, nem o destinado à elaboração do trabalho de conclusão de curso) e o prazo mínimo de seis meses. Pode incluir ou não o enfoque pedagógico. Confere certificado (Cf. Resolução CNE/CES nº 01/2007).

A carreira docente da **Faculdade CESUMAR de Londrina** conta com quatro categorias de regime de trabalho, a saber:

1) **Tempo Integral** - O regime de trabalho em tempo integral compreende a prestação de 40 horas semanais de trabalho, na mesma instituição, nele reservado o tempo de, pelo menos, 20 horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação (Portaria Normativa N° 40).

Observação: nas IES, nas quais, por acordo coletivo de trabalho, o tempo integral tem um total de horas semanais diferente de 40, esse total deve ser considerado, desde que pelo menos 50% dessa carga horária seja para estudos, pesquisa, extensão, planejamento e avaliação. (Fonte: Formulário Eletrônico de Avaliação- MEC)

2) **Tempo Parcial** – docente contratado atuando com 12 ou mais horas semanais de trabalho na mesma instituição, reservado pelo menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes. (Fonte: Portaria Normativa nº 40).



3) **Tempo Horista** – docente contratado pela instituição exclusivamente para ministrar aulas, independentemente da carga horária contratada, ou que não se enquadre em outros regimes de trabalho definidos. (Fonte: Portaria Normativa nº 40).

21.2 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE

Categoria	Quantidade	Porcentagem
Doutor	5	28%
Mestre	12	67%
Especialistas	1	6%
Total Geral	18	100%

21.3 TOTAL DE DOUTORES

Categoria	Quantidade	Porcentagem
Doutor	5	28%

21.4 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE

Categoria	Quantidade	Porcentagem
Tempo Integral	18	100%
Tempo Parcial		
Horista		
Total Geral	18	100%

21.5 TABELA DO CORPO DOCENTE

Curso de Bacharelado em Teologia																								
DOCENTE	CPF	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	Prod. Bibliográfica					Prod. Técnica					Orientações Concluídas		Experiência em Anos			Titulação Graduação	Maior Titulação Pós-Graduação	Disciplina	Série/Semestre	Carga Horária	
				ARTIGOS	TRABALHOS	RESUMOS	LIVROS	CAPÍTULOS DE LIVROS	OUTROS	APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS	PROGRAMAS	PRODUTOS	TRABALHOS TÉCNICOS	OUTRAS	MESTRADO	DOUTORADO	Experiência Docente Superior	Experiência Docente Ed. Básica						Experiência Profissional
Andrea De Fatima Rua Estácio	030.293.259-38	Mestre	Integral														10		7	Psicologia - UTP, 2002	Mestrado em Administração - Universidade Positivo, 2009	Introdução à Psicologia	1º	100
Edison Aparecido Gutierres	633.377.119-87	Mestre	Integral														12			Geografia - UNESPAR, 2005 e Filosofia - FATEPAR, 1997	Mestrado em Educação - UEM, 2010	Ciências Humanas e Sociais	1º	100
Fabiane Carniel	022.548.369-60	Mestre	Integral		1		3		1					3			9			Letras Português Espanhol - Unicesumar,	Mestrado em Educação - UNOESTE, 2013	Formação Sociocultural e Ética	2º	100



																		2005					
Gilcinéia Rose da Silva Santos	539.455.069-72	Doutora	Integral	3					3				2	2			15		Psicologia - UEM, 1989	Doutorado em Psicologia - PUC-SP, 2009.	Introdução à Psicologia	1º	100
Hermisten Maia Pereira da Costa	693.425.557-72	Doutor	Integral	8		1	12	47								30		Pedagogia - Mackenzie, 1993, Teologia - SPS, 1979 e Filosofia - PUC Minas, 1983	Doutorado em Ciências da Religião - UMESP, 2003	Teologia e Cosmovisão	2º	100	
																				Missões e Evangelização	2º	80	
Jonas Silva Faria	874.700.989-68	Mestre	Integral	2			3						2			3	9	Teologia - FATADC - 2001/ Cesumar - 2016/ Filosofia - UFPR - 2006	Mestrado em Teologia - PUC - 2012	Línguas Bíblicas: Grego	2º	80	
Jorge Luiz Calazans da Silva	218.559.355-20	Especialista	Integral															Teologia - Faculdade Teologica Palavra da Vida, 1991 e Psicologia -	Especialização em Matriz de Formação Socioeducativa - UNB -	Ciências Humanas e Sociais	1º	100	



																		Unicesumar, 2006	2013			
José Aparecido Pereira	804.380.599- 72	Doutor	Integral	3			3	1	6			1	13			14		Filosofia - USC, 2000	Doutorado em Filosofia, PUC, 2010	Formação Sociocultural e Ética	2º	100
José Francisco Assis Dias	490.719.479- 04	Doutor	Integral				8	7	35	4			38	4		19	9	Filosofia - UPF, 1996	Doutorado em Filosofia - PU Urbaniana, 2008 Doutorado em Direito Canônico - PU Urbaniana, 2005.	Formação Sociocultural e Ética	2º	100
Kleber Eduardo Men	037.089.399- 99	Mestre	Integral													8	8	História - UEM - 2007/ Direito - Cesumar - 2013	Mestrado em História - UEM - 2013	História e Cultura do Mundo Bíblico	1º	80
																				História da Igreja I	2º	80
Luiz Felipe Benevino	759.927.449- 91	Especial ista	Integral				1	1								3		Teologia - FATEC, 2010 e	Especializaçã o em Sistemas de	Modelos de Implantação de Igrejas	1º	80



																		Computação - UNIG, 2001	Alto Desempenho - UFPR, 2003	Espiritualidade Cristã	2º	80		
Marcelo Aleixo Gonçalves	729.474.119- 00	Mestre	Integral														13	15	Licenciatura em FILOSOFIA - UEM, 2004 e TEOLOGIA - ITEPAR, 2002	Mestrado em Missiologia - FTSA, 2006	Aconselhament o Cristão	1º	80	
																					Introdução a Teologia	1º	80	
																					Teologia Sistemática I	2º	80	
Marcia Maria Previato de Souza	018.744.439- 04	Mestre	Integral		4	1	6	1	8	2				1			8	8	8	Pedagogia - UEM, 1998	Mestrado em Educação- UEM, 2011	Formação Sociocultural e Ética	2º	100
Naamã Mendes	599.456.218- 15	Mestre	Integral														5	15	Teologia	Mestrado em TEOLOGIA PASTORAL - FTSA, 2002	Métodos de Estudos Bíblicos no AT	2º	80	
																					Métodos de Estudos Bíblicos no NT	2º	80	
Oldrey Patrick Bittencourt Gabriel	020.022.789- 03	Mestre	Integral					1									13	10		Educação Física - UEM, 2000 e	Mestrado em Educação Física -	Teologias Contemporânea s	2º	80



																		Teologia - Seminário Teológico Reverendo Antonio de Godoy Sobrinho, 2009	UNIMEP, 2004	Teologia e Pós Modernidade	2º	100	
Paulo de Melo Cintra Damião	015.401.118- 57	Mestre	Integral			1										3		Teologia (Bacharelado) - Unicesumar, 2013	Mestrado em Pós Graduação Lato Sensu - (master of Divinity) - FTSA, 2014	Celebração Cúltica	1º	80	
																				Pregação e Práticas Ministeriais	1º	80	
Reginaldo Aliçandro Bordin	795.207.669- 87	Doutor	Integral	6	17	9		7	2	11			3	14			13	6	Filosofia - Universidade do Sagrado Coração - 1999	Doutorado em Educação - UEM, 2013	Formação Sociocultural e Ética	2º	100
Roney de Carvalho Luiz	021.619.939- 50	Mestre	Integral						1	1				5			7	7	Teologia - Cesumar - 2006	Mestrado em, Teologia - PUC - 2012	Métodos e Interpretação Bíblica	1º	80
																						1º	80

22. COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO

O colegiado de Curso previsto no Regimento Geral da **Faculdade CESUMAR de Londrina** estará em funcionamento após a autorização do Curso.

Seção III

Do Colegiado de Curso

Art. 12. O Colegiado de Curso, órgão consultivo e de assessoramento do coordenador de curso, tem a seguinte composição:

- I. Coordenador do curso, seu presidente nato;*
- II. quatro representantes docentes, indicados por seus pares que participam das atividades do curso;*
- III. um representante discente, indicado pelos discentes matriculados no curso em eleição direta.*

§ 1º Os membros do Colegiado de Curso têm os seguintes mandatos: coincidente com o tempo de permanência no cargo consignado, no caso do Coordenador do Curso;

- I. Dois anos para os representantes docentes, condicionado ao exercício da docência no curso devendo ser substituído no caso de inexistência de vínculo com o curso;*
- II. um ano para o representante discente. O representante discente deverá ser substituído imediatamente caso o indicado venha a se desligar ou trancar o curso na **Faculdade CESUMAR de Londrina**.*

Art. 13. Compete ao Colegiado de Curso:

- I. Aprovar os planos de ensino das disciplinas do curso, observadas as diretrizes gerais para sua elaboração, aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;*
- II. coordenar e supervisionar os planos e atividades didático-pedagógica do curso;*
- III. coordenar o planejamento, elaboração, execução e acompanhamento do projeto pedagógico do curso, propondo, se necessário, às devidas alterações;*
- IV. emitir parecer em projetos de ensino, pesquisa e extensão vinculados à coordenação do curso;*
- V. exercer as demais funções que lhe sejam previstas em lei, neste Regimento e nos regulamentos aprovados pelos conselhos superiores;*



- VI. *participar ativamente da administração acadêmica e administrativa do curso, assessorando o Diretor Geral, Vice-Diretor, Diretores Acadêmicos e Administrativos e demais dirigentes no desempenho de suas funções;*
- VII. *propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão normas de funcionamento e verificação do rendimento escolar para estágio, trabalho de conclusão e de disciplinas com características especiais do curso;*
- VIII. *propor aos conselhos superiores e órgãos da **Faculdade CESUMAR de Londrina** medidas e normas referentes às atividades acadêmicas, disciplinares, administrativas e didático-pedagógica necessárias ao bom desempenho e qualidade do curso;*
- IX. *sugerir medidas que visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades da Instituição, bem como opinar sobre assuntos pertinentes que lhe sejam submetidos pelo Diretor Geral;*
- X. *homologar o aproveitamento de estudos de discentes transferidos;*
- XI. *homologar o aproveitamento de estudos por competência, em acordo a regulamento próprio;*
- XII. *zelar pela fiel execução dos dispositivos, regimentais e demais regulamentos e normas das **Faculdade CESUMAR de Londrina** .*

Seção IV

Disposições Comuns ao Funcionamento dos Órgãos Colegiados

Art. 14. Às reuniões dos órgãos colegiados aplicam-se as seguintes normas:

- I. Os órgãos colegiados têm regulamentos internos próprios, respeitadas as disposições constantes deste Regimento;
- II. os órgãos colegiados funcionam com a presença da maioria absoluta de seus membros e decide por maioria dos presentes, salvo nos casos previstos neste Regimento em que se exija quórum especial;
- III. o Presidente do colegiado participa da votação e, no caso de empate, decide por meio do voto de qualidade;
- IV. nenhum membro dos órgãos colegiados pode participar de sessão em que aprecie matéria de seu particular interesse;



- V. ressalvados os impedimentos legais, nenhum membro dos órgãos colegiados pode recusar-se de votar;
- VI. as reuniões ordinárias e extraordinárias são convocadas pelo seu presidente com antecedência mínima de 48 horas, salvo em caso de urgência, constando da convocação a pauta dos assuntos;
- VII. das reuniões, são lavradas atas, lidas, aprovadas e assinadas por todos os presentes, na mesma sessão ou na seguinte;
- VIII. o comparecimento dos membros do colegiado às reuniões plenárias é de caráter obrigatório e tem preferência sobre qualquer outra atividade acadêmica, perdendo o mandato aquele que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a mais de três reuniões consecutivas ou cinco não consecutivas;
- IX. sempre que o assunto e interesse da matéria exigir, a critério do Diretor Geral, os colegiados podem se reunir e tomar decisões conjuntas, desde que convocados para esse fim, sendo lavrada ata de reunião conjunta e sancionados os atos decorrentes com as especificações necessárias.

23. PESQUISA E PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOCENTE

As políticas de pesquisa estabelecidas para a **Faculdade CESUMAR de Londrina** estão voltadas para a definição de áreas e linhas de pesquisa; criação, manutenção e dinamização de ações sistemáticas para o estímulo ao desenvolvimento da pesquisa por docentes e discentes, por meio de palestras, seminários, reuniões e outros eventos; realização de parcerias e convênios com outras instituições de ensino, institutos e centros de pesquisa, visando a ampliar os horizontes e enriquecer as trocas de experiências; concessão de auxílio financeiro para o desenvolvimento projetos institucionais; divulgação dos resultados das pesquisas em periódicos e/ou eventos científicos nacionais e/ou internacionais; concessão de bolsas de iniciação científica; realização de simpósios, encontros e demais eventos destinados ao debate de temas científicos; criação de um espaço próprio para os pesquisadores, equipados com terminais de computador com acesso às redes de informação; articulação das linhas de pesquisa mestra da Instituição e incentivo à formação de grupos de pesquisas; captação de recursos para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e propor e manter condições de trabalho favoráveis para pesquisadores.



III. DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA

24. ESPAÇO FÍSICO GERAL

As salas de aula, laboratórios, biblioteca, cantina e outras dependências são de uso privativo dos corpos docente, discente e técnico-administrativo, permitido o acesso de pessoas estranhas quando da realização de eventos, encontros culturais, seminários ou em casos de expressa autorização da Direção Geral.

A infraestrutura física está à disposição dos alunos para atividades extraclases, desde que pertinentes aos cursos ofertados e dentro dos horários devidamente reservados.

24.1 PLANO DE EXPANSÃO FÍSICA

A **Faculdade CESUMAR de Londrina** planeja durante o período de vigência do PDI, a expansão da infraestrutura física das suas unidades, de forma a adequá-las às necessidades dos cursos em implantação de acordo com sua política de crescimento, suas metas e objetivos expostos no PDI.

24.2 CONDIÇÕES DE SALUBRIDADE DAS INSTALAÇÕES ACADÊMICAS - ESPAÇO, ILUMINAÇÃO, VENTILAÇÃO E ACÚSTICA.

As salas de aula foram projetadas segundo as exigências específicas do ensino superior, particularmente para as aulas noturnas. São amplas e com iluminação natural e artificial adequadas, atendendo às necessidades de todos os cursos oferecidos pela instituição. No que diz respeito à dimensão o espaço físico é adequado para o número de usuários e para todos os tipos de atividade desenvolvidos na Instituição.

O sistema de ventilação é adequado às necessidades climáticas locais, utilizando-se de ventiladores, sempre que necessário. A Instituição prima pelo asseio e limpeza mantendo as áreas livres varridas e sem lixo, pisos lavados, sem sujeira, poeira e lixo, móveis sem poeira. Os depósitos de lixo são colocados em lugares estratégicos, como próximos às salas de aula, na



cantina, na biblioteca, nas salas de estudo etc. As instalações sanitárias gozam de perfeitas condições de limpeza com pisos, paredes e aparelhos lavados e desinfetados. Para isso a instituição manterá pessoal adequado e material de limpeza disponível. Dispõe ainda de instalações apropriadas para o processo de ensino-aprendizagem disponibilizando recursos audiovisuais e multimídias, retirada de pincéis e apagadores, entrega e retirada de provas para reprodução e outros serviços.

24.3 INSTALAÇÕES PARA DIREÇÃO E COORDENAÇÕES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO, NAP, NDE E PROFESSORES

Os gabinetes para direção e coordenações de cursos de graduação, NAP, NDE e professores possuem a infraestrutura necessária no que tange a equipamentos e pessoal.

24.4 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS (ADEQUAÇÃO E LIMPEZA)

As instalações sanitárias atendem confortavelmente a demanda. Estão adaptadas para atender os portadores de necessidades especiais.

24.5 ACESSO A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PELOS DOCENTES E DISCENTES

Os Professores e alunos utilizarão os laboratórios da **Faculdade CESUMAR de Londrina**, com agendamento para as aulas e em horários livres para consecução de seus trabalhos. Os professores terão ainda computadores disponíveis nas salas dos professores e na sala da coordenação.

A **Faculdade CESUMAR de Londrina** terá um conjunto de normas de acesso, afeiçoando-as ao perfil profissional previsto para os cursos implantados e em implantação que serão utilizadas. Quanto à aquisição de computadores, periféricos e instrumentos multimeios, a preocupação é com a satisfação dos seguintes itens:

- ✓ Máquinas e equipamentos suficientes para uso do corpo docente, dos alunos e dos funcionários técnicos e administrativos;



- ✓ boa relação entre número de usuários e número de máquinas;
- ✓ contratação de pessoal qualificado, sempre disponível em cada laboratório ou oficina de trabalho;
- ✓ operadores qualificados a serviço dos usuários.

24.6 RECURSOS AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA

A **Faculdade CESUMAR de Londrina** tem, em sua infraestrutura de apoio pedagógico, a grande alavanca para a realização de aulas, reuniões e eventos na Instituição.

A aquisição de aparelhos audiovisuais, principalmente os mais usados em sala de aula, como TV, vídeo e retroprojeto, facilitam o fazer pedagógico.

A implantação de um programa de manutenção preventiva, bem como os investimentos na preparação de recursos humanos, para um rápido atendimento aos professores em sala de aula, além de propiciar o oferecimento de orientações sobre o correto uso dos aparelhos eletrônicos, contribuirá para a maximização dos recursos disponíveis.

24.7 EXISTÊNCIA DA REDE DE COMUNICAÇÃO (INTERNET)

Os equipamentos disponibilizados para os professores e alunos, nos diversos espaços existentes na **Faculdade CESUMAR de Londrina** estarão conectados às redes de comunicação científica, permitindo aos seus usuários a comunicação via internet.

24.8 PLANO DE EXPANSÃO E DE ATUALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Os equipamentos existentes na **Faculdade CESUMAR de Londrina** farão parte de um plano de expansão e atualização sempre que houver necessidade, evitando assim que os laboratórios se tornem obsoletos.

Faz parte do plano de expansão e atualização:

- ✓ Administrar a utilização dos equipamentos de uso comunitário e reorganizar os itens de consumo e produtos periodicamente;



- ✓ analisar mudanças e melhorias realizadas nos softwares adquiridos e efetuar divulgação através de documentos, palestras e cursos;
- ✓ apoiar os usuários na utilização dos equipamentos e das ferramentas existentes na **Faculdade CESUMAR de Londrina**;
- ✓ elaborar projeto de instalação de máquinas e equipamentos de processamento de dados e das redes de comunicação de dados;
- ✓ especificar e acompanhar o processo de compra de equipamentos de informática, de softwares e demais equipamentos necessários aos laboratórios específicos;
- ✓ instalar, acompanhar e controlar a performance dos equipamentos e das redes de comunicação de dados;
- ✓ planejar e implantar rotinas que melhorem a operação e segurança no uso dos equipamentos;
- ✓ planejar e ministrar cursos internos sobre utilização de recursos computacionais e dos demais equipamentos.

24.9 ATENDIMENTO À ACESSIBILIDADE

Atenta ao disposto na Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, “sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências físicas”, a **Faculdade CESUMAR de Londrina** mantém as dependências físicas adequadas com eliminação de barreiras arquitetônicas que possam inibir a circulação de pessoas portadoras de deficiências físicas e foram observados os seguintes itens:

- I. Assegurado o acesso aos espaços de uso coletivo, para que o deficiente possa interagir com a comunidade acadêmica;
- II. instalado lavabos, bebedouros e banheiros adaptados ao uso de portadores de deficiência física;
- III. colocação de corrimãos e rampas que facilitam a circulação de cadeiras de rodas;
- IV. instalação de telefones públicos para uso de deficientes;
- V. adaptado portas e banheiros para permitir o acesso de cadeiras de rodas;



VI. vagas para estacionamento.

Além da infraestrutura necessária, a **Faculdade CESUMAR de Londrina**, proporciona relacionamento saudável, do portador de necessidade especial com toda a comunidade acadêmica visando a sua adaptação.

Com o avanço das tecnologias, hoje há disponível para acesso livre vários softwares desenvolvidos para que pessoas com deficiência visual possam utilizar com autonomia o computador através de ampliação de tela e da leitura dos menus e telas por um sintetizador de voz. Dentre os softwares/equipamentos disponíveis para uso, a **Faculdade CESUMAR de Londrina** utiliza-se de Teclado Adaptado para pessoas com baixa-visão, além do “DOSVOX”, software gratuito, desenvolvido pelo Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que permite que pessoas cegas utilizem o computador para desempenhar uma série de tarefas, adquirindo assim um nível alto de independência no estudo e no trabalho.

25. BIBLIOTECA

A Biblioteca da **Faculdade CESUMAR de Londrina**, órgão da Administração Geral, é a responsável por todo o acervo, e tem como objetivo prover de informações o ensino, a pesquisa e a extensão, pautando sua atuação nos seguintes princípios:

- ✓ Democratização do acesso à informação e ao acervo sob sua responsabilidade;
- ✓ respeito ao princípio do controle bibliográfico universal;
- ✓ atendimento à comunidade da **Faculdade CESUMAR de Londrina** e à comunidade em geral;

A Biblioteca tem como atribuições:

- ✓ adquirir, receber, organizar, guardar e promover a utilização do acervo para o ensino, a pesquisa, a extensão, a administração e a cultura;
- ✓ promover a difusão do acervo, visando otimizar o seu uso;
- ✓ oferecer serviços bibliográficos e de informação que contribuam para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e das atividades científicas e culturais;
- ✓ manter intercâmbio com bibliotecas, centros de documentação e outros órgãos similares;



- ✓ guardar, preservar e divulgar a produção técnica, científica e cultural da **Faculdade CESUMAR de Londrina**;
- ✓ executar outras atividades pertinentes ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Atuando como centro de documentação e informação da **Faculdade CESUMAR de Londrina**, a Biblioteca estará a serviço do corpo docente, discente, do pessoal técnico-administrativo e da comunidade local. Para a comunidade interna o acesso será livre, mediante a comprovação da vinculação a **Faculdade CESUMAR de Londrina**.

25.1 POLÍTICA INSTITUCIONAL PARA A BIBLIOTECA NO QUE SE REFERE AO ACERVO, AO ESPAÇO FÍSICO E AOS MÉTODOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO.

É desnecessário dizer que qualquer instituição universitária só pode existir apoiada por uma infraestrutura que lhe dê suporte. Além dos mecanismos administrativos, alguns recursos acadêmicos se impõem. O primeiro deles é a existência de biblioteca bem munida, atualizada, informatizada e ágil.

A **Faculdade CESUMAR de Londrina** estabelecerá sua política para a atualização e expansão do acervo. Considera fundamental que as solicitações de livros, periódicos, etc, sejam atendidas de forma a permitir que o alunado possa utilizar-se do material bibliográfico necessário tanto para o ensino, quanto para a pesquisa e a extensão. A existência de salas de consulta, com um ambiente tranquilo e adequado ao estudo é também essencial.

25.2 POLÍTICA DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO

O acervo da Biblioteca da **Faculdade CESUMAR de Londrina** compreende a bibliografia básica e de referência dos cursos aprovados, periódicos, obras de referência como dicionários, manuais e enciclopédias, além de CD-ROM, jornais e revistas, filmes, vídeos, softwares aplicativos na área educacional, científica e tecnológica, diapositivos, transparências, mapas e demais recursos da tecnologia educacional.



Semestralmente, será elaborada uma programação de aquisições prevendo-se a ampliação para os cursos existente e para os futuros a serem implantados.

Na escolha das obras a adquirir, considerar-se-á a atualidade dos temas, sua importância para o acervo e a idoneidade intelectual do autor, bem como as recomendações e sugestões dos professores e alunos.

Para que se consiga consistência, atualidade, uniformidade, equilíbrio e otimização dos recursos disponíveis, faz-se necessário à adoção de uma política de desenvolvimento de coleções, contendo:

- ✓ Critérios para seleção;
- ✓ níveis de abrangência;
- ✓ tipos de materiais (CDs, fitas de vídeos etc.);
- ✓ normas para duplicação, reposição, substituição, descarte;
- ✓ fontes para seleção;
- ✓ normas para intercâmbio e aceitação de doações;
- ✓ prioridades para aquisição;
- ✓ planejamento para aplicação de recursos.

A política de atualização do acervo da Biblioteca, da **Faculdade CESUMAR de Londrina** está prevista na demanda da comunidade acadêmica e na disponibilidade financeira da Mantenedora. Deverá acompanhar a sequência da implantação dos cursos e compreenderá a implementação das decisões tomadas na seleção, podendo ser realizada através de compra e doação.

25.3 PESSOAL ESPECIALIZADO

A Biblioteca, da **Faculdade CESUMAR de Londrina** tem em seu quadro profissional legalmente habilitado (bibliotecário), que responde pela sua administração e pessoal de apoio técnico em número suficiente para prestar atendimento à comunidade acadêmica e comunidade externa.



25.4 POLÍTICA E FACILIDADE DE ACESSO AO MATERIAL BIBLIOGRÁFICO

- ✓ Horários de acesso;
- ✓ Forma de acesso e empréstimo;
- ✓ Facilidades de reservas;
- ✓ Qualidade da catalogação e disposição do acervo.
- ✓ Reprografia e infraestrutura para recuperação de informações;
- ✓ Formas de acesso a base de dados: internet e outras;
- ✓ Espaço físico para leitura e trabalho em grupo;
- ✓ Área física disponível;
- ✓ Planos de expansão.

25.5 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA

A Biblioteca da **Faculdade CESUMAR de Londrina** funciona de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 22:00 horas e aos sábados, das 8:00 às 16:00 horas, de maneira a permitir melhor aproveitamento e disponibilidade dos alunos.

25.6 INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL

Como órgão suplementar, a Biblioteca está vinculada à Diretoria Geral da **Faculdade CESUMAR de Londrina**, mantendo relacionamento sistêmico com os demais setores e constituindo-se em ferramental de apoio às atividades fins de ensino, pesquisa e extensão da Instituição.

Assim, oferece à comunidade acadêmica, o suporte informacional necessário ao desenvolvimento dos cursos.



25.7 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

A bibliografia básica do curso está composta por no mínimo três títulos por unidade curricular e está disponível na proporção de um exemplar para menos de 5 vagas.

25.8 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

A bibliografia complementar do curso está composta por no mínimo cinco títulos por unidade curricular e disponível forma virtual e impressa.

25.9 PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS

Os periódicos especializados indexados e correntes, sob a forma virtual e impressa, estarão à disposição do curso.

26. LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS PARA OS DOIS PRIMEIROS ANOS DO CURSO

Os Laboratórios encontram-se implantado com normas de funcionamento, utilização e segurança; manual de biossegurança, equipamentos adequados ao espaço físico e vagas solicitadas e com apoio técnico com a presença de um técnico de laboratório, manutenção dos equipamentos e atendimento à comunidade, quando se aplicar.

Sendo eles:

- Laboratório de Informática



27. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS:

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
1	Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso	O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Teologia da Faculdade CESUMAR de Londrina está fundamentado nas seguintes normativas: - Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. - Decreto 5.773 de 9/5/2006 - Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino - Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). - Parecer CNE/CES nº 241/1999, aprovado em 15 de março de 1999. Cursos Superiores de Teologia. - Parecer CNE/CES nº 296/1999, aprovado em 17 de março de 1999. Reconhecimento do curso de licenciatura em Teologia e do curso de bacharelado em Diaconia Social, ministrados pela Universidade Luterana do Brasil, em Canoas – RS. - Parecer CNE/CES nº 63/2004, aprovado em 19 de fevereiro de 2004. Encaminha ao CNE algumas considerações a respeito do curso de Teologia,	NSA para cursos que não têm DCN.



REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
		bacharelado. - Parecer CNE/CES nº 203/2004, aprovado em 8 de julho de 2004. Convalidação de diploma de graduação em Seminário Maior. - Parecer CNE/CES nº 287/2004, aprovado em 6 de outubro de 2004. Solicitação de esclarecimento sobre o Parecer CNE/CES 63/2004, que trata do curso de Teologia, bacharelado. - Parecer CNE/CES nº 429/2005, aprovado em 24 de novembro de 2005. Solicita esclarecimentos sobre o Parecer CNE/CES nº 63/2004, que encaminha ao CNE algumas considerações a respeito do curso de Teologia, bacharelado. - Parecer CNE/CES nº 118/2009, aprovado em 6 de maio de 2009. Orientações para instrução dos processos referentes ao credenciamento de novas Instituições de Educação Superior e de credenciamento institucional que apresentem cursos de Teologia, bacharelado. - Parecer CNE/CES nº 51/2010 aprovado em 9 de março de 2010. Reexame do Parecer CNE/CES nº 118/2009, que trata de orientações para instrução dos processos referentes ao credenciamento de novas Instituições de Educação Superior e de credenciamento institucional que apresentem cursos de Teologia, bacharelado. - Parecer CNE/CES nº 60/2014, aprovado em 12 de março de	



REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
		2014. Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Teologia. - BRASIL. MEC. Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Teologia, bacharelado e dá outras providências. Resolução CNE/CES nº 4. Brasília, 16 de setembro de 2016.	
2	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica , conforme disposto na Resolução CNE/CEB 4/2010.	Não se aplica ao Curso.	NSA para bacharelados, tecnológicos e sequenciais
3	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena , nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004.	O requisito legal acerca das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena faz parte do Projeto Institucional da IES, estando contemplado de modo transversal e interdisciplinar nas disciplinas de Formação Sociocultural e Ética .	
4	Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos , conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/5/2012.	O requisito legal acerca das diretrizes nacionais para a educação em Direitos Humanos faz parte do Projeto Institucional da IES, estando contemplado de modo transversal e interdisciplinar nas disciplinas de Formação Sociocultural e Ética .	
5	Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno	A instituição garante atendimento aos direitos da	



REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
	do Espectro Autista , conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012.	peessoa com Transtorno do Espectro Autista responsabilizando-se pela realização permanente e prévia de diagnóstico preliminar dos eventuais acadêmicos que apresentem sinais do Transtorno do Espectro Autista e seu nível de comprometimento, por meio de laudo profissional que sinalize a melhor forma de atendimento pedagógico do mesmo. Estarão envolvidos nesse processo profissionais atuantes no Núcleo de Apoio Pedagógico e de atendimento psicológico. Vale destacar que em pesquisas realizadas e considerando a experiência em outros sistemas de ensino é possível observar êxito nos casos de inclusão do autista em que a instituição disponibiliza um tutor para acompanhar o aluno e assim intermediar o processo de ensino e aprendizagem (professor/aluno/tutor). O mesmo poderá ser disponibilizado para a síndrome do X frágil que requer acompanhamento durante as atividades e vida acadêmica.	
6	Titulação do corpo docente (art. 66 da LeiN°9.394, de 20 de dezembro de 1996).	A Faculdade atende ao requisito legal acerca do art. 66 da Lei 9394/96 quanto à titulação do corpo docente em possuir formação em pós-graduação “lato ou stricto-sensu”. Todos os docentes da instituição estão enquadrados dentro dessa normativa.	



REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
7	Núcleo Docente Estruturante (NDE) (Resolução CONAES N° 1, de 17/06/2010)	A Faculdade atende ao requisito legal acerca da Resolução CONAES nº 1, de 17/6/2010 que regulamenta o NDE. Todos os cursos terão em sua estrutura um NDE instalado, regulamentado e atuante.	NSA para cursos sequenciais.
8	Denominação dos Cursos Superiores de Tecnologia (Portaria Normativa N° 12/2006)	A Faculdade atende ao requisito legal acerca da Portaria Normativa nº 12/2006 que regulamenta a denominação dos Cursos Superiores de Tecnologia. No caso específico não se aplica por se tratar de um Curso de Bacharelado .	NSA para bacharelados, licenciaturas e sequenciais.
9	Carga horária mínima, em horas – para Cursos Superiores de Tecnologia (Portaria N°10, 28/07/2006; Portaria N° 1024, 11/05/2006; Resolução CNE/CP N° 3, 18/12/2002)	A Faculdade atende ao requisito legal acerca da Portaria Normativa nº 10/2006; Portaria nº 1024/2006 e, Resolução CNE/CP 3/2002, que trata da carga horária mínima em horas – para os cursos superiores de tecnologia. No caso específico não se aplica por se tratar de um Curso de Bacharelado .	NSA para bacharelados, licenciaturas e sequenciais.
10	Carga horária mínima, em horas – para Bacharelados e Licenciaturas Resolução CNE/CES N° 02/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CES N° 04/2009 (Área de Saúde, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CP N° 1 /2006 (Pedagogia). Resolução CNE/CP N° 1 /2011 (Letras). Resolução CNE N° 2, de 1° de julho	Na tabela do resumo dos componentes curriculares do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Teologia da Faculdade CESUMAR de Londrina a carga horária está computada em 60 minutos, atingindo um total de horas superior ao mínimo exigido nas Diretrizes Curriculares. Os discentes cursam a disciplina teórica em sala de aula com carga horária de 50 minutos e a complementação é realizada por meio das Atividades de Estudos	NSA para tecnológicos e sequenciais.



REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
	de 2015(Formação inicial em nível superior -cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura - e formação continuada).	Programadas (AEPs) . As disciplinas de Estágio Supervisionado estão computadas com carga horária de 60 minutos. A carga horária final atende ao disposto na legislação vigente.	
11	Tempo de integralização Resolução CNE/CES N° 02/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CES N° 04/2009 (Área de Saúde, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE N° 2, de 1° de julho de 2015 (Formação inicial em nível superior-cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura-e formação continuada).	A Faculdade atende ao requisito legal que trata da integralização para cursos de Bacharelado. No caso específico do Curso de Bacharelado em Teologia , a integralização mínima é de 3 anos e máxima de 5 anos.	NSA para tecnológicos e sequenciais.
12	Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida , conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.	A Faculdade, quando credenciada, estará implantado o Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais que mede o relacionamento entre docentes, técnico-administrativos e discentes, orientando e apoiando o Colegiado do Curso e NDE na adequação curricular para atender às especificações dos portadores de necessidades especiais, por meio do Programa de Monitoria Especial, adaptada aos recursos físicos da IES, apoiando os estudantes com deficiência, disponibilizando	



REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
		peçoal especializado como intérpretes de língua de sinais. A estrutura física da IES está concebida para facilitar a circulação e o uso de todos os ambientes institucionais, com placas em braile, piso tátil, carrinho escalador. Propõem-se ações que podem ser desenvolvidas de forma geral e específica para atender de maneira individualizada cada uma das deficiências.	
		AÇÕES GERAIS	
		Designar um profissional habilitado na área psicopedagogia e com experiência no processo de inclusão para atuar de forma multidisciplinar nas diversas ações que envolvem o processo inclusivo, tais como: acompanhar, integrar, promover formação, orientar na acessibilidade de materiais, acompanhar o rendimento escolar destes acadêmicos, capacitar os envolvidos para atuarem no processo de inclusão entre outros.	
		Adaptar o sistema para que no momento de matrícula já seja identificado o acadêmico com necessidades especiais, mediante a apresentação de laudo médico e assim alimentar o Censo da Instituição. Hoje acontece uma identificação simples no momento da inscrição do processo seletivo, mas que não	



REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
		se migra para o <i>Lyceum</i> .	
		Utilizar os equipamentos de acessibilidade como, por exemplo: cadeiras de rodas, apoio, rampas, elevadores e suportes disponíveis para locomoção no campus da Faculdade.	
		Elaborar projeto interdisciplinar com base no PCN (Parâmetro Curricular Nacional) com os demais setores da instituição envolvendo as clínicas e profissionais da saúde promovendo a inclusão de forma mais ampla e global, possibilitando o melhor atendimento aos portadores de deficiência.	
		AÇÕES ESPECÍFICAS POR DEFICIÊNCIA	
		DEFICIÊNCIA VISUAL	
		1. Disponibilizar ledores e copistas para os dias de avaliação e Atividade Presencial Obrigatória Interdisciplinar.	
		2. Possibilitar a entrega da prova digitadas nos casos em que os acadêmicos tenham condições.	
		3. Ampliação do tamanho da letra da prova.	
		4. Liberação de materiais em TXT para conversão em programas de leitura em voz.	
		5. Enviar lupas para a leitura.	
		6. Disponibilizar software	



REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
		(DOSVOX) ou similar aos alunos	
		7. Editar o material em Braille	
		DEFICIENCIA AUDITIVA	
		1. Contratar e gerenciar os intérpretes de Libras que atendem os alunos surdos.	
		2. Disponibilizar o material impresso ou utilizados em sala de aula na forma virtual	
		DEFICIENCIA MOTORA/ FISICA	
		1. Adaptar a estrutura física da IES.	
		2. Utilizar os equipamentos de acessibilidade como, por exemplo: cadeiras de rodas, apoio e suportes disponíveis para locomoção.	
		3. Possibilitar a entrega da prova digitadas nos casos em que os acadêmicos tenham condições.	
		4. Reservar vagas de estacionamento próximas as entradas da IES.	
		DEFICIENCIA INTELECTUAL	
		1. Possibilitar maior tempo para a realização de provas presenciais.	
		2. Possibilidade de realização das atividades presenciais em duas etapas.	
		3. Encaminhar ledores e copistas para os dias de avaliação e Atividade Presencial Obrigatória Interdisciplinar e atividades externas.	



REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
		4. Incentivar a utilização de monitores (alunos da sala) para apoiar e acompanhar as atividades acadêmicas, em especial as práticas.	
		Todo recurso oferecido pela instituição não exime o tratamento de cada síndrome e o acompanhamento da família para com esses acadêmicos. Em toda pesquisa realizada é destacada a importância do acompanhamento médico e familiar e que a instituição de ensino deve ser informada de todo o tratamento inclusive da medicação utilizada e seus efeitos.	
13	Disciplina de Libras (Dec. Nº 5.626/2005)	A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 reconhece a Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio legal de comunicação e expressão de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, de uso das comunidades de pessoas surdas; e reza que os sistemas educacionais federal, estadual e municipal e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino de Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, conforme legislação vigente. Por sua vez, o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a lei nº 10.436, de	



REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
		24 de abril de 2002, trata do papel do poder público e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos, no apoio ao uso e difusão de Libras; na formação, capacitação e qualificação de docentes, servidores e empregados para o uso e difusão de Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, e, conseqüentemente, da formação em nível superior do docente de Libras, da formação em nível médio do instrutor de Libras, e da formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa. O referido Decreto, no seu §2º do art. 7º, reza ainda que “A partir de um ano da publicação deste Decreto [2006], os sistemas e as instituições de ensino da educação básica e as de educação superior devem incluir o docente de Libras em seu quadro de magistério”. O processo de inclusão de Libras como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas, de modo que a partir de um ano da publicação do Decreto Nº 5.626, ou seja, a partir de 2006, os sistemas e as instituições de ensino da educação básica e as de educação superior devem incluir o docente de Libras em seu	



REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
		quadro do magistério. Em conformidade com a Lei nº 10.436, de 14 de abril de 2002, e o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, a disciplina de LIBRAS será ofertada obrigatoriamente nos cursos previstos na legislação e de forma optativa nos demais cursos. No caso específico será ofertada de forma optativa, podendo ser cursada pelo acadêmico a qualquer tempo que desejar. Ainda, será implantado na Faculdade o PROJETO INTÉRPRETE DE LIBRAS que objetivará a contratação e coordenação de intérpretes para atendimento aos acadêmicos portadores de deficiência auditiva com o intuito de proporcionar-lhes uma aprendizagem significativa e consequentemente uma atuação competente e cidadã na sociedade. No caso específico a Libras é obrigatória.	
14	Prevalência de avaliação presencial para EAD (Dec. Nº 5.622/2005, art. 42º)	Não se aplica ao Curso.	NSA para cursos presenciais
15	Informações acadêmicas (Portaria Normativa Nº 40 de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC Nº 23 de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010)	As informações acadêmicas da Faculdade estarão disponibilizadas de forma impressa, no PPC, nas normas emanadas dos Conselhos Superiores, Regimento, PDI-PPI, Guia Acadêmico, disponíveis para acesso em área própria da Biblioteca e de forma virtual na página da internet da Faculdade.	



REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
		A Faculdade apresentará no ato da avaliação in loco página da internet desenvolvida para ser divulgada tão logo a Faculdade seja credenciada.	
16	Políticas de educação ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002)	A Faculdade atenderá a legislação vigente onde haverá integração da educação ambiental faz parte do Projeto Institucional da IES, estando contemplado de modo transversal e interdisciplinar na disciplina de Formação Sociocultural e Ética .	
17	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica , em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, Resolução CNE Nº 2, de 1º de julho de 2015 (Formação inicial em nível superior -cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura - e formação continuada).	Não se aplica ao Curso.	NSA para bacharelados, tecnológicos e sequenciais.



REFERÊNCIAS

- DEMO, P. **A Nova LDB** - Rarões e avanços. 6 ed. Campinas: Papirus, 1998.
- _____. **O Desafio da Aprendizagem dos Discentes no Brasil**: uma análise preliminar dos resultados do SAEB/95. In: **Educação em Revista, Faculdade de Educação da UFMG**, No. 27, p. 57-72, jul. 1998.
- _____. **Questões para a Teleducacão**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- HOFFMANN, J.M.L. **Avaliação**: mito e desafio: uma perspectiva construtivista. 20.ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 1996.
- _____. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Liberdade & Realidade, 1996.
- LEAL, Regina Barros. A importância do tutor no processo de aprendizagem a distância. **Revista Ibero Americana de Educación** (ISSN 1681-5653). Disponível em : <<http://www.rioel.org/deloslectores/947barros.PDF> . Acesso em: 21 mai. 2010.
- LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo, Ed. 34, 1999.
- LEI de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9394/1996)
- LIBANEO, Jose Carlos. **Democratização da Escola Pública**: a pedagogia crítico- social dos conteúdos, Ed. Loyola, 1992.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- MARTINS, Josenei; BIANCHETTI, Lucídio. A educação como atividade comunicacional: interdisciplinaridade, interatividade e currículo. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**: Florianópolis, v. 11, n. 02, p. 85 – 103, jul. / dez. 2010.
- MORAN, José Manuel. Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias. **Revista Informática na Educação**: Teoria & Prática. Porto Alegre, vol. 3, n.1 (set. 2000) UFRGS. Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, p. 137-144.
- PERRENOUD, Philippe; RAMOS, Patricia Chittoni. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- RESOLUÇÃO CNE/CP No 01 de 17/06/2004**, assim como do Parecer CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004,



SANTOS, Renata Maria dos; SILVA, Priscila. A Didática da EAD Virtual. Universidade Federal de Sergipe - UFS Grupo de Pesquisa Educação a Distância e Práticas Educativas Comunicacionais e Interculturais – EDaPECI. **Anais do II Seminário Educação, Comunicação, Inclusão e Interculturalidade** de 12 a 14 de agosto de 2009, pp.229 a 241.

SILVA, Janssen Felipe da. **Introdução**: avaliação do ensino e da aprendizagem numa perspectiva formativa reguladora. In: SILVA, Janssen Felipe da; HOFFMANN, Jussara; ESTEBAN, Maria Teresa (org.). **Práticas Avaliativas e aprendizagem significativas**: em diferentes áreas do currículo. Porto Alegre: Mediação, 2003.

SOUZA, Marcia M. P. **Metodologia da alfabetização**. Maringá: CESUMAR, 2011.



REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE BACHARELADO EM TEOLOGIA

Este regulamento disciplina as atividades complementares no âmbito do **Curso de Bacharelado em Teologia da Faculdade CESUMAR de Londrina**.

O regulamento das atividades complementares define os procedimentos que devem ser seguidos pelos acadêmicos, servindo como orientação e definindo os direitos e as obrigações dos envolvidos.

CAPÍTULO I

Caracterização das atividades Complementares

Art. 1º As atividades complementares que integram obrigatoriamente o, estão divididas em 03 categorias:

- I – atividades de ensino;
- II – atividades de pesquisa; e
- III – atividades de extensão.

Art. 2º As atividades de ensino, compreendem:

- I – disciplinas complementares, não previstas no currículo e cursadas em outras IES;
- II – atividades de monitoria;
- III – participação em minicursos que versem sobre a matéria de interesse na formação do graduando;
- IV – cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira; e
- V – aprendizagem à distância com afinidade e aderência aos cursos.

Art. 3º As atividades de pesquisa, compreendem:

- I – livro publicado;
- II – capítulo de livro;
- III – projetos de iniciação científica;
- IV – projetos de pesquisas institucionais;



V – artigo publicado como autor ou coautor (periódico com conselho editorial relacionado à área do curso);

VI – resumo em anais;

VII – participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos realizados na IES;

VIII - artigo publicado como autor ou coautor, na revista científica da instituição;

IX – relatórios de pesquisa; e

X – apresentação de trabalhos científicos.

Art. 4º As atividades de extensão, compreendem:

I – seminários, oficinas, congressos, simpósios, conferências, encontros, ações comunitárias institucionais e similares;

II – estágio extracurriculares;

III – gestão de órgão de representação estudantil (UNE, UEE, DCE e CA) e/ou representação discente junto a órgãos colegiados da IES (colegiados de cursos);

IV – autoria e execução de projetos relacionados ao curso;

V – visitas técnicas;

VI – organização de eventos minicursos, oficinas

VII – atuação social beneficente (doação de sangue, assistencialismo)

VIII – atividades no âmbito cultural;

IX – atividades no âmbito esportivo (atletas representando a instituição em JUB, e/ou Jogos Abertos devidamente registrados nas federações competentes);

X – participação em sessões de defesa de trabalho de conclusão de curso (TCC).

CAPÍTULO II

Da Validação das Atividades Complementares.

Art. 5º Os documentos comprobatórios das atividades complementares deverão ser encaminhados à Secretaria Acadêmica.



Art 6º O pedido de registro das Atividades Complementares será feito pelo interessado, perante o Protocolo Geral e encaminhado para parecer da coordenação dos cursos.

Art 7º - O aluno que discordar da quantificação atribuída à Atividade Complementar poderá, no prazo de 03 (dias) após a publicação, apresentar pedido de revisão do mesmo ao coordenador de curso, protocolando o pedido.

Art 8º - Somente terão validade para fins de deferimento, as atividades complementares realizadas pelo acadêmico durante o período de graduação nos cursos.

Art 9º - Todas as atividades Complementares executadas devem ser comprovadas através de documento oficial, fornecido pelo organizador do evento ou atividade, devidamente assinados com a identificação do responsável que o assinou, informação da carga horária, especificando o período do evento e datados.

Art. 10º - O aluno não poderá cumprir a carga horária estipulada por cada curso com uma única atividade de graduação.

Art. 11º – Os limites de carga horária estão previstos no anexo único deste regulamento.

TABELA DE VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Categorias	Atividades	Máximo de carga horária atribuíveis	Procedimentos para validação
Ensino	Disciplinas complementares, não previstas no currículo e cursadas em outras IES	60	Histórico escolar
	Atividades de monitoria	35	Relatório final de monitoria, encaminhado pelo departamento responsável
	Participação em minicursos que versem sobre a matéria de interesse na formação do graduando	30	Certificados emitidos pelos organizadores do evento
	Cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira	40	Certificados emitidos pelas unidades de ensino
	Aprendizagem à distância com afinidade e aderência aos cursos	45	Certificados / histórico emitidos pelos organizadores.
	Livro publicado	40	Cópia da capa e ficha catalográfica
	Capítulo de livro	35	Cópia da capa e ficha catalográfica e cópia do capítulo
	Projetos de iniciação científica	45	Relatórios, termo de outorga ou certificados emitidos pela diretoria responsável



Pesquisa	Projetos de pesquisas institucionais;	40	Relatórios, termo de outorga ou certificados emitidos pela diretoria responsável
	Artigo publicado como autor ou coautor (periódico com conselho editorial relacionado à área do curso)	25	Cópia do artigo e documentação de aprovação pelo conselho editorial
	Resumo em anais	20	Cópia do resumo e documentação de aprovação pelo comitê de avaliadores
	Participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos realizados na IES	20	Relatórios emitidos e assinados pelo líder do grupo de pesquisa registrado no lattes
	Artigo publicado como autor ou coautor, na revista científica da instituição	25	Cópia do artigo e documentação de aprovação pelo conselho editorial
	Relatórios de pesquisa	15	Relatórios, termo de outorga ou certificados emitidos pela diretoria responsável
	Apresentação de trabalhos científicos	25	Cópia do resumo e documentação de aprovação pelo comitê de avaliadores
Extensão	Seminários, oficinas, congressos, simpósios, conferências, encontros, ações comunitárias institucionais e similares	35	Cópia dos certificados, expedidos pelos responsáveis do evento
	Estágio extracurriculares	60	Declaração das entidades responsáveis pelo estágio e diretoria responsável
	Gestão de órgão de representação estudantil (UNE, UEE, DCE e CA) e/ou representação discente junto a órgãos colegiados da IES (colegiados de cursos);	10	Declaração emitida pela representação estudantil devidamente assinados e reconhecidos pelo órgão colegiado
	Autoria e execução de projetos relacionados ao curso;	25	Relatórios, termo de outorga ou certificados emitidos pela diretoria responsável
	Visitas técnicas	15	Listagem emitida pelo professor responsável pela visita, devidamente autorizado pelo coordenador.
	Organização de eventos minicursos, oficinas	25	Certificados emitidos pelos organizadores do evento
	Atuação social beneficente (doação de sangue, assistencialismo)	5 (doação de sangue) 20 (assistencialismo)	Declaração de doador Declaração da entidade
	Atividades no âmbito cultural;	10	Declaração da entidade responsável
	Atividades no âmbito esportivo	10	Declaração da entidade



	(atletas representando a instituição em JUB, e/ou Jogos Abertos devidamente registrados nas federações competentes)		responsável
	Participação em sessões de defesa de trabalho de conclusão de curso (TCC),	15	Mediante declaração assinados por pelos menos, um membro da banca e coordenador de estágio



Documentos de Estágio

Plano de Estágio Obrigatório

Nome do Estagiário:			Fone:	
Curso:	R.A:	Série:	Turno:	
Unidade Concedente:				
Endereço:			Fone:	
SETOR DE ESTÁGIO			RAMO DE ATIVIDADE CONCEDENTE	
PERÍODO: Início ____/____/____ Término: ____/____/____				

HORÁRIO DO ESTÁGIO							
DIA DA SEMANA	MANHÃ		TARDE		NOITE		CARGA HORÁRIA DIÁRIA
	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA	
Segunda-feira							
Terça-feira							
Quarta-feira							
Quinta-feira							
Sexta-feira							
Sábado							
Domingo							
CARGA HORÁRIA SEMANAL (máximo 6 horas/dia e 30 horas/semana)							

SUPERVISOR DA UNIDADE	
Fica designado o(a) supervisor(a) abaixo, para supervisionar o estágio do estudante:	
Nome do Supervisor:	R.G:
Cargo/Função:	
Nome do Curso de Formação:	CREA:
ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS (Descrever detalhadamente cada tarefa e/ou etapa de desenvolvimento do estágio)	Nº de horas de cada tarefa
Estagiário	Supervisor da Unidade Concedente (Assinatura e carimbo)
Orientador do Estágio (Assinatura e carimbo)	



Termo de Convênio

Termo de Convênio que entre si celebram, CESUMAR - Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda e XXXXXX

O CESUMAR - Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda, pessoa jurídica de direito privado, Instituição de Ensino Superior, com sede na Avenida Guedner, 1610, na cidade de Maringá-PR, inscrita no CNPJ sob o nº 79.265.617/0001-99, neste ato representado por seu Diretor Presidente, Sr. Cláudio Ferdinandi, brasileiro, casado, professor, portador da CI-RG sob nº 404.271-9 SSP/PR e com CPF sob nº 006.438.829-87, residente e domiciliado na cidade de Maringá, doravante denominado CESUMAR, e (UNIDADE CONCEDENTE), pessoa (jurídica ou física) de (direito público ou privado), inscrito no (CNPJ ou CPF) sob nº, com sede na, nº, bairro..... CEP....., neste ato representado por..... residente e domiciliado na cidade de, doravante denominada CONCEDENTE, resolvem celebrar o presente Convênio nos termos da Lei 11.788/2008, conforme as condições a seguir descritas:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO E DA FINALIDADE DO CONVÊNIO

O presente Termo de Convênio tem por objeto viabilizar o Estágio Curricular Supervisionado aos alunos regularmente matriculados no Curso de _____, do CESUMAR, proporcionando experiência em situações reais de aprendizagem profissional, com o fito de aperfeiçoar a formação profissional e pessoal dos acadêmicos.

CLÁUSULA 2ª - DAS COMPETÊNCIAS DO CESUMAR

2.1 - Para atendimento ao disposto nas Cláusulas deste Convênio, compete ao CESUMAR as seguintes obrigações:

Avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do aluno, conforme proposta pedagógica do curso;

Organizar os grupos de estagiários;

Proceder a supervisão do estágio e dos projetos com orientação técnico-profissional ao aluno e ao grupo de estágio;



Supervisionar as atividades a serem desenvolvidas, com as intervenções necessárias, observados os preceitos da ética profissional;

Elaborar normas complementar e avaliar o desempenho do estagiário em periodicidade não superior a 6 meses;

Zelar pelo cumprimento de compromisso;

Apresentar plano de atividades de estágio, documento o qual será incorporado ao termo de compromisso.

CLÁUSULA 3ª - DAS COMPETÊNCIAS DA CONCEDENTE

3.1 - Para atendimento ao disposto nas Cláusulas deste convênio, compete à CONCEDENTE as seguintes disposições:

- a) Disponibilizar espaços de estágio em suas unidades;
- c) Oferecer condições físicas e materiais indispensáveis ao desempenho das atividades dos grupos de estágio e de projetos;
- d) Exercer orientação adequada ao professor supervisor do CESUMAR, visando atender às necessidades do estagiário e das áreas objeto de estágio e de projetos;
- e) Aceitar em suas dependências o professor supervisor do CESUMAR, para os trabalhos de supervisão, avaliação do estágio e dos projetos, dos estagiários e outros que se fizerem necessários;
- f) Comunicar ao CESUMAR, através do professor supervisor, qualquer irregularidade na realização do estágio e dos projetos.
- g) Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiário simultaneamente.

CLÁUSULA 4ª - DAS ÁREAS DE ESTÁGIO E DO NÚMERO DE VAGAS

4.1. - Para a organização dos grupos de estágios e dos projetos a CONCEDENTE disponibilizará as unidades para recebimento de estagiários em todas as áreas.



4.2 - O número de grupos de estágios e de projetos por áreas de atuação será definido com o professor supervisor do CESUMAR e a CONCEDENTE, observado um limite máximo que será ajustado em cada ano letivo, levando-se em consideração a demanda de acadêmicos.

CLÁUSULA 5ª - DO VÍNCULO

5.1 - A aceitação de estagiário pela CONCEDENTE no recinto de suas instalações ou locais de atuação não configurará vínculo empregatício, pelo que fica o mesmo desobrigado de encargos sociais e trabalhistas, já que o presente estágio é parte integrante da carga horária curricular obrigatória dos acadêmicos.

CLÁUSULA 6ª - DA CARGA HORÁRIA, DURAÇÃO E JORNADA DO ESTÁGIO CURRICULAR E DE PROJETOS.

6.1 - A carga horária, duração e a jornada de atividades em estágio e dos projetos a ser cumprida pelo estagiário serão determinadas pelo professor supervisor de acordo com a carga horária das disciplinas do currículo e de cada projeto do respectivo curso, bem como do calendário acadêmico do CESUMAR.

CLÁUSULA 7ª - DA EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADES

7.1 - Para o desenvolvimento das atividades de estágio e de projetos do CESUMAR, deverá providenciar a cobertura de seguro de acidentes pessoais e de trabalho, em favor do estagiário, nos termos da legislação e normas pertinentes em vigor, ficando a CONCEDENTE isento de responsabilidades em caso de acidentes.

CLÁUSULA 8ª - DA VIGÊNCIA

8.1 – As partes ajustam o presente Termo de Convênio por prazo indeterminado, podendo ser alterado ou complementado, por acordo entre os partícipes, formalizado através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA 9ª - DA RESCISÃO

9.1 - O presente Termo de Convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes convenientes e rescindido a qualquer tempo, bastando simples comunicação ao outro partícipe, mediante correspondência com aviso de recebimento ou protocolo com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência, sem quaisquer ônus advindo desta medida, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido o presente Termo de



Convênio e beneficiando-se das vantagens somente em relação ao tempo em que participaram do acordo, inclusive aos estagiários, no que couber.

9.2 - Havendo atividades em andamento, por força de planos de estágios previamente aprovados e cobertos por termos de compromissos específicos, não serão as mesmas prejudicadas, devendo, conseqüentemente, aguardar-se a conclusão dessas atividades para se proceder à rescisão do presente Termo de Convênio.

CLÁUSULA 10 - DO FORO

10.1 - Para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente Termo de Convênio que não puderem ser resolvidos amigavelmente pelas partes, fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem plenamente de acordo, as partes obrigam-se ao total cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor, devidamente assinadas pelas partes convenientes e duas testemunhas abaixo qualificadas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Maringá de de

UNIDADE CONCEDENTE
(carimbo com CNPJ e/ou CREA)

CESUMAR - Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:



Termo de Compromisso de Estágio

(UNIDADE CONCEDENTE), pessoa jurídica (ou pessoa física) de direito (público ou privado), inscrito no (CGC/MF ou CPF) sob n.º, com sede a cidade de, aqui representado pelo, doravante denominada UNIDADE CONCEDENTE, e o(a) ESTAGIÁRIO(A), do Curso de, matriculado no 5º ano, portador do RG n.º, residente a, na cidade de, Estado, com a interveniência do CESUMAR - Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda, pessoa jurídica de direito privado, Instituição de Ensino Superior, com sede na Avenida Guedner, 1610, na cidade de Maringá-PR, inscrita no CNPJ sob o nº 79.265.617/0001-99, neste ato representado na forma de seu contrato social, mantenedor da Faculdade CESUMAR, doravante denominada INTERVENIENTE, celebram entre si Termo de Compromisso de Estágio a ser realizado mediante as seguintes cláusulas e condições, em conformidade com a Lei n. 11.788/2008.

CLÁUSULA 1ª – O Estágio Supervisionado Obrigatório, são horas práticas, as quais os alunos deverão cumprir dentro de uma organização, desenvolvendo atividades correlacionadas ao Curso, acordadas e consolidadas em um contrato de estágio realizado entre a empresa concedente, a instituição de ensino e o aluno, para posterior aprovação da coordenação do curso.

O Curso solicita um número específico de horas a serem cumpridas e estas podem ser realizadas em um ano, dentro de uma mesma empresa ou com a somatória de horas trabalhadas em diversas empresas. Vale reforçar que todas as atividades somadas devem estar dentro do campo de atuação que o curso capacita.

É de responsabilidade do aluno a obtenção do estágio e este será válido a partir da comprovação sob forma de contrato de estágio, regulamentado dentro dos padrões da legislação.

Caso o aluno não tenha realizado o estágio dentro do prazo estipulado ou mesmo dentro do campo de atuação permitido, o estudante ficará impossibilitado de concluir o curso e receber o diploma por enquadrar-se como dependente da disciplina de Estágio Supervisionado.



O Estágio é a aplicação dos conhecimentos obtidos em sala de aula na vida prática, dentro de uma organização. Deve proporcionar aprendizado, visão ampliada do mercado e bagagem profissional.

CLÁUSULA 2ª - O estágio será realizado de (DIAS DA SEMANA), das..... às, no período de/...../..... à/...../....., no (LOCAL).

CLÁUSULA 3ª - As atividades do ESTAGIÁRIO na UNIDADE CONCEDENTE não configurarão a existência de vínculo empregatício conforme previsto na Lei Federal n.º 11.788 de 25 de setembro de 2008 e serão considerados estágios para os alunos-estagiários em todas as atividades que caracterizam o plano de exercício (projetos, plantas, medições, desenho, fiscalização de obras, etc.), descritas no Plano de Estágio Obrigatório apresentado antecedente ao contrato firmado pela Unidade Concedente ao professor supervisor. Os estudantes deverão estagiar em serviços públicos e privados, indústrias, comércio e instituições afins.

CLÁUSULA 4ª - O ESTAGIÁRIO, no local, período e horário de atividades, estará segurado contra acidentes pessoais, pela INTERVENIENTE através da Apólice n.: da Seguradora a ser suportado pela INTERVENIENTE.

CLÁUSULA 5ª - O ESTAGIÁRIO se compromete a observar o regulamento disciplinar da UNIDADE CONCEDENTE e a atender as orientações recebidas da mesma.

CLÁUSULA 6ª - Durante o período de estágio, o ESTAGIÁRIO não receberá remuneração.

CLÁUSULA 7ª - Fica eleito o foro da Comarca de Maringá, estado do Paraná, para dirimir as questões porventura oriundas deste Termo de Compromisso, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e compromissados, assinam o presente Termo de Compromisso em 3(três) vias de igual teor e forma.

Maringá,..... de de

CONCEDENTE
(carimbo com CGC/MF e/ou CREA)

INTERVENIENTE

ESTAGIÁRIO(A)

COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO



Termo Aditivo de Estágio Curricular Supervisionado

Aditamento ao TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO, firmado _____ entre _____ a _____ empresa _____ concedente _____ e o(a) ESTAGIÁRIO(a) _____, aluno(a) regularmente matriculado(a) no Curso _____ do CESUMAR - Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda, já qualificado respectivamente no Acordo de Cooperação e no decorrente Termo de Compromisso de Estágio Curricular Supervisionado, preenchidos anteriormente.

Cláusula 1ª

Este Termo Aditivo prorroga até o dia ____/____/_____, o período de Estágio Supervisionado estabelecido no referido Termo de Compromisso de Estágio Supervisionado e do Acordo de Cooperação, celebrado com interveniência e assinatura da INSTITUIÇÃO DE ENSINO acima indicada.

Cláusula 2ª

Permanecem inalteradas todas as demais disposições do Termo de Compromisso do Estágio Supervisionado e Acordo de Cooperação, do qual este Termo Aditivo passa a fazer parte integrante.

E por estarem de comum acordo com as condições e dizeres deste Termo Aditivo, as partes assinam-no em três vias de igual teor (1ª via – para a empresa concedente; 2ª via – para a Coordenação de Estágio Supervisionado e 3ª via - para o estagiário).

Maringá,..... de de

CONCEDENTE
(carimbo com CGC/MF e/ou CREA)

INTERVENIENTE

ESTAGIÁRIO(A)

COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO



Termo de Cancelamento de Estágio Curricular Supervisionado

Tendo ciência de ter como pré-requisito para a conclusão do Curso _____ do CESUMAR – Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda., eu, _____ portador (a) do RG nº _____, regularmente matriculado(a) na Série ____ Turma _____, solicito, através deste, a partir de ____/____/_____, o CANCELAMENTO do Estágio Curricular Supervisionado que estava sendo desenvolvido na empresa _____, por motivos particulares e que serão relatados por escrito à Coordenação de Estágio Supervisionado na forma de Ofício, ficando ciente de que sou responsável pela obtenção de uma nova vaga (caso seja necessário).

(cidade) _____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Estagiário(a): _____

(assinat. e carimbo da Empresa Concedente) CIENTE na data de ____/____/____

(assinat. e carimbo da Coord. Estág. Superv.) CIENTE na data de ____/____/____



Controle de Frequência do Acadêmico Durante o Estágio Supervisionado

Nome do acadêmico: _____ Série: _____
Turma: _____

Endereço _____ resid: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Fone resid: () _____
Celular: () _____

E-mail: _____

Empresa: _____

Segmento/Setor: _____ Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____ Fone: () _____ E-mail: _____

Nome do responsável/supervisor: _____ Cargo/Função: _____

Período do estágio: ____/____/____ a ____/____/____

Data	Horário	Atividade Desenvolvida	Carga Horária	Assinatura do Supervisor
		Total da Carga Horária		

Obs: Para a EMPRESA – favor anotar também as faltas, se ocorrerem.



Avaliação de Desempenho do Acadêmico no Estágio Supervisionado

ESTAGIÁRIO: _____

EMPRESA: _____

ENDEREÇO: _____

CEP: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

FONE: _____ FAX: _____

E-MAIL: _____ HOME PAGE: _____

SEGMENTO/SETOR: _____

PERÍODO REGULAR DO ESTÁGIO _____

TERMO ADITIVO: _____

TERMO DE CANCELAMENTO: _____

CARGA HORÁRIA TOTAL DO ESTÁGIO: _____

NOME DO SUPERVISOR (AVALIADOR) _____

CARGO/FUNÇÃO DO AVALIADOR: _____

A Ficha de Avaliação do Estagiário deverá ser encaminhada em envelope lacrado, carimbado e assinado pela empresa para a Coordenação de Estágio Supervisionado. Agradecemos a colaboração da Empresa, permitindo ao estagiário complementar seu conhecimento teórico, através da prática oferecida.



Critérios de Avaliação

ÓTIMO	DESEMPENHO ACIMA DO ESPERADO
BOM	DESEMPENHO SATISFATÓRIO OU ESPERADO
REGULAR	DESEMPENHO ABAIXO DO ESPERADO
DEFICIENTE	DESEMPENHO MUITO ABAIXO DO ESPERADO

FATORES DE AVALIAÇÃO		GRAUS			
		1	2	3	4
1	RENDIMENTO DO ESTAGIÁRIO Qualidade, rapidez e precisão com que o estagiário executou as atividades.				
2	FACILIDADE DE COMPREENSÃO Rapidez e a facilidade do estagiário em interpretar, entender e por em prática as informações recebidas.				
3	NÍVEL DE CONHECIMENTO Nível de conhecimento do estagiário com relação as atividades programadas, bem como a necessidade de orientação para realizá-las.				
4	ORGANIZAÇÃO E MÉTODO NO TRABALHO Meios utilizados pelo estagiário e sua capacidade de organização nas atividades por ele desenvolvidas e dinamização das atividades.				
5	INICIATIVA Até que ponto o estagiário demonstrou iniciativa, resolvendo atividades independentes de orientações.				
6	RELACIONAMENTO HUMANO Nível de relacionamento demonstrado pelo estagiário, junto ao orientador e aos demais colaboradores e funcionários da empresa. Avalie o comportamento manifestado nas diversas situações vividas pelo estagiário.				
7	INTERESSE PELO APRIMORAMENTO/RESPONSABILIDADES Interesse do estagiário em conhecer novas experiências e assumir responsabilidades. Empenho e dedicação. Interesse em responder àquilo que lhe é atribuído, acatar as normas estabelecidas, assumir as consequências de seu desempenho.				
8	CAPACIDADE DE TOMAR DECISÕES Autonomia, segurança, ponderação e adequação das decisões tomadas em relação as atividades.				
9	PONTUALIDADE E ASSIDUIDADE Obedece pontualmente o horário pré-estabelecido, demonstra responsabilidade com seu horário de permanência, não falta e quando falta apresenta motivos justos.				
10	POSTURA PROFISSIONAL E VESTUÁRIO ADEQUADO Comportamento adequado em todos os setores. Discrição e sigilo. Trajes adequados. E para as alunas – maquiagem e acessórios adequados (como bijuterias e joias). Asseio e higiene (unhas, cabelos, etc).				



QUAIS SETORES OU ATIVIDADES QUE O ESTAGIÁRIO SE DESTACOU: _____

QUAIS FORAM AS CONTRIBUIÇÕES APRESENTADAS PELO ESTAGIÁRIO?

FAÇA UMA AVALIAÇÃO GLOBAL DO DESEMPENHO DO ESTAGIÁRIO, ENQUADRANDO-O EM UM DOS ITENS ABAIXO:

() ÓTIMO () BOM () REGULAR () DEFICIENTE

POR QUÊ?

Assinatura do SUPERVISOR DE ESTÁGIO (AVALIADOR) (com carimbo da empresa)

LOCAL E DATA: _____, ____ DE _____ DE _____.